

Relatório

Ação Educativa

Ano 2012

2012

Sumário

SIGLÁRIO	3
APRESENTAÇÃO	8
JUVENTUDE.....	11
Programa Políticas Públicas de Juventude e Participação	11
Programa Juventude Educação e Trabalho	15
EDUCAÇÃO.....	17
Programa Observatório da Educação	17
Programa Ação na Justiça	20
Programa Diversidade, Raça e Participação	24
Programa Ação na Escola	27
Programa Educação de Jovens e Adultos	29
CULTURA	35
FOCOS DE AÇÃO ARTICULADA	40
Educação de Pessoas Privadas de Liberdade	40
Formação para a Cidadania Ativa.....	43
GESTÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	45
RESULTADO FINANCEIRO DE 2012	56
CORPO DIRETIVO E PESSOAL	61
APOIOS	67
ANEXOS	70
I - Detalhamento das receitas e despesas do projeto Arte na Casa, convênio 058/2008 e dos demais projetos e atividades da área da Cultura.....	70
II - Listagem de atividades.....	71
III - Participação em redes, fóruns, articulações intersetoriais e conselhos de representantes	80
IV - Inserções na mídia	83

SIGLÁRIO

ABONG – Associação Brasileira de ONGs

ACP – Ação Civil Pública

ADI ou ADIn – Ação Direta de Inconstitucionalidade

ADPF – Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental

AIN – Ajuda da Igreja da Noruega

APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

AULP – Associação das Universidades de Língua Portuguesa

CEAFRO – Educação para a Igualdade Racial e de Gênero

CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

CEDAC – Comunidade Educativa CEDAC

CEEL – Centro de Estudos em Educação e Linguagem

CELACC/USP – Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura

CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária

CGU – Controladoria Geral da União

CLADE – Latino-Americana pelo Direito à Educação

CLADEM – Comitê da América Latina e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher

CMJ – Centro de Mídia Juvenil

CNAEJA – Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNPCP – Conselho Nacional de Políticas Criminais e Penitenciárias

CONAE – Conferencia Nacional de Educação

CONFINTEA – Conferência Internacional de Educação de Adultos

CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude

CONSOCIAL - Conferência Nacional de Transparência e Controle Social

DEMEC – Departamento Municipal de Educação

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

DH – Direitos Humanos

DhESCA – Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Plataforma Brasil)

DRE – Diretoria Regional de Ensino

EC – Emenda Constitucional

ECOSS – Centro de Referência de Educação de Jovens e Adultos e Cooperação Sul-Sul

EE – Escola Estadual

EED – Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento

EF – Ensino Fundamental

EI – Educação Infantil

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental

ENCCEJA – Exame Nacional de Certificação de Competências para Educação de Jovens e Adultos

FAART – Foco de Ação Articulada

FAEB – Federação de Arte Educadores do Brasil

FCC – Fundação Carlos Chagas

FGV – Fundação Getulio Vargas

FSM – Fórum Social Mundial

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNPEN – Fundo Penitenciário Nacional

GDI – Gestão e Desenvolvimento Institucional

GEDUC - Grupo de Atuação Especial de Educação do Ministério Público do Estado de São Paulo

GRAP – Grupo de Reflexão e Apoio ao Processo do Fórum Social Mundial

GT – Grupo de Trabalho

GTIEI – Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Educação Infantil

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

INAF – Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional

INDIQUE – Projeto Indicadores da Qualidade na Educação

INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Anísio Teixeira

IPM – Instituto Paulo Montenegro

JADE – Jovens Agentes pelo Direito à Educação

JusDH – Articulação Justiça, Direitos Humanos e Participação Social

LGBTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

MEC – Ministério da Educação

MINC – Ministério da Cultura

MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos

MP – Medida Provisória

MP – Ministério Público

NCA – Norwegian Church Aid

NEPSO – Nossa Escola Pesquisa sua Opinião (projeto)

OGP – Open Government Partnership

OKFn – Open Knowledge Foundation

ONU – Organização das Nações Unidas

OPA – Obstáculos e Possibilidades de Acesso à Justiça

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PAD – Processo de Articulação e Diálogo

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PF – Penitenciária Feminina

PFDC – Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

PL – Projeto de lei

PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo

PNE – Plano Nacional de Educação

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PROAC – Programa de Ação Cultural

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

RENAP – Rede Nacional de Advogados Populares

RETPS – Rede Pela Transparência e Participação Social

RNSP – Rede Nossa São Paulo

SAF – Setor de Administração e Finanças

SAP – Secretaria de Administração Penitenciária

SDH – Secretaria de Direitos Humanos

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEE – Secretaria Estadual de Educação

SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SESC – Serviço Social do Comércio

SESI – Serviço Social da Indústria

SICONV – Sistema Convênios do Governo Federal

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SMC – Secretaria Municipal de Cultura

SME – Secretaria Municipal de Educação

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

TAC – Termos de Ajustamento de Conduta

TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação

TJSP – Tribunal de Justiça de São Paulo

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNCME – União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

USP – Universidade de São Paulo

USP Leste – Universidade de São Paulo - Leste

VAI – Valorização das Iniciativas Culturais

Apresentação

Este relatório de 2012 marca o final de mais um Plano Trienal, de uma Ação Educativa que, com dezoito anos de existência, já atinge a maioria. Foram muitos os desafios na busca de parceiros e financiamento adequado para cumprirmos os objetivos que estabelecemos, dando prioridade à questão da participação social na efetivação dos direitos educacionais, culturais e da juventude, tal como proposto para o triênio. Nessa introdução, destacamos algumas das conquistas realizadas em cada uma de nossas áreas programáticas e em nossas estratégias de gestão institucional.

Na área de Juventude, a Ação Educativa conseguiu manter-se como centro de referência no que se refere à análise e proposição de políticas públicas de juventude, considerando a repercussão do *Seminário Juventude em Pauta: Políticas Públicas no Brasil*; cujos resultados foram publicados em livro em 2012. Outro avanço relevante do período foi o fortalecimento de uma intervenção no município de São Paulo, consolidando alianças com atores importantes, como a Rede Nossa São Paulo, organizações de juventude da cidade e movimentos contra a mortalidade da juventude negra, pobre e periférica (movimentos negro e de defesa de direitos humanos, entre outros) com as demandas da juventude das grandes metrópoles recebendo um tratamento específico. Tal abordagem territorializada veio a complementar o tipo de intervenção que já vinha sendo realizado desde o triênio anterior, focalizado principalmente na esfera federal, com ações articuladas no âmbito do Conselho Nacional de Juventude.

No período, fechou-se também um ciclo em termos de consolidação da experiência de orientação profissional para jovens concluintes da educação básica em escolas públicas, tematizando as oportunidades de continuidade nos estudos e inserção no mercado de trabalho. A experiência, que está sendo sistematizada num guia para educadores, deverá iniciar um novo ciclo voltado à disseminação em maior escala e maior envolvimento de redes de ensino público e outros órgãos relacionados às políticas de juventude e emprego, caminhando para consolidar-se como política de estado.

A aprovação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527 de 2011 – com vigência integral a partir de maio de 2012) representou um marco na democracia brasileira, ampliando significativamente as possibilidades de controle social sob a gestão pública. Por meio do Programa Observatório da Educação, a Ação Educativa se estabeleceu como referência no âmbito do acesso à informação em sua área temática e como integrante das redes de atividades em favor da transparência, democratização da informação e do conhecimento. Nesses processos, as novas ferramentas de comunicação e informação vêm adquirindo uma centralidade cada vez maior, e a instituição vem cada vez mais se apropriando de suas possibilidades.

O programa Ação na Justiça começou a se preparar para um encerramento de ciclo, aproveitando a efeméride dos 10 anos, que se completarão em 2013. Foi um período em que se consolidou a institucionalidade do direito à educação, com criação de promotorias e grupos de atuação especial. A Ação Educativa teve um papel importante nesse processo, tanto atuando na litigância estratégica quanto produzindo e disseminando conhecimentos e promovendo a formação de agentes.

Na área da Educação, foram diversas as iniciativas que objetivaram a ampliação e qualificação da participação na formulação e gestão das políticas públicas. O Programa Diversidade, Raça e Participação conseguiu fazer avançar o tema da construção participativa de Planos de Educação, nos âmbitos estadual e municipal, propondo em parceria com a Campanha Nacional de Educação emenda ao Plano Nacional, que tramita no congresso. Trabalhou também para a integração das propostas de Indicadores da Qualidade na Educação (Indiques), voltados à avaliação de unidades escolares, a processos participativos de gestão política. Prepara-se, dessa forma, o coroamento de uma trajetória de quase dez anos de trabalho com os Indiques, com o engajamento de sua rede de parceiros na democratização da gestão dos sistemas públicos de ensino a partir do envolvimento dos atores escolares.

No ano de 2012, o Programa Ação na Escola coordenou a elaboração e lançamento da publicação "*Nossa Gente - 10 anos de NEPSO*" dando visibilidade a diversas pessoas (coordenadores, professores e alunos) que fizeram parte da história do projeto e constituem sua rede. Além de servir como espaço de formação e intercâmbio de educadores e estudantes comprometidos com a inovação educacional na perspectiva de uma educação integral, inclusiva e pautada nos direitos humanos, o Projeto caminha para cada vez mais para se inserir em programas de extensão universitária e políticas mais amplas, como o "*Entrelaçando*", da Prefeitura de Belo Horizonte-MG, e o "*Mais Educação*", do Governo Federal.

No campo da Educação de Adultos, o destaque do triênio foi a consagração da coleção *Viver, Aprender*, que foi integralmente recomendada no primeiro processo oficial de avaliação de livros didáticos para compras públicas, processo que resultou na distribuição de mais de um milhão de livros para os alunos da EJA em todo o Brasil. Também merece destaque a intensificação dos trabalhos de pesquisa, com projeto de pesquisa focalizando a avaliação de programas de EJA e o ciclo de 10 anos do Indicador de Alfabetismo Funcional, que renderá uma edição comemorativa de artigos em 2013.

Finalmente, na área de Cultura, algumas importantes conquistas marcaram o triênio. O *Ponto de Cultura*, que funciona no Espaço de Eventos, contribuiu para posicionar a Ação Educativa como referência para os grupos culturais das periferias, que ali se encontram, realizam apresentações, participam de discussões e atividades de formação. A *Agenda Cultural da Periferia*, por sua vez, ampliou seu alcance principalmente por meio da exploração da versão digital e das redes sociais. O ponto mais alto do período, entretanto, foi a realização de duas edições do *Seminário e Mostra Estéticas das Periferias*, que conquistaram grupos culturais e acadêmicos interessados em explorar o potencial artístico dessa manifestação cultural das grandes metrópoles. Em 2013, a terceira edição do evento deverá ser assimilada pela política pública municipal, tal como é próprio da metodologia de incidência da Ação Educativa.

Nesse triênio, respondendo a desafios lançados pela última avaliação externa a que se submeteu a instituição, a Ação Educativa trabalhou com Focos de Ação Articulada (FAART), frentes de atuação que envolveram equipes de diferentes áreas e programas em torno de agendas comuns. Em especial a FAART de Formação para a Cidadania Ativa e a de Educação de Pessoas Privadas de Liberdade conseguiram bons resultados que permitiram o avanço e consolidação de novas frentes de trabalho que deverão ter continuidade no próximo triênio.

No âmbito da gestão institucional, o triênio foi marcado pela transição na coordenação geral, que passou a ser colegiada e integrou novas lideranças na direção política da instituição. Essa transição deu mostra do amadurecimento da organização, que se mostra menos

dependente de indivíduos, mais fundada no engajamento coletivo, na capacidade de renovar seus quadros e lideranças. O mesmo espírito se expressou também na renovação do quadro associativo e da diretoria. Finalmente, num contexto adverso, em que muitas organizações do campo tiveram que realizar cortes de pessoal e atividades, a Ação Educativa conseguiu manter-se com um nível de crescimento orçamentário que corresponde pelo menos à correção da inflação.

Os desafios da sustentabilidade, porém, continuam vivos. Conseguimos iniciar um fundo de emergência, mas não chegamos ao final do triênio com o volume esperado, tendo conseguido gerar recursos para o fundo apenas num dos anos. O desenvolvimento de novas estratégias de geração de recursos próprios deve ocupar a atenção das equipes no próximo período, com a exploração de novos produtos editoriais, inclusive por meios digitais. A elaboração de um novo Plano Trienal, com foco no tema do Desenvolvimento e a Sustentabilidade, que se deu de forma participativa envolvendo todas as equipes, serve para nós como guia no caminho a trilhar no sentido da constante renovação de nossa missão.

São Paulo, maio de 2013.

Juventude

Programa Políticas Públicas de Juventude e Participação

Objetivo – Contribuir para a ampliação e fortalecimento da participação social na definição de políticas públicas de juventude articuladas intersectorialmente, na perspectiva de que estas consigam efetivamente satisfazer os direitos dos/das jovens.

Atividades e produtos:

Apoio a grupos juvenis

Nesse eixo, nos dois primeiros anos do atual Plano Trienal as principais atividades foram desenvolvidas a partir do Centro de Mídia Juvenil (CMJ). No entanto, ao longo de 2012 acentuou-se a tendência que já vinha se desenhando e registrou-se uma mais sensível diminuição de público no CMJ, em função de um conjunto variado de fatores. Os equipamentos do CMJ foram se tornando desatualizados, ao mesmo tempo em que os grupos com os quais mantivemos contato nesses últimos anos construíram condições de trabalho a partir dos recursos que receberam do VAI – Programa de Valorização Cultural

Em função dessa desatualização, e também da inexistência de recursos que permitissem o desenvolvimento de atividades que atraíssem novos públicos, parte significativa dos integrantes dos grupos culturais que vinham sendo apoiados está deixando de ser jovem e já não demanda mais ações de assessoria.

Assim, em 2012, não foram realizadas atividades de apoio a grupos juvenis no âmbito deste Programa.

Participação e incidência nas políticas públicas de juventude

No âmbito local, como parte integrante da coordenação do GT Juventude da Rede Nossa São Paulo, na qual a Ação Educativa desempenha o papel de secretaria executiva, manteve-se um trabalho de articulação de organizações de juventude e grupos juvenis no âmbito do município. Tendo em vista o período eleitoral, foi empreendido um esforço para mobilizar parceiros e parceiras em torno da formulação de uma agenda de propostas de políticas públicas de interesse de jovens. Foram organizados dois encontros temáticos para a construção da agenda – ‘Diversidade e Gênero’ e ‘Violência de Estado, Genocídio e Extermínio da Juventude’ – e dois encontros abertos sobre as políticas públicas de juventude. O resultado foi um documento com 14 propostas, assinado por 17 organizações, o qual foi entregue a candidatos do executivo e do legislativo.

Em parceria com o Conselho Municipal de Juventude, foram elaboradas propostas para criação de uma lei para apoiar financeiramente jovens produtores culturais (a partir da experiência bem sucedida do Programa de Valorização das Iniciativas Culturais - VAI) e de outra, para apoiar ações de jovens no campo dos esportes. Para tanto foi organizada uma audiência pública em parceria com a Câmara Municipal de São Paulo, a partir da qual foram

redigidas duas propostas de lei, que foram apresentadas por Vereadores da casa no mesmo ano.

Também em parceria com o Conselho Municipal de Juventude, foi apresentado um conjunto de propostas para a Lei Orçamentária Anual, conseguindo a aprovação de emendas para 10 propostas, no valor (total) de 21 milhões de reais.

No primeiro semestre o GT Juventude se envolveu na organização da atividade “Juventude no Parque”, a qual fez parte da Campanha internacional, ‘Rio+ Você’, mobilizando jovens para debater questões ligadas ao desenvolvimento sustentável e estimulando sua participação nos processos relativos à Rio +20.

Ao longo do ano foram produzidas três edições do Boletim Juventude na Cidade, divulgando informações acerca das políticas de juventude para, aproximadamente, 2.200 pessoas. Também foram mantidos um blog e uma página em redes sociais com a mesma finalidade.

A Ação Educativa trabalhou também com o tema da violência contra jovens negros, sobretudo aquela relacionada com a violência e alta letalidade da polícia na região metropolitana, considerando especificamente a onda de mortes de civis ao longo de 2012 (segundo dados oficiais seriam 547 civis mortos por policiais na Grande São Paulo). Além de realizar dois encontros sobre o tema, contribuimos para a articulação da sociedade civil em torno do Comitê Contra o Genocídio da Juventude Negra, Pobre e Periférica, que redigiu uma carta assinada por 100 entidades e grupos organizados, realizou atos de rua e iniciou um diálogo com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

No processo de eleições municipais, buscando fortalecer a agenda de Juventude na cidade, foi apresentado um balanço das políticas e demandas das juventudes paulistanas em debate público organizado pelo candidato a Prefeito posteriormente vitorioso.

No âmbito nacional, a Ação Educativa, em articulação com outras 16 ONGs, teve participação ativa no processo eleitoral dos representantes da sociedade civil no Conselho Nacional de Juventude – Conjuve, na construção de uma ação articulada dessas organizações no âmbito do Conselho e na elaboração de um conjunto de propostas para o Estatuto dos Direitos da Juventude em tramitação no Senado Federal.

Produção e disseminação de conhecimento

Foi dada continuidade à pesquisa *Projovem Urbano - seus impactos nas políticas de EJA e Juventude e na trajetória educacional de jovens*, iniciada em 2010, em parceria com a UNIRIO e apoio do Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. No período, as atividades voltaram-se especialmente à análise dos dados qualitativos coletados em dez municípios brasileiros (Ananindeua e Belém, no Pará; Recife e Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco; Goiânia e Aparecida de Goiânia, em Goiás; Porto Alegre e Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul; Belford Roxo, no Rio de Janeiro, e São Paulo-SP). Além da revisão bibliográfica e da análise dos dados coletados nesses estudos, o relatório de pesquisa, a ser concluído em abril de 2013, incluirá também uma análise comparativa entre o Projovem e a EJA dos dados de alunos, docentes e das condições das escolas que oferecem os cursos.

Além disso, a Ação Educativa contribuiu para a definição dos conteúdos relativos aos temas de educação, trabalho e violência a serem abordados em pesquisa nacional sobre a juventude.

de brasileira, que será realizada em 2013 pela Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria Geral da Presidência da República.

Balanco dos resultados e perspectivas

Apoio a grupos juvenis

Os grupos juvenis que foram nos últimos anos apoiados de forma mais sistemática pela Ação Educativa foram aqueles que se formaram a partir de processos formativos desenvolvidos pela própria instituição. Na ausência de recursos que viabilizem novos ciclos formativos, que atraiam novos jovens e fomentem novos coletivos, esta linha de ação deixará de existir no próximo Plano Trienal. No entanto, uma grande quantidade de coletivos juvenis continuará sendo beneficiada tanto pela possibilidade de utilização das salas e auditório da Ação Educativa como pelas atividades formativas que continuarão sendo ofertadas no campo da Cultura.

Participação e incidência nas políticas públicas de juventude

Nas ações dirigidas à cidade, o GT Juventude da Rede Nossa São Paulo se manteve como um importante espaço de articulação da sociedade civil e da juventude. A aposta na construção da agenda de propostas possibilitou ampliar os debates que foram iniciados em 2011, resultando num documento bastante completo, sendo uma saída interessante para o período eleitoral, no qual muitos atores governamentais e não governamentais estiveram comprometidos em campanhas e muitos espaços de diálogo ficaram esvaziados. Se, de um lado o tema juventude não conseguiu grande destaque nos debates entre candidatos e nos programas eleitorais, ao menos ele teve presença em alguns planos de governo, como foi o caso do candidato eleito, Fernando Haddad.

O trabalho em parceria com o Conselho Municipal de Juventude (CMJ) foi muito bem sucedido, considerando as duas propostas de leis (VAI II e VAE do Esporte) construídas em debates com os grupos juvenis e com representantes do executivo e legislativo e os R\$ 21 milhões aprovados em emendas para a lei orçamentária de 2012. Na relação com o CMJ tem havido apenas alguma dificuldade em relação à publicização de suas atividades (divulgação da agenda de reuniões, atas e listas de presença), o que se coloca como limite na ampliação do alcance dos debates e que ficará como desafio para 2013.

O trabalho com o Comitê Contra o Genocídio, por sua vez, possibilitou ao Programa uma interlocução com representações do movimento negro e de direitos humanos com os quais não havia um histórico mais consolidado de relações. Também foi relevante no sentido de adensar uma discussão de violência e juventude e em relação ao governo estadual. No período o Comitê se mostrou um dos espaços mais importantes e aglutinadores em torno dessas questões e conseguiu dialogar com atores bastante relevantes, tanto da sociedade civil como do poder público.

Em 2013 a maior parte dessas frentes se manterá como foco de trabalho do GT Juventude e do Programa. Soma-se aí o fato de estar iniciando uma nova gestão em que o tema da juventude parece que ganhará maior relevância, possibilitando a abertura de novas

possibilidades. A mais imediata é a de ampliar bastante a possibilidade de dialogar e incidir nas ações da Coordenadoria Municipal de Juventude, em especial defendendo a agenda de propostas coletivamente construída e as resoluções saídas da II Conferência Municipal de Juventude.

Há duas outras questões que devem ocupar as preocupações do Programa em 2013. Uma delas é o interesse em territorializar mais o trabalho de articulação, buscando mobilizar jovens nas regiões periféricas. Isso se deve ao fato de que a maior parte do campo mobilizado pela Ação Educativa hoje é composta de organizações da região central e de que o contato mais direto com jovens tem sido pouco expressivo - as lideranças mobilizadas são do campo da juventude, mas com idades mais avançadas. A segunda questão é a necessidade de atuar de forma mais efetiva no diálogo com órgãos de juventude e municípios visando um trabalho com planos locais de juventude, até porque uma aprovação do Estatuto da Juventude deverá colocar essa necessidade no cenário nacional. Para tanto, será preciso desenvolver melhor uma metodologia de trabalho com esse foco.

No âmbito nacional, a articulação com as entidades de apoio do Conjuve - Conselho Nacional de Juventude contribuiu para uma atuação de maior peso dessas organizações, contribuindo para a ampliação e o fortalecimento da representatividade do Conjuve e de seu caráter de controle social das políticas públicas de juventude no Brasil. As propostas de alteração do projeto de Estatuto dos Direitos da Juventude em tramitação no Senado Federal construídas por essa articulação foi apresentada e aprovada praticamente na íntegra pelo Conselho Nacional de Juventude. A articulação com essas organizações de defesa de direitos resulta em maior pluralidade de atores - ao lado de organizações juvenis, de movimentos sociais e organizações com vínculos partidários - fortalecendo a sociedade civil no campo das políticas de juventude.

Produção e disseminação de conhecimento

A Ação Educativa permanece sendo reconhecida como uma referência na produção e disseminação de conhecimentos sobre Juventude e Políticas Públicas de Juventude.

O lançamento comercial do livro *Juventude em Pauta: Políticas Públicas no Brasil*, que já havia tido um lançamento especial no âmbito da Conferência Nacional de Juventude no final de 2011, foi amplamente divulgado em sites e blogs e contou com a presença de pessoas de expressão nacional no campo dos direitos da juventude.

Mas o mais importante trabalho desenvolvido ao longo de 2012 neste eixo somente dará frutos em 2013, quando será concluída e publicada a pesquisa *Projovem Urbano - seus impactos nas políticas de EJA e Juventude e na trajetória educacional de jovens*, que deverá reunir um conjunto de elementos que podem contribuir para o aperfeiçoamento de programas de caráter educativo dirigidos a jovens com baixa escolaridade.

Programa Juventude Educação e Trabalho

Objetivo – Contribuir na elaboração de propostas de políticas de Educação e Trabalho que correspondam às necessidades dos jovens

Atividades e produtos

Uma linha de atuação central no Programa refere-se à experimentação de propostas e metodologias de orientação profissional para jovens de ensino médio e, nesse campo, duas ações foram implementadas: a formação de vinte jovens agentes pelo direito à educação (JADEs) e a realização de oficinas de orientação profissional. Ao mesmo tempo, a equipe buscou realizar iniciativas com vistas a incidir no debate público sobre a educação dos jovens e suas interfaces com o mundo do trabalho, seja por meio da participação ou realização de debates.

A formação dos/as JADEs envolveu 280 horas de curso, ao longo das quais se buscou problematizar os direitos educativos dos/as jovens, particularmente no que concerne o acesso e qualidade do ensino médio e ensino superior. Particular atenção foi dada à interdependência entre direitos educativos e outros direitos sociais – sobretudo culturais e de circulação na cidade –, principalmente na vida dos jovens oriundos de setores mais empobrecidos, temática eleita para a produção de um vídeo. Já as oficinas de orientação profissional *Tô no Rumo: Jovens e Escolha Profissional* foram realizadas em três escolas públicas de Ensino Médio da Zona Leste de São Paulo, envolvendo um total de 474 estudantes. Em duas dessas três escolas, as atividades foram realizadas por 21 professores/as das próprias escolas que, para tanto, receberam formação, assessoria e recursos materiais da Ação Educativa.

Com intuito de ampliar a discussão sobre a interface entre educação e juventude na vida dos(as) jovens, no meses de setembro e outubro, foi realizada uma oficina com duração de 24 horas, voltada para educadores que atuam com jovens, para o uso da metodologia de orientação profissional. Já no mês de dezembro, foi realizado o Seminário Juventude, Educação e Trabalho, que contou com o apoio do Instituto Unibanco, da Norwegian Church Aid (NCA/OD), de Kindernothilfe (KNH) e do Conjuve – Conselho Nacional de Juventude e a contribuição de um conjunto de professores(as) vinculados a instituições públicas de ensino superior como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e a Universidade Federal Fluminense (UFF).

Conciliando debates sobre a conjuntura econômica brasileira com outros voltadas para problematização de políticas e experiências de formação, o evento contou com a participação

de mais de 100 pessoas, entre elas pesquisadores(as), gestores(as) governamentais, profissionais de ONGs, integrantes de movimentos sociais, professores(as) e jovens.

Balanco dos resultados e perspectivas

As atividades realizadas ao longo de 2012 acenaram para a equipe a necessidade de ampliar as estratégias utilizadas com vistas à disseminação do tema da orientação profissional e mobilização de jovens pobres e oriundos de escolas públicas para os estudos pós-educação básica. Essa constatação decorre da avaliação bastante positiva que os participantes possuem acerca da formação de jovens agentes e das oficinas *Tô no Rumo: Jovens e Escolha Profissional*.

Tanto jovens estudantes quanto seus/suas professores/as têm manifestado profundo apreço pelas atividades realizadas, sobretudo pela sua capacidade de mediar informações que podem favorecer e incentivar a continuidade dos estudos dos/as jovens, notadamente no ensino superior. Por outro lado, a Ação Educativa consolidou um conhecimento, um certo “como fazer” e “com que recursos fazer” que, se sistematizado e disseminado, pode facilitar o trabalho de profissionais que atuam com jovens, estejam eles na escola pública de ensino médio ou em outros espaços educativos de frequência juvenil.

Os caminhos para que essa disseminação e sistematização ocorram foram abertos no final do ano, com a aprovação de novos projetos com esta finalidade. Assim, em 2013, com aportes de novos recursos materiais e humanos, estão previstas a publicação do *Guia Tô no Rumo*, um manual com sugestão de atividades para educadores que atuam com jovens, a estruturação de um site *Tô no Rumo*, voltado para disseminação de informações para jovens sobre formação profissional e trabalho, e a expansão das atividades de formação de educadores/as e orientação de jovens, inicialmente na região do ABCD.

De outra parte, ao levar para a escola de ensino médio e para o diálogo com jovens o tema da escolha profissional e dos caminhos de formação pós-ensino médio, a Ação Educativa tem se deparado com a necessidade de ampliar seus conhecimentos e estratégias de incidência no debate sobre as políticas de formação profissional no Brasil, particularmente no ensino superior – nível educacional que, de um lado, é o mais almejado e mobilizador da ação de moças e rapazes com o qual dialoga e, de outro, vem sofrendo, em meio a disputas políticas e ideológicas, profundas transformações.

É neste sentido que, para nós, parece ser estratégico o acompanhamento e incidência no debate público sobre as políticas governamentais de acesso ao ensino superior no Estado de São Paulo e, ainda que em caráter exploratório, a construção de processos que possam mobilizar jovens, principalmente aqueles que estão no ensino médio público, a tomar contato e pensar criticamente nos diferentes programas e projetos que têm por finalidade apoiá-los no acesso e permanência nesse nível de ensino.

Educação

Programa Observatório da Educação

OBJETIVO – Produzir e disseminar informações, promover pluralidade das opiniões, subsidiar os meios de comunicação, agentes educacionais e movimentos sociais na promoção da educação como direito.

No plano trienal (2010-2012), as dificuldades de acesso à informação pública e o cerceamento à liberdade de expressão no campo educacional foram colocados como principais desafios do Observatório da Educação. Também foi posta ao Programa a necessidade de utilizar as novas tecnologias da comunicação para potencializar o trabalho de produção e difusão de informações e estimular a participação da sociedade civil.

Para tanto, foi preciso fazer recortes e priorizar temas ao tratar a conjuntura educacional – uma vez que a produção de informação sobre as políticas nesse campo aumentou consideravelmente nos últimos anos, ao menos em quantidade. Para esse período, foram definidos os seguintes: Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (substituído, em 2011, pelo Plano Nacional de Educação – PNE); o trabalho Docente e a valorização dos professores no debate público; ensino médio; Educação de Pessoas Privadas de Liberdade; condição de Funcionamento das escolas; desigualdade racial e acesso ao Ensino Superior.

Atividades e produtos

Em 2012, as estratégias e atividades do Observatório foram articuladas em torno de quatro linhas de ação: 1) Pluralização e diversificação de opiniões sobre educação; 2) Produção e disseminação de informação; 3) Estímulo à participação de profissionais da educação no debate público e 4) Controle Social e Democratização do Acesso às Informações públicas.

De forma transversal a essas linhas de ação, duas frentes passaram a fazer parte do cotidiano de trabalho do Observatório: o acompanhamento da Conjuntura Nacional e o da Conjuntura Latino-americana. Com o lançamento do Portal Vozes da Educação (www.vozesdaeducacao.org.br) – lançado no final de 2011 e cuja alimentação e manutenção é de responsabilidade do Programa – o principal desafio passou a ser o monitoramento dos temas educacionais na região, sobretudo aqueles relacionados à condição docente. Para manter a dinâmica do Observatório e acomodar as novas demandas da Rede, a periodicidade do boletim do Programa passou de semanal a quinzenal, de forma alternada ao Boletim Vozes da Educação; o boletim Ação na Mídia, cuja produção havia sido interrompida em 2011, passou a ser produzido com a análise de mídia de 10 países latino-americanos (um a cada edição). Com a diminuição da periodicidade dos boletins, passaram a ser priorizados trabalhos investigativos que exigem maior fôlego.

Dois desses materiais tiveram ampla repercussão no campo educacional – contribuindo para a divulgação do próprio programa bem como de suas pautas estratégicas. Em maio de 2012, o Observatório divulgou um levantamento sobre o Conselho Estadual de Educação como resultado de um amplo processo de monitoramento dos conselhos de educação que tem realizado nos últimos anos. Os dados produzidos foram disponibilizados em formato de infográfico interativo acessado por mais de 4 mil pessoas, gerando ampla repercussão entre

acadêmicos, ativistas da sociedade civil e jornalistas. Trata-se de uma iniciativa inovadora no campo educacional, que recebeu destaque em blogs especializados no tema do acesso à informação pública. Todo o material (projeto, arte e código-fonte) está disponível para download em um repositório, de forma que outras organizações da sociedade civil e cidadãos interessados possam montar gráficos semelhantes para visualizar a composição de conselhos de políticas públicas de sua localidade. Alguns indicadores permitem avaliar o impacto da iniciativa: o material foi citado por promotores do Ministério Público Estadual que iniciaram investigação sobre o tema; por deputados estaduais que propuseram projeto de lei para reformular o Conselho de Educação do Estado, de maneira a torná-lo mais participativo; e por outras organizações da sociedade civil (sindicatos e ONGs).

Em setembro de 2012, foi lançado o *Especial Educação: Compromisso de São Paulo*, reportagem sobre as políticas educacionais no Estado. O dossiê é um marco na produção do Observatório, pois teve como ponto de partida pedidos de informação realizados com base na Lei de Acesso à Informação. A publicação (online) trouxe questões e reflexões a respeito do planejamento da educação paulista, o orçamento destinado ao Programa de ampliação do ensino de tempo integral, a concepção de ensino integral que vem sendo implantada no Estado e a ausência de mecanismos de participação e de gestão democrática. Foi acessada por duas mil pessoas no mês de sua divulgação e pautou dezenas de reportagens em veículos de circulação nacional e regional. Um debate presencial da *Série Desafios da Conjuntura* foi realizado, transmitido ao vivo e a sistematização dos debates gerou nova publicação sobre o Ensino Médio de Tempo Integral (Desafios da Conjuntura nº 30), com tiragem de 1.000 exemplares.

Merece destaque ainda, por ser uma novidade no Programa, a realização de um encontro para debater o uso de dados e tecnologias na abordagem das políticas educacionais, em outubro. O “Papo com Dados de Educação” reuniu cerca de 20 pesquisadores, hackers (programadores e desenvolvedores) e jornalistas na Ação Educativa, e foi fruto da estratégia de aproximação do Observatório do universo da transparência e de comunidades de construção colaborativa do conhecimento (como a Transparência Hacker), iniciada no primeiro semestre de 2012. A atividade deve ser incorporada ao seu planejamento em 2013 como espaço permanente de trocas, uma “comunidade de prática” destinada a pensar as possibilidades desse campo.

Paralelamente, mantiveram-se as estratégias do Observatório de apoio a jornalistas. Além do atendimento cotidiano a esses profissionais, o Banco de Fontes é continuamente atualizado e reconhecido pelos repórteres que cobrem a área educacional como importante ferramenta para o desenvolvimento de suas pautas. Além do site do Observatório e do Portal Vozes da Educação, as redes sociais (Twitter e Facebook) são constantemente atualizadas com sugestões de pautas e notícias relevantes na área educacional.

Na linha de Controle Social e Democratização do Acesso às Informações Públicas, as atividades do Observatório foram ampliadas: houve acompanhamento sistemático das reuniões dos conselhos Estadual e Municipal de Educação (com interrupções durante o ano, a depender da disponibilidade de equipe) e o site De Olho nos Planos foi alimentado com os relatos dessas reuniões; por meio do Observatório, a Ação Educativa participou ativamente das três etapas da Conferência Nacional de Transparência e Controle Social (Consocial) e dessa atividade resultou a criação da Rede Pela Transparência e Participação Social (RETPS), que a Ação Educativa integra; e a equipe do Observatório se envolveu no processo da OGP –

Open Government Partnership, acompanhando as metas relacionadas à educação no Plano de Ação Brasileiro no âmbito desse compromisso internacional assinado pelo governo brasileiro.

Balanco dos resultados e perspectivas

As experimentações em torno do uso de novas tecnologias para tratamento de dados e disseminação das informações produzidas pelo Observatório mostraram-se acertadas para a sensibilização dos comunicadores e ativistas do direito à educação, e devem ser consolidadas no próximo trienal. Os resultados dessa estratégia podem ser verificados no contínuo aumento na quantidade de pessoas que acessam seus canais de comunicação. Tanto o Facebook como o Twitter – redes sociais que o programa optou por priorizar – tiveram crescimento significativo em 2012, com relação ao ano anterior (68% e 40%, respectivamente), totalizando um público de aproximadamente 8 mil pessoas. As três páginas mantidas pelo Observatório – seu website principal, a Rede Vozes da Educação e o Blog de Olho nos Conselhos – somaram, juntas, 136 mil visualizações (média de 400 visitantes/dia).

Indiretamente, a produção de informações do Observatório chega a um público ainda mais amplo. A estratégia de pautar veículos de imprensa (tanto os grandes veículos como a mídia alternativa) teve como resultado a inserção do Observatório e de suas pautas em cerca de 70 reportagens em 2012 e centenas de reproduções na internet. Algumas das reportagens foram publicadas em veículos de grande circulação como *Folha de S. Paulo* ou *Estado de S. Paulo* (tiragem média de 300 mil exemplares), grandes portais (como o *UOL*, que tem milhares de visualizações/dia) ou no rádio (*Rádio CBN*).

Com relação ao cenário de acesso a informações públicas, houve importante inflexão durante o período compreendido pelo Trienal 2010-2012. A aprovação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527 de 2011 – com vigência integral a partir de maio de 2012) obriga o poder público a aprimorar seus mecanismos de transparência da gestão, regulamentando os procedimentos de acesso a informações públicas previstos na Constituição. O acompanhamento de sua implementação efetiva tornou-se ação prioritária no Observatório, e o programa tem usado intensamente as possibilidades abertas com a nova legislação para a produção de informação e outras ações de incidência.

A partir desse processo, e já no segundo semestre de 2012, a Ação Educativa passou a ser reconhecida como ator importante no acesso à informação na área de educação, e uma parceria foi firmada com a ONG Artigo 19 para que a AE se tornasse um “ponto focal” – passando a promover, com isso, o direito de acesso à informação na área, ao lado de outras que desempenham o mesmo papel para os temas da moradia, saúde e meio-ambiente.

Ainda na perspectiva da democratização da informação, o Observatório deve prosseguir com a ação de acompanhamento sistemático dos conselhos de educação, ampliando o foco dos blogs “De Olho Nos Conselhos” também para as comissões legislativas; e aprofundar o debate sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) em sua interface com a educação, monitorando em especial as iniciativas do setor privado na educação e promovendo o debate sobre as implicações e possibilidades de políticas envolvendo TICs para as práticas pedagógicas.

Por fim, permanece o desafio de estimular e promover a participação dos professores da educação básica no debate educacional. A criação da Rede Vozes da Educação em 2011 e

sua manutenção em 2012, por meio do portal Vozes da Educação, potencializa essa estratégia, em um momento de disputa crescente do conceito de valorização dos profissionais da educação.

Programa Ação na Justiça

OBJETIVO – Ampliar e qualificar a utilização de instrumentos jurídicos na defesa de direitos educacionais e da juventude, fortalecendo a justiciabilidade dos direitos humanos junto ao sistema de justiça estatal e à sociedade civil.

Atividades e produtos

A defesa jurídica de direitos educacionais e da juventude está diretamente relacionada – a partir da perspectiva defendida pela Ação Educativa – com processos de articulação institucional e política e com mobilização social em torno dos direitos a serem defendidos. Esses processos são também complementados pela formação de atores que não atuam diretamente no campo (mas têm potencial para atuar), além de produção de informação para intervenção no debate público.

No ano de 2012, foram protocoladas 32 (trinta e duas) diferentes petições judiciais e administrativas na defesa desses direitos, em âmbito regional, nacional e internacional. Os procedimentos versam principalmente sobre os seguintes temas: educação de pessoas privadas de liberdade; educação de jovens e adultos; educação infantil e sua interpretação judicial; gratuidade do direito à educação; valorização dos profissionais do magistério; não-discriminação e laicidade do ensino público.

A atuação na pauta da valorização do magistério, com a defesa da Lei do Piso Salarial, a produção de um parecer sobre sua implementação e a ampla difusão do trabalho em publicação específica representou um importante marco, tanto na participação de organizações vinculadas à temática educacional no Judiciário como na incorporação dessa agenda às dimensões de mobilização pela ampliação dos direitos educacionais da população.

Outro ponto a ser destacado, como uma das estratégias que visam uma mudança ampla no contexto de exercício e reconhecimento dos direitos protegidos, é a admissão da Ação Educativa e organizações parceiras como *Amici Curiae* na Ação Direta de Inconstitucionalidade que decidirá os limites do ensino religioso nas escolas públicas brasileiras e, também, a consolidação das iniciativas de exigibilidade jurídica do direito à educação das pessoas privadas de liberdade, com o amplo envolvimento de atores do sistema de justiça e com a indução de mudanças institucionais importantes na realização desse direito.

Em relação às sistemáticas violações ao direito à educação infantil em creches e pré-escolas, tema que foi objeto de intensa atividade nos anos anteriores, a atuação esteve concentrada no acompanhamento dos relevantes desdobramentos judiciais das ações civis públicas e execuções de sentença já propostas. Foram obtidas duas decisões judiciais favoráveis em processos de indenização que se desdobraram a partir de estratégias iniciadas em 2008. Outra decisão judicial positiva no período – desdobramento de Ação Civil Pública proposta em 2011 – foi obtida em abril de 2012. A juíza responsável concedeu liminar que protege

todos os estudantes das escolas públicas do Estado de São Paulo da cobrança de qualquer taxa escolar nas unidades de ensino. A decisão determina que o poder público “*iniba a criação ou cobrança de qualquer taxa escolar, nas unidades elencadas na inicial ou qualquer outra do Estado, de modo a garantir o livre acesso ao ensino público gratuito em todas as suas unidades escolares, sob pena de multa de R\$ 10 mil, em caso de descumprimento*”.

Para além da atuação direta na defesa de direitos junto ao sistema de justiça, o objetivo de ampliar e qualificar a utilização de instrumentos jurídicos também se realiza a partir da produção e difusão de informações estratégicas sobre exigibilidade jurídica dos direitos humanos econômicos, sociais e culturais e o acesso à justiça.

Em dezembro de 2011, foi lançado o site “*Direito à Educação e Acesso à Justiça*” (www.direitoaeducacao.org.br), que tem por objetivo organizar e difundir informações sobre o direito à educação no Brasil, as iniciativas de exigibilidade promovidas pela sociedade e pelos agentes públicos, e sobre a maneira como o sistema de justiça interpreta esse direito. Nesse ponto faz a interface com os desafios do acesso à justiça para a realização dos direitos humanos.

No site, há legislação, publicações e decisões judiciais relacionadas ao direito à educação, além de informações práticas sobre exigibilidade, notícias e informações sobre atividades desenvolvidas pela Ação Educativa e outros parceiros. O objetivo é fortalecer a percepção de que a educação pública, laica, gratuita e de qualidade social é um direito humano que pode e deve ser exigido nas diferentes instâncias de decisão, inclusive no Judiciário. Trata-se de uma ferramenta prática e de formação para auxiliar não apenas no debate, mas também nas iniciativas de mobilização e litígio pela garantia do direito à educação em suas diversas dimensões e características. Nele há informações sobre como exigir, quais órgãos procurar, como fazer uma petição, qual o conteúdo do direito à educação etc., facilmente encontradas.

Em 2012, o endereço eletrônico ganhou visibilidade pública – tendo sido incluído como referência em diversos outros espaços do ambiente virtual, notadamente naqueles que tratam de temas educacionais. A incorporação de novos conteúdos e o reconhecimento público de sua importância fazem com que o número de acessos venha aumentando significativamente, mês a mês, com leve queda nos momentos de férias. Assim, em seu primeiro ano completo no ar, 2012, o site “*Direito à Educação e Acesso à Justiça*” recebeu 17.353 visitantes únicos. Mais importante: o número mensal de visitantes observou uma curva evidentemente ascendente ao longo dos meses.

Ainda na linha de ação produção e difusão de informações, em março de 2012 foi lançada, por Ação Educativa e Campanha Nacional do Direito à Educação, publicação que sistematiza a participação dessas organizações e parceiros no processo de julgamento da constitucionalidade da Lei do Piso Salarial Nacional do Magistério (Lei nº 11.738/2008) pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2011. A Ação Educativa participou da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) nº 4167, movida pelos estados do Ceará, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, por meio da figura jurídica do *amicus curiae*, para defender a constitucionalidade da lei e destacar sua importância para a efetivação do direito à educação.

Em novembro de 2012, foi ainda lançado o Relatório “*Direitos Humanos no Brasil: Diagnósticos e Perspectivas, vol. III*”, na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. A organização do relatório tem como finalidade contribuir no monitoramento

político da situação concreta dos direitos humanos, com enfoque na situação dos sujeitos de direitos, foi do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), do Processo de Articulação e Diálogo entre as Agências Ecumênicas Europeias e Parceiros Brasileiros (PAD), de Parceiros de MISEREOR no Brasil e da Plataforma Brasileira de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Dhesca Brasil), redes que coordenam desde 2004 a iniciativa conjunta do Projeto Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil.

Um dos 35 textos que compõem o Relatório, o Informe sobre o Direito à Educação no Brasil foi elaborado pela Ação Educativa em articulação com Geledés e Plataforma Dhesca, e encaminhado para o Conselho de Direitos Humanos da ONU, como subsídio para a avaliação do País no Mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU).

No campo da formação, merece destaque a realização de duas edições do curso "*Direito à Educação e Direitos Humanos*" em 2012. Apesar da mudança de nome e levando em conta a permanência dos objetivos, tais formações podem ser consideradas a terceira e a quarta edição do curso "*Cidadania e Direito à Educação*", anteriormente realizado em 2007 e 2010. O objetivo primordial dos processos formativos desenvolvidos pelo Programa Ação na Justiça é formar atores estratégicos e aumentar a percepção de que educação é um direito humano e que, por isso, é dotado de mecanismos de proteção contra violações.

Em cada uma das edições de 2012 participaram 60 (sessenta) educadores, trabalhadores da educação, estudantes, lideranças populares, jornalistas e militantes de movimentos sociais e de organizações não-governamentais. O total de cursistas foi de 120 (cento e vinte) pessoas.

A sistematização e os vídeos do curso, que aconteceu nos meses de maio e junho de 2012, com 6 (seis) encontros semanais aos sábados, pode ser encontrada neste endereço eletrônico: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/?cat=10>. A segunda edição de 2012, realizada nos meses de agosto e setembro de 2012, também com 6 (seis) encontros semanais aos sábados, teve seus encontros registrados em textos e vídeos que podem ser encontrados neste endereço eletrônico: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/?cat=63>. Assim, além de cumprir com o objetivo de formação e de fortalecimento da possibilidade de exigibilidade do direito à educação, os cursos também respondem ao objetivo de produzir e difundir informações, uma vez que articulam e refletem sobre diversos temas que são tratados nas publicações, boletins eletrônicos e nos casos em que o programa atua.

As duas edições do curso – que contaram também com o apoio da Secretaria de Direitos Humanos (SDH-PR) – tiveram como estratégia central o fortalecimento e ampliação dos mecanismos de exigibilidade do direito à educação. A exigibilidade é entendida não apenas como o uso dos instrumentos jurídicos tradicionais, mas também como a existência e o fortalecimento de um ambiente social e político para uma efetiva implementação dos direitos humanos. Ou seja, é uma ação que visa formar atores estratégicos, de forma a aumentar a compreensão de que educação é um direito e que, por isso, é dotado de mecanismos de proteção contra violações – sociais e jurídicos.

Ainda no âmbito da formação, em maio foi realizado o debate aberto "*O Ensino Religioso nas Escolas Públicas – Inconstitucionalidade e Ameaças à Liberdade Religiosa e aos Direitos Humanos*", debate que finalizou um encontro nacional de organizações que atuam na pauta, com a participação de juristas, representantes de movimentos e organizações, pesquisadores e ativistas dos direitos das mulheres, dos direitos sexuais e reprodutivos, dos grupos LGBTT, e da educação pública de qualidade e, de forma mais ampla, dos direitos humanos.

Também o Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Educação Infantil (GTIEI), criado em 2012 e integrado pela Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Grupo de Atuação Especial de Educação (GEDUC) do Ministério Público do Estado de São Paulo, Grupo de Trabalho de Educação da Rede Nossa São Paulo e Rubens Naves, Santos Jr e Hesketh – Escritórios Associados de Advocacia promoveu a *"Oficina de Trabalho Interinstitucional: Bases para a proposição de um plano de expansão da educação infantil de qualidade no município de São Paulo"*, em novembro.

Balanco dos resultados e perspectivas

No segundo semestre de 2012 iniciou-se um processo de avaliação institucional do Programa Ação na Justiça, motivado pela efeméride de 10 anos do Programa, que se completarão em 2013. A avaliação externa tem como objetivo identificar mudanças de contexto ao longo dos dez anos do programa e pensar as estratégias de incidência para os próximos. A finalização desse processo trará reflexões que contribuirão para o diagnóstico sobre as novas perspectivas do objetivo que articula as ações deste Programa.

Foi constatada em 2012, além disso, uma ligeira mudança no contexto de instituições públicas defensoras de direitos sociais (principalmente na área de educação). O Estado de São Paulo, mas também em Goiás, Paraíba, Minas Gerais, Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Alagoas e diversos outros estados brasileiros criaram promotorias, grupos de atuação especial, centros de apoio especializados na Defesa do Direito à Educação – que atuarão em paralelo com as Promotorias da Infância e Juventude, já mais consolidadas no âmbito de seus ministérios públicos estaduais.

É recente – dos últimos 5 (cinco) anos – a institucionalização progressiva do direito à educação como ramo específico, não só de atuação mas também de produção de conhecimento. Desde a criação do Programa Ação na Justiça, da Ação Educativa, em 2004, estava presente a reivindicação em prol da criação de órgãos especializados em direito à educação, internos às instituições públicas de defesas de direitos. O segundo semestre de 2012 marcou a consolidação deste que pode ser considerado um efeito positivo do Programa. Se a atuação da Ação Educativa é bastante tímida e difícil de ser medida nos outros estados – na maior parte das vezes intermediada pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (instituição sediada em Brasília com capacidade de provocar todos os ministérios públicos estaduais e federais) –, em São Paulo os contatos institucionais com o Ministério Público são frequentes e constantes. A consolidação de órgãos voltados especificamente para a defesa do direito à educação neste estado pode ser considerada um impacto positivo da atuação em defesas jurídicas do direito à educação desta instituição.

Outro ponto de destaque do período é o ingresso da instituição na pauta da democratização do Poder Judiciário, fundamental para aqueles que se dedicam à defesa de direitos junto a essa instituição hermética. Questionamentos foram encaminhados ao Supremo Tribunal Federal e ao Conselho Nacional de Justiça, por meio da *Articulação Justiça e Direitos Humanos*, com o objetivo de ampliar o acompanhamento público e o controle social do Poder Judiciário.

Seja como for, permanece para o próximo trienal a linha estratégica orientadora do objetivo: a propositura e o acompanhamento de demandas de exigibilidade dos direitos à educação e da juventude, em articulação com redes de sociedade civil e outras organizações, amplia a

percepção sobre a justiciabilidade desses direitos e denuncia o padrão violatório presente em sua implementação prática. Nesse sentido, enfocam-se tanto estratégias de litígio consideradas exemplares por seu ineditismo, como é o caso da ação em defesa da oferta de educação adequada numa unidade prisional feminina, como se procura incidir em casos de grande repercussão para a configuração do direito educacional no Brasil. Nosso objetivo, ademais, é difundir tais estratégias de modo a que outros atores venham a propor e acompanhar novas demandas, assim como busca-se potencializar o impacto público das medidas para provocar mudanças nas políticas públicas e na prática dos administradores e funcionários estatais.

Programa Diversidade, Raça e Participação

OBJETIVO – Contribuir para a instalação e aprimoramento de processos e instâncias participativas e de controle social no campo da educação, de modo a possibilitar a expressão das agendas dos movimentos sociais e o enfrentamento das desigualdades, do racismo e de demais discriminações negativas por meio de políticas de Estado.

Atividades e produtos

Com relação à articulação e à incidência política, destacam-se ações vinculadas ao Plano de Educação da Cidade de São Paulo e ao estímulo à construção participativa de Planos de Educação em todo o país. No que se refere a São Paulo, em abril, após atividades preparatórias junto às escolas, uma comissão de 26 crianças e adolescentes entregou à Câmara Municipal as propostas elaboradas por crianças e adolescentes de escolas públicas, que participaram de encontro realizado em novembro de 2011. A comissão de crianças entregou também um documento e um vídeo sobre todo o processo de construção coletiva de propostas sobre como melhorar a educação do município. A partir da experiência e do levantamento de acúmulos em outras regiões do país referentes à participação de crianças e adolescentes nas políticas públicas, teve início a elaboração de um material educativo para estímulo à participação de crianças e adolescentes na construção de planos de educação a ser divulgado nacionalmente em 2013.

Em conjunto com organizações sindicais, fóruns e movimentos sociais, que constituem a Comissão Executiva do Plano de Educação de São Paulo, foram realizados eventos públicos, reuniões e divulgadas notas públicas destinadas a exercer pressão política para que a proposta de Plano de Educação – elaborada pelo governo municipal, a partir das duas mil atividades participativas e das Conferências de Educação da Cidade de São Paulo – fosse encaminhada à Câmara Municipal. Diante da recusa da Prefeitura a encaminhar o processo, a Ação Educativa, o GT Educação da Rede Nossa São Paulo e as demais entidades da Comissão Executiva solicitaram a entrada do Ministério Público Estadual no caso, o que resultou na abertura de um inquérito público civil contra a Prefeitura.

Diante da pressão, a Prefeitura encaminhou o PL à Câmara Municipal em setembro. Em seguida, a Comissão Executiva entregou à Câmara Municipal uma solicitação de realização de um ciclo de oito audiências públicas temáticas e quatro regionais destinadas a aperfeiçoar a proposta encaminhada pelo Executivo Municipal ao Legislativo. À nova gestão da cidade, que assume o governo municipal em 2013, foi entregue proposta de retomada do debate sobre o

Plano de Educação nas escolas da rede municipal, com ampla divulgação do documento para estudantes, familiares e profissionais de educação e atividades planejadas de discussão. Essa retomada do processo traz possibilidades importantes para o aprimoramento da proposta de um Plano de Estado, que deverá impactar o planejamento do atendimento educacional para os próximos dez anos e a gestão democrática e controle social em educação da metrópole.

No nível nacional, foi firmado um termo de cooperação com a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) para o desenvolvimento de um conjunto de ações para o estímulo à construção participativa de Planos Municipais de Educação em todo o país, denominado De Olho nos Planos. No marco dessa estratégia, foram realizadas reuniões e uma oficina de trabalho no segundo semestre de 2012, com entidades e especialistas importantes para afinar a estratégia coletiva. Foi constituído um comitê de parceiros da Iniciativa nacional composto pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Unicef, Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), Uncme (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação) e Instituto C&A, ao qual se associaram pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas. Está prevista para maio de 2013 a entrega de uma maleta de materiais para os novos gestores e gestoras de educação dos municípios de todo o país e o lançamento do Portal De Olho no Plano, com subsídios para gestores e ativistas da sociedade civil impulsionarem processos participativos de construção de Planos de Educação.

No campo da formação, em 2012 foram realizados dois cursos sobre Educação, Direitos Humanos e Relações Raciais destinados a profissionais de educação, comunicadores, operadores do direito e ativistas de sociedade civil. Os cursos tiveram como objetivo geral promover a capacidade dos/das participantes de compreenderem o racismo como obstáculo à garantia do direito humano à educação e de atuarem em prol de uma educação antirracista no cotidiano das instituições educativas e nas políticas educacionais. Participaram do curso 103 pessoas, sendo 21 homens e 82 mulheres. Com relação ao quesito cor/raça, participaram 21 pessoas brancas, 25 pardas e 57 pretas.

Ainda na agenda de igualdade racial, realizou-se o pré-teste nacional dos Indicadores de Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola nos estados de Minas Gerais, Maranhão e Bahia, com apoio do Unicef, e mais duas rodadas de leituras críticas do material com especialistas do campo de educação e relações raciais. O material encontra-se em finalização e será distribuído em 2013 para 400 mil escolas pelo Ministério da Educação em parceria com a Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (Seppir). A proposta dos Indicadores também foi submetida à apreciação dos pesquisadores e pesquisadoras reunidos no Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, realizado em julho, em Florianópolis (SC).

Como os demais Indicadores de Qualidade na Educação (Ensino Fundamental e Educação Infantil), os Indicadores de Relações Raciais são um instrumento de autoavaliação participativa escolar que visa trazer diferentes vozes e sujeitos da comunidade escolar para a elaboração do diagnóstico e construção de um plano de ação que contribua para a superação do racismo como obstáculo à melhoria da qualidade educacional. Sujeitos que muitas vezes são preteridos no debate da melhoria da qualidade educacional. A grande aposta do novo *Indicadores* é pautar o debate sobre relações raciais como questão estruturante da qualidade educacional, indo além da abordagem de reconhecimento das especificidades.

É importante dizer que no segundo semestre de 2013, a partir de um convite da Fundação Carlos Chagas, deu-se início a uma ação destinada a promover o debate público sobre a

educação na Amazônia em articulação com importantes organizações e movimentos sociais do estado do Pará.

Em julho, foi encerrado o mandato da Relatora Nacional de Educação, Denise Carreira (coordenadora do programa Diversidade, Raça e Participação) e de Suelaine Carneiro, assessora da Relatoria. Em evento na Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, coube à Relatora fazer uma exposição pública de balanço do trabalho de todas as Relatorias da Plataforma DHESCA, além de um conjunto de recomendações destinadas a fortalecer as Relatorias como função de interesse público. No segundo semestre, deu-se continuidade a ações de desdobramento do trabalho da Relatoria Nacional de Educação referentes à educação nas prisões e à intolerância religiosa nas escolas públicas, em articulação com a nova Relatora Nacional de Educação, a pesquisadora Rosana Heringer, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Balanço dos resultados e perspectivas

Um dos impactos positivos, em 2012, por meio da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, foi o acolhimento de emenda proposta pela Ação Educativa na tramitação do Plano Nacional de Educação referente à necessidade de que a construção de Planos Municipais e Estaduais de Educação se dê por meio de processos participativos. A emenda foi acolhida e abriu uma grande oportunidade de estímulo a processos participativos (e de se disputar o sentido da participação) junto à sociedade civil e a gestores/as educacionais, contribuindo para o aprimoramento da gestão democrática em educação e a construção de Planos de Estados.

Ainda vinculado à tal agenda, pode-se apontar o grande interesse de outros parceiros em somar esforços em prol das estratégias de estímulo à construção participativa de Planos Municipais de Educação, como a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a União dos Conselhos Municipais de Educação e pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, esta última importante instituição de pesquisa educacional. Elas vieram se somar às organizações já parceiras na iniciativa como a Undime, o Unicef e o Instituto C&A.

No segundo semestre de 2012, avançou-se na perspectiva de abordar os Indicadores da Qualidade da Educação como coleção, ampliando suas possibilidades de uso na avaliação e planejamento da política educacional. Nesse sentido, foi desenvolvida no segundo semestre a atualização dos Indicadores de Ensino Fundamental, e foram realizados os pré-testes nacionais dos Indicadores Relações Raciais na Escola e a disseminação dos resultados do monitoramento dos Indicadores de Educação Infantil. Em 2013, pretende-se utilizar de forma mais intensa e sistemática os três Índiques em processos de avaliação e de construção e revisão participativas de Planos de Educação, articulando com o seu atual uso nos ambientes escolares. Os três *Índiques* serão distribuídos para secretários e secretárias municipais de educação em maio de 2013, no Fórum Nacional da Undime, a ser realizado em Salvador.

Um dos destaques de 2012 foi o grande número de inscrições – em um curto espaço de tempo - no curso Educação, Direitos Humanos e Relações Raciais (364 pessoas, sendo 72 homens e 292 mulheres), fenômeno também observado em outros cursos ofertados pela Ação Educativa sobre Educação e Direitos Humanos, desenvolvidas com apoio de edital público da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. O fato coloca para a instituição o desafio de aprimorar e ampliar seu trabalho de formação por meio de cursos, aliado aos

processos formativos desenvolvidos por meio de projetos junto a escolas e comunidades. A ótima avaliação final dos participantes também permitiu confirmar e afinar opções metodológicas. Além dos conteúdos e vivências trabalhadas diretamente por nossa equipe, o curso contou com a participação de palestrantes oriundos das Universidades e de Organizações e Movimentos Sociais. Em 2013, a Ação Educativa tem o desafio de buscar condições para manter e aumentar o número de cursos.

Por fim, as ações referentes à Educação na Amazônia, a serem desenvolvidas em 2013, possuem o potencial de trazer para o centro da discussão uma região, atores e realidades pouco refletidas e contempladas pelo atual desenho das políticas educacionais, e que ocupam lugar fundamental nas questões referentes ao desenvolvimento do país na perspectiva da sustentabilidade socioambiental. A atuação na região ampliará o escopo do trabalho de Ação Educativa no que se refere à agenda de diversidades e desigualdades em educação.

Programa Ação na Escola

OBJETIVO – Promover a participação de diretores, coordenadores pedagógicos, estudantes, pais e, especialmente, professores e professoras no desenvolvimento de projetos pedagógicos, na discussão e proposição de políticas que contribuam com a qualidade da educação oferecida nas redes públicas de ensino.

Atividades e produtos

O programa Ação na Escola é constituído pelos projetos *Indicadores da Qualidade na Educação (Indiques)* - Ensino Fundamental e Educação Infantil - e *Nossa Escola Pesquisa sua Opinião*. Ambos realizam a disseminação e utilização de metodologias participativas, desenvolvidas pela Ação Educativa e parceiros, e voltadas a escolas.

Indicadores da Qualidade na Educação

Em 2012 a Ação Educativa assessorou o Departamento Municipal de Educação de Bebedouro/SP – DEMEC na realização de ações que contribuíssem com a gestão do Departamento a partir de um diagnóstico da rede de ensino elaborado por meio da autoavaliação institucional proposta pelos *Indicadores da Qualidade na Educação* (Educação Infantil e Ensino Fundamental). Foram realizadas duas oficinas de formação com as escolas e com as profissionais do DEMEC e um Seminário com toda a cidade de Bebedouro para socializar e refletir os resultados do projeto. As oficinas tiveram por objetivo utilizar os resultados das avaliações das unidades educacionais e os planos de ação elaborados pelas escolas como subsídios das ações do Departamento de Educação. Participaram desses encontros 183 membros das comunidades escolares.

Durante o período foi estabelecida uma parceria com o UNICEF com o objetivo de estimular o uso da coleção *Indicadores da Qualidade na Educação – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Relações Raciais na Escola* na construção participativa de Planos de Educação. Para tanto, procedeu-se à revisão da 3ª edição de 2007 do material *Indicadores da Qualidade na Educação – Ensino Fundamental*. Para este projeto foi criado um Grupo de Trabalho com

representantes da UNDIME, UNICEF, MEC, Fundação Victor Civita, CEDAC, CENPEC, Universidade Federal de Pernambuco (CEEL), Instituto Avisa Lá e Ação Educativa. Para subsidiar as discussões do GT a equipe da Ação Educativa realizou pesquisa bibliográfica de teses e dissertações que tratavam dos Indicadores e levantamento das mudanças nas legislações e normativas de 2006 a 2012. As sistematizações dos usos dos Indicadores da Qualidade na Educação por escolas e redes de ensino também foram fonte para a revisão do material. Além do GT, foi realizado pré-teste do material em diferentes regiões do país: SP, MS, PA e PE. No total, as atividades envolveram 416 pessoas, sendo 15 profissionais ligados ao GT e 401 membros de comunidades escolares.

Nossa Escola Pesquisa sua Opinião (Nepso)

Em 2012 a metodologia Nepso, como conteúdo de formação inicial e continuada de professores da rede pública, foi incluída também em projetos de extensão na Universidade Federal Rural de Pernambuco – campus Garanhuns, além daqueles já realizados pela USP, UFPR e Universidade de Caxias do Sul. Na Universidad La Frontera (Chile) os estudantes do curso de pedagogia tiveram a oportunidade de realizar o acompanhamento do Nepso nas escolas, como atividade do estágio de formação que são obrigados a cumprir, no último ano do curso, para obterem certificação. Consideramos que essas ações se constituem em experiências promissoras de influência nas políticas públicas de formação docente.

O III Simpósio, realizado em junho na Argentina, constituiu-se em oportunidade para promover um alinhamento coletivo das ações na rede, resultado de um acordo entre os polos e coordenação geral baseado nas atividades e experiências que estes vêm explorando em seus contextos e realidades.

Foi lançada em 2012 a publicação "*Nossa Gente - 10 anos de NEPSO*" dando visibilidade a diversas pessoas (coordenadores, professores e alunos) que fizeram parte da história do projeto.

Uma das fragilidades apontadas pela sistematização externa, realizada em 2011, foi a ausência de sistematização, reflexão e produção de conhecimento sobre as experiências realizadas nos polos. Essa constatação impulsionou a equipe à realização de um curso de sistematização com a ONG Casa7 – Memórias e Aprendizagens durante o ano de 2012.

Balanco dos resultados e perspectivas

O debate sobre a relação entre ONGs e escolas, realizado em 2011, e o debate travado internamente à própria Ação Educativa (envolvendo suas diferentes equipes) propiciaram algumas constatações que exigem investigação mais aprofundada, para gerar reflexões que balizem os rumos dos projetos. Destacamos algumas: não foi possível identificar unidade, no campo das ONGs, relacionada aos objetivos de "estar na escola" e em relação aos métodos e formatos de ação dentro da escola; também se constataram divergências ou tensões relacionadas à noção de incidência em políticas (mais larga ou mais estreita, mais ampla ou mais específica, mais direta ou indireta). Esse acúmulo evidenciou a importância do lugar da escola entre os diferentes projetos da Ação Educativa. A busca de melhor compreensão dessas questões exige, ainda, a inclusão de outros atores, sujeitos desse processo, quais sejam, professores e alunos das escolas que são *locus* dessas intervenções.

Com relação aos *Indicadores*, as experiências de utilização do material vêm se somar ao trabalho já desenvolvido pela Ação Educativa, referente à construção participativa do Plano de Educação da cidade de São Paulo e à elaboração de referências para outros municípios brasileiros. Os *Indicadores* podem ser usados na elaboração do diagnóstico da situação educacional do município ou estado ou na avaliação e revisão de Planos de Educação, quando existentes. A autoavaliação escolar proposta pelos *Indicadores da Qualidade na Educação* amplia as possibilidades da Ação Educativa contribuir para o estímulo à construção participativa de planos, em consonância com as perspectivas do novo Plano Nacional de Educação - PNE - que deve fixar um prazo de 1 a 2 anos para que todos os municípios e estados tenham seus Planos de Educação construídos por meio de processos participativos envolvendo a população.

Quanto ao NEPSO, as reflexões geradas a partir do III Simpósio produziram material que será utilizado na construção de indicadores, em 2013, que avaliem todas as dimensões e impactos do uso da metodologia nas escolas onde se encontra disseminada.

Pelo segundo ano consecutivo, a inclusão da metodologia NEPSO no programa "Entrelaçando" em MG, parceria entre a UFMG e a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, reafirma uma experiência exitosa de participação em política pública e aponta perspectivas de aproximação com outras iniciativas em curso como, por exemplo, o programa federal Mais Educação.

O curso de sistematização realizado pela equipe com a Casa7 resultou no acompanhamento do trabalho em sala de aula desenvolvido por cinco professoras em São Paulo e será organizado em uma publicação. Há perspectiva de que em 2013 essa formação seja compartilhada com os demais polos da rede.

Programa Educação de Jovens e Adultos

OBJETIVO - Desenvolver programas e materiais educativos para jovens e adultos, adequando os currículos de educação básica às suas expectativas e condições de estudantes trabalhadores e para o exercício da cidadania ativa.

Atividades e produtos

As atividades desenvolvidas em 2012 contribuíram para alcançar o objetivo estipulado para o triênio 2010-2012 de disseminar uma proposta pedagógica adequada às expectativas de uma educação de qualidade para pessoas jovens e adultas, levando-se em conta à condição de estudantes trabalhadores e o desenvolvimento da cidadania ativa. A coleção didática *Viver, Aprender*, produzida pela Ação Educativa em parceria com a Editora Global e adotada pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para Educação de Jovens e Adultos, foi escolhida por sistemas municipais e estaduais de educação de todo o Brasil para ser uma das obras de referência para o atendimento em EJA.

Em 2012, a coleção didática *Viver, Aprender* foi entregue a 501.440 pessoas que cursam o primeiro ou o segundo segmento do Ensino Fundamental na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), totalizando cerca de 1,3 milhão de livros distribuídos pelo Programa

Nacional do Livro Didático (PNLD) para a EJA. Além disso, 60.756 professores receberam a coleção para trabalhar com os estudantes.

Quantidade de estudantes e professores que receberam a coleção <i>Viver, Aprender</i> - 2012		
Volumes	Estudantes	Professores
Alfabetização	257.315	22.069
Alfabetização e fundamental I (dois volumes)	77.977	5.035
Ensino fundamental II (6º, 7º, 8º e 9º anos)	166.148	33.652
Total	501.440	60.756

Fonte: Ed. Global/Gaia

Como parte do PNLD, a Ação Educativa realizou oficinas de caráter formativo junto a professores/as e equipes técnicas de unidades escolares, além de gestores públicos, das redes públicas de ensino que adotaram a coleção. Tais oficinas têm como objetivo que os/as profissionais da educação vivenciem e compreendam a proposta pedagógica da coleção.

- Vitória/ES: oficina de suporte pedagógico com duração de 16h, divididas em dois dias, para 60 professores/as da rede pública municipal de ensino fundamental.
- Pernambuco: oficina de suporte pedagógico com duração de 8h, em um único dia, para 600 professores/as da rede pública estadual de ensino que atuam na alfabetização e no primeiro e segundo ciclo do ensino fundamental.
- Rio de Janeiro: oficinas de suporte pedagógico com duração de 8h, em um único dia, em sete grandes regiões do Estado para 1400 professores/as da rede pública estadual de ensino fundamental.

Para continuar avançando no objetivo destacado de desenvolver propostas e programas adequados aos sujeitos da EJA, a Ação Educativa continuou o processo de reformulação de toda a coleção didática *Viver, Aprender* para Alfabetização e Ensino Fundamental, etapas já contempladas pelo PNLD, e a elaboração de proposta para o Ensino Médio, prevista para ser finalizada no primeiro semestre de 2013. Além disso, a coleção didática *Campo Aberto*, voltada para o Primeiro Segmento do Ensino Fundamental de Educação no Campo em cursos multisseriados, foi inscrita no PNLD, mas não foi selecionada. Como estratégia, foi planejada sua reformulação em 2013.

As estatísticas oficiais apontam que o público feminino é majoritário nos programas de Educação de Jovens e Adultos. Na edição de todas as coleções didáticas, foi dada especial atenção ao tratamento pedagógico das questões de gênero; enfocando temáticas relacionadas às experiências de vida de jovens e adultos, os conteúdos tratados procuram enfatizar a importância da participação e emancipação das mulheres nos contextos doméstico, econômico e político. Afirmam-se a igualdade de direitos e a necessidade de crítica e combate ao sexismo e ao racismo.

Para monitorar estas atividades, são utilizados dados oficiais de aquisição e distribuição de materiais didáticos no âmbito do PNLD, relatórios de observação das oficinas de suporte

pedagógico para utilização da Coleção Viver, Aprender, e, por fim, dados de pesquisas realizadas com participantes destas oficinas para avaliar o uso do material.

Paralelamente ao desenvolvimento de programas e materiais educativos adequados aos sujeitos da EJA, a Ação Educativa atuou em três outras frentes no campo da educação de pessoas de jovens e adultas: na produção de pesquisas e conhecimentos sobre alfabetismo da população adulta e sobre políticas públicas para essa modalidade, na participação e na atuação conjunta com fóruns e conselhos de defesa do direito humano à EJA e, por fim, na realização de trabalhos de avaliação externa de programas e projetos educacionais (públicos e ou privados).

Em 2012, foi dada continuidade ao projeto de pesquisa em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP) para constituição de um núcleo de pesquisas na área de avaliação na Ação Educativa, intitulado Educação de Jovens e Adultos: insumos, processos, resultados. A proposta, que mobiliza vários programas da Ação Educativa, inclui pesquisas sobre o ENCCEJA – Exame Nacional de Certificação de Competências na Educação de Jovens e Adultos; sobre os impactos do FUNDEB na oferta de EJA por redes municipais no município de São Paulo; sobre os impactos do PROJOVEM na trajetória dos estudantes e das políticas públicas voltadas à juventude e finalmente, sobre os impactos psicossociais da escolarização, focalizando as clivagens relacionadas à gênero e raça. Ao longo de 2012, foi dada continuidade aos trabalhos iniciados em 2010, finalizando a fase de coleta dos dados de campo. Iniciou-se a elaboração das análises e elaboração dos relatórios finais. Realizou-se também um seminário de pesquisa com a presença de especialistas no tema, técnicos do INEP-MEC e SECADI-MEC para apresentar e discutir os resultados preliminares.

Para consolidar a defesa de uma educação de jovens e adultos de qualidade, a Ação Educativa também fortaleceu, ao longo de 2012, sua atuação no campo da pesquisa sobre alfabetismo da população adulta brasileira tendo como base o Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF). Em parceria com instituições e especialistas de referência na área, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Realização, publicação e divulgação dos resultados de pesquisa da edição 2012 do Indicador de Alfabetismo Funcional - INAF Brasil.
- Comemoração dos 10 anos de existência da INAF:
 - Consolidação do banco de dados das 8 edições do Inaf Brasil realizadas nestes dez anos para realização de uma publicação sobre letramento no Brasil.
 - Realização de seminário técnico com cerca de 30 especialistas e pesquisadores em educação, políticas públicas de educação, economia, avaliação e letramento para apresentação dos resultados preliminares de seus artigos para a publicação de 10 anos.

Além disso, a Ação Educativa participou ativamente do Centro de Referência de Educação de Jovens e Adultos e Cooperação Sul-Sul (ECOSS), projeto de cooperação solidária e democrática em educação entre os países africanos de língua oficial portuguesa na perspectiva de realizar pesquisas e fomentar iniciativas relacionadas à educação de jovens e adultos, além de promover atividades de articulação da sociedade civil entre os

países envolvidos em defesa do direito humano à educação. Dentre as atividades desenvolvidas no segundo semestre, foram realizadas:

- Participação na I Missão Internacional do ECOSS em Cabo Verde. Cabo Verde, entre outubro e novembro/2012.
- Participação na Oficina de Planos Locais, do Programa de Cooperação Sul-Sul com Países Lusófonos, realizada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Cabo Verde, em outubro/2012.
- Realização do Colóquio Educação e Cooperação Solidária Sul-Sul, atividade promovida em parceria com Campanha Nacional pelo Direito à Educação, ECOSS, Ação Educativa e Ministério da Educação e Desporto de Cabo Verde. Cabo Verde, outubro/2012.
- Participação na Réunion régionale d'experts sur le suivi de CONFINTEA VI en Afrique: accroître la participation des jeunes et des adultes à l'éducation et l'apprentissage, realizado pelo Unesco Lifelong Learning Institute (UIL) da Universidade de Hamburgo. Cabo Verde, novembro/2012.

Historicamente, outra estratégia da Ação Educativa no campo da EJA é sua atuação no campo político em defesa dessa modalidade de ensino por meio da participação em fóruns, conselhos e articulações da sociedade civil. No segundo semestre de 2012, destacam-se as seguintes atividades:

- Participação no Fórum Paulista de Educação de Jovens e Adultos (Fórum EJA) na condição de membro da coordenação estadual.
- Concepção, organização e realização de plenárias temáticas sobre temas importantes para o campo da EJA.
- Ações conjuntas para cobrar dos órgãos e representantes públicos da área educacional explicações e providências sobre a queda nas matrículas na EJA nos sistemas de ensino.
- Organização e participação no VI Seminário Estadual de Educação de Jovens e Adultos – “Políticas e práticas curriculares na EJA”, realizado pelo Fórum Estadual de EJA de São Paulo.
- Participação na Comissão Nacional Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA), instância consultiva e de apoio ao Ministério da Educação na construção da política pública de jovens e adultos, na condição de representante da sociedade civil. Em 2012, a Ação Educativa, participou de Grupo de Trabalho que propôs a reformulação do Programa Brasil alfabetizado.

Foi realizada ainda uma avaliação externa da metodologia de teleducação para EJA denominada Telessala, da Fundação Roberto Marinho, nos estados do Amazonas e do Rio Grande do Norte. Em 2012 ocorreu a etapa avaliativa diagnóstica, com a aplicação de testes cognitivos e questionários socioeconômicos utilizados na pesquisa INAF Brasil, realização de pesquisas pré-campo para coleta de informações, materiais e dados dos projetos nesses estados e, por fim, etapa avaliativa qualitativa para compreender principais fatores explicativos da aprendizagem de estudantes.

Balanco dos resultados e perspectivas

Quanto à *Coleção Viver, Aprender*, o processo de reedição da obra gerou grande esforço da equipe que, no total, dedicou-se a renovar, em alguns casos por completo, 10 volumes de livros do aluno e mais 13 volumes de livros do professor. Nossa perspectiva é que esta seja uma coleção adequada e renovada para as demandas da educação de jovens e adultos no país. Finalizado esse processo, que resulta na inscrição das obras para avaliação no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), daremos início a uma nova etapa de trabalho que incluirá a criação de objetos digitais para a coleção e também a possibilidade da criação de outras publicações novas para a educação de jovens e adultos.

Abre-se agora também a perspectiva de adensarmos as experiências de construção participativa de políticas públicas em EJA com um projeto desenvolvido em parceria com a Fundação Vale. Nos próximos dois anos, estaremos liderando atividades de formação dos professores e de construção do currículo para a educação de jovens, no nível fundamental II, da rede municipal de educação de dois municípios mineiros. Nossa expectativa é a de criar uma nova escola de EJA que atraia muito mais jovens e adultos para a escola.

Nesse mesmo sentido, outra experiência que vem a somar ao arcabouço da Unidade de EJA é a construção, em 2013, da nova Matriz curricular para a educação de jovens e adultos do Serviço Social da Indústria (SESI) Nacional em parceria com a UNESCO. Nesse processo, teremos a oportunidade de experimentar novas formas de organização curricular e colocar em prática novas formas de organização da educação de jovens e adultos que foram ao longo dos últimos anos pensadas e discutidas pela Unidade. O SESI possui cerca de 150 mil alunos jovens e adultos distribuídos por diferentes unidades da federação. Vamos dialogar com educadores dessas unidades para estabelecer um novo currículo. Temos a perspectiva de, em um segundo momento, conduzir a experiência piloto de implementação do novo currículo.

Em relação ao Índice de Alfabetismo Funcional (INAF), há a expectativa de retomar o debate sobre o tema do alfabetismo e sua aplicação no desenvolvimento de propostas para a educação de jovens e adultos com o lançamento do livro INAF 10 anos. Será realizado seminário público na ocasião do lançamento do livro para começar a disseminar os resultados do trabalho produzido por um conjunto de especialistas.

Coloca-se ainda como desafio, com base na metodologia criada pelo INAF, criar soluções para a ampliação do letramento em um contexto em que a escola formal não parece atender às expectativas de jovens, adultos e empregadores. Basta lembrar que a evasão escolar em algumas redes aproxima-se dos 50%. Neste sentido, o projeto proposto junto ao SESI-BA para criar um curso de letramento em perspectiva não-escolar, nos coloca a possibilidade de propor novos modelos de aprendizagem e ampliação do letramento para jovens e adultos, podendo assim, abrir novos caminhos para a criação de novos modelos para este grupo.

O desenvolvimento das pesquisas em parceria com o INEP permitiu o levantamento de muitos dados novos acerca da educação de jovens e adultos. As análises elaboradas nos permitirão a construção de publicação e a realização de seminário para dialogar acerca das políticas públicas para a educação de jovens e adultos no país.

A participação, em 2012, nas missões junto ao Centro de Referência de Educação de Jovens e Adultos e Cooperação Sul-Sul (ECOSS) em Moçambique, Angola e Cabo Verde, permitiram à Ação Educativa aprofundar o conhecimento acerca do desenvolvimento da educação de

adultos no grupo de países de língua portuguesa. Está colocada a possibilidade da participação da Ação Educativa em processos de formação de educadores em Moçambique e também de condução de um trabalho de pesquisa que investigue a papel da sociedade civil na construção da educação de jovens e adultos nos PALOP's.

No que se refere à incidência política, a participação da Ação Educativa na coordenação do Fórum de EJA de São Paulo vem se ampliando. A perspectiva é a de fortalecimento do Fórum e de revisão de suas pautas levando em conta contexto atual da EJA. Na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA), mantemos uma participação ativa na perspectiva de influir na condução da política federal para a educação de jovens e adultos no país. Dentre os temas em pauta estão a educação profissional na educação de jovens e adultos e a revisão dos programas de alfabetização propostos pelo governo.

Cultura

Programa Cultura e Mobilização Social

Objetivo - Fortalecer a produção e difusão de expressões culturais de grupos originários e/ou atuantes nas periferias urbanas, visando a afirmação de suas identidades, ampliação do acesso a circuitos de produção e consumo de bens culturais e reconhecimento do direito à cultura como dimensão essencial da cidadania.

Ponto de Cultura

Atividades e produtos

A programação do Espaço Cultural Periferia no Centro se manteve no mesmo patamar de 2011 em termos de oferta de atividades, mas com um incremento de público. Cerca de 14 mil pessoas participaram dos eventos culturais realizados nas 11 programações mensais regulares e de outras atividades promovidas pela Ação Educativa ou por organizações parceiras. A elevação de público em relação a 2011 foi de 40%. Isso se deve, em parte, às melhorias no auditório, dotado de novos equipamentos e de cabine de som, iniciativas tomadas ainda em 2010 com recursos do Ponto de Cultura e ampliadas nos anos seguintes durante a vigência do convênio do Ponto de Cultura Periferia no Centro com a Secretaria do Estado da Cultura. Dessa forma foram viabilizadas transmissões ao vivo pela Internet de shows e de outras atividades como debates. Já o Centro de Mídia Juvenil teve uma franca queda de público em função de sua desatualização perante as novas demandas dos grupos juvenis. Cerca de 600 usuários apenas fizeram uso dos serviços e equipamentos do CMJ.

Entre as atividades que estão fora da programação oficial, destacamos novamente a realização do *Revolução Rap*, apresentação artística de grupos de hip hop em show transmitido ao vivo pela Rádio Comunitária Heliópolis FM. Este evento tem o nome do programa veiculado regularmente pela referida rádio. Trata-se de uma experiência inovadora e de grande repercussão, a ponto de ser aprovada em edital do PROAC – Programa de fomento cultural do Estado de São Paulo, fato que proporcionou a realização regular deste evento ao longo de todo ano de 2012. O *Revolução Rap* já garantiu sua continuidade em 2013 por meio do VAI, edital da Prefeitura de São Paulo no qual a iniciativa foi contemplada

A *Exposição do Dia do Graffiti* foi realizada com êxito, como nos anos anteriores, tendo importantes intervenções externas em especial na Rua Santo Antonio, no tradicional Bairro do Bixiga, Região Central de São Paulo, numa atividade que reuniu cerca de 30 grafiteiros oriundos de diversos bairros da Capital e Grande São Paulo. Foram realizadas também duas oficinas de elaboração de projetos culturais voltadas ao edital do VAI, atendendo cerca de 40 ativistas culturais.

A Ação Educativa participou do processo de redefinição do Conselho Municipal de Cultura da Cidade de São Paulo, do encontro da rede de Pontos de Cultura do Estado de São Paulo, além de acompanhar as atividades da Frente Parlamentar de Defesa da Cultura da Assembleia Legislativa e participar do GT de Cultura da Rede Nossa São Paulo.

Resultados e perspectivas

Esta linha que agrupa nossas ações locais na Região Metropolitana de São Paulo a partir do Ponto de Cultura Periferia no Centro manteve um razoável padrão de atuação, em função, principalmente, do êxito do Espaço Cultural. Passados três anos do reconhecimento como Ponto de Cultura, a Ação Educativa atingiu um posicionamento na cena cultural paulistana que confirma as projeções estabelecidas no Plano Trienal de que se tornaria um espaço de referência para os grupos culturais das periferias se encontrarem, realizarem apresentações, participarem de discussões e atividades de formação.

Atingir este patamar coloca vários desafios institucionais com vistas à manutenção desse espaço cultural. O principal deles é de sustentabilidade, posto que em 2012 se encerrou o convênio com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e Ministério da Cultura. Mantém-se a expectativa de continuidade, expressa no relatório anterior, porém, não mais em função do cumprimento das metas do Plano Nacional de Cultura, mas em virtude da nova gestão da Prefeitura de São Paulo que se comprometeu em efetivar acordo com o Ministério da Cultura para garantir pelo menos 300 Pontos de Cultura na Capital. A Cidade de São Paulo nunca fez convênio com o Governo Federal para criação de Pontos de Cultura.

A ampliação da presença de grupos culturais da periferia na programação dos espaços públicos de cultura do município de São Paulo se manteve em 2012. Em certa medida, nosso empenho permanente de abrir diálogo com esses espaços tem contribuído para garantir essa presença. Destaca-se neste ponto o Sistema Municipal de Bibliotecas que manteve uma linha de programação permanente com saraus e escritores periféricos. Outro destaque foi a Virada Cultural que teve um palco para rodas de samba e um para saraus, além de uma tenda para rádios comunitárias, onde participamos na programação da Rádio Heliópolis.

Nossa atuação política em 2012 foi tímida, porém, abriu frentes importantes para uma inserção mais ampla e efetiva. O foco de atuação foi o GT de Cultura da Rede Nossa São Paulo e essa estratégia seguirá no próximo Plano Trienal, com a perspectiva inclusive da Ação Educativa exercer a coordenação dessa articulação.

Pontão de Cultura

Atividades e produtos

A Agenda Cultural da Periferia manteve suas 11 edições impressas, como previsto, e ampliou a audiência do programa de webrádio por meio da Rádio Comunitária Heliópolis FM. Realizado em parceria com a Rádio Comunitária Heliópolis FM, o programa de rádio começou em maio de 2011 e manteve sua regularidade com uma programação semanal de uma hora. Além disso, a publicação manteve sua versão na Internet e passou a atuar mais intensamente no Facebook, onde alcançou mais de mil seguidores, além do permanente uso do Twitter.

Foi realizado um estudo de viabilidade de um Observatório de Arte-educação a partir de uma demanda do Instituto C&A. Este estudo contou com uma pesquisa de iniciativas de observatório em diferentes áreas e foi objeto de avaliação de um grupo de 30 especialistas reunidos pela Ação Educativa em seminário realizado no final do primeiro semestre. Essa discussão, restrita a convidados, foi antecedida por um grande seminário sobre o papel da arte-educação na educação integral. Realizado no mesmo dia, este evento contou com a presença

de 140 pessoas, além de uma audiência média de 300 pessoas na Internet. A conclusão desse processo de reflexão foi a de que um instrumento como Observatório não se mostra adequado ao contexto do campo da arte-educação no Brasil. Ao invés de um Observatório, o Instituto C&A desenvolveu com a Ação Educativa um projeto de memória denominado *Percursos e significados da arte-educação no Brasil*, que consiste na realização de material audiovisual com entrevistas de notáveis arte-educadores do Brasil a fim de compor um acervo que possa se somar a outras iniciativas que visam à preservação e difusão da memória e história da arte-educação no Brasil.

Também em parceria com o Instituto C&A, foi desenvolvido um projeto para criação de uma plataforma virtual com o objetivo de rearticular e fortalecer a Rede Brasil de Bibliotecas Comunitárias a partir de atividades de formação e mobilização para participação nos processos de elaboração dos planos municipais do livro e da leitura. O projeto foi elaborado, todavia, em virtude de divergências com o responsável técnico, a proposta não foi implementada.

Já a *Mostra e Seminário Estéticas das Periferias* foi realizada com grande êxito, mobilizando dezenas de espaços culturais, centenas de artistas e um público de cerca de 20 mil pessoas. Com uma proposta inovadora, o evento foi descentralizado, com inúmeras atividades da *Mostra* sendo realizadas nas periferias. O seminário por sua vez foi itinerante, cada dia em um local diferente, passando por quase todas as regiões da Cidade. Em torno do evento se construiu uma rede de organizações e instituições culturais que mantiveram o compromisso de dar continuidade à iniciativa nos próximos anos e não somente em 2013, quando se encerraria o ciclo de três eventos como previsto no Projeto do Pontão de Cultura elaborado em 2009 pela Ação Educativa e aprovado no edital do Pontão de Cultura do Ministério da Cultura.

Resultados e perspectivas

A abertura da *Agenda Cultural da Periferia* para novas mídias, bem como seu incremento nas redes sociais, revigorou a publicação antes restrita apenas às versões impressa e na Internet. Ampliou-se o alcance tanto de divulgação de eventos quanto de público. Tal performance fortalece a confiança na possibilidade de encontrar parceiros dispostos a financiar a publicação já que o projeto foi aprovado na Lei de Incentivo Cultural (Lei Rouanet).

A partir de 2013 essas duas iniciativas, a *Agenda da Periferia* e o *Seminário e Mostra Estéticas das Periferias* (agora chamado *Encontro Estéticas e Periferias*), serão concentradas numa Unidade Programática que se chamará *Cultura de periferia: qualificação estética e difusão*, na qual estará também o Espaço Cultural Periferia no Centro e a Exposição Comemorativa do Dia do Graffiti. São importantes ações, ambas de grande impacto, cuja realização assegura à Ação Educativa um posicionamento de destaque no campo da cultura de periferia, segmento que vem ganhando cada vez mais importância tanto para as políticas públicas, como no setor acadêmico e na programação de espaços culturais públicos e privados. Já as iniciativas de atuação em rede, conselhos e fóruns ficarão concentradas numa Unidade denominada POEMA – Política, estéticas, mobilização e articulação.

Projeto Arte na Casa

Atividades e produtos

Foi mantido o mesmo padrão de atendimento dos anos anteriores, ou seja, cerca de 900 oficinas, atendendo 1200 adolescentes que cumprem medida socioeducativa em regime de internação em 23 unidades da Fundação Casa. Cerca de 400 atividades especiais foram oferecidas, como eventos e workshops, ampliando a qualidade e o alcance de nossa atuação. Apesar disso houve uma redução de educadores, reduzindo a equipe para 25 profissionais que passaram a fazer mais oficinas *per capita*, ampliando de 20h para 25 horas-aula semanais cada um.

O programa de formação foi cumprido rigorosamente com mais de 150 horas de atividade para os 25 educadores, ampliando assim a qualificação artístico-pedagógica desses profissionais, contribuindo também para fortalecer os laços de grupo existentes hoje entre eles. A repercussão do livro com a proposta pedagógica, concluído em 2011, foi além das expectativas, projetando a Ação Educativa como um modelo de atuação em medida socioeducativa na área de arte e cultura.

Balanco dos resultados e perspectivas

Encerraremos em julho de 2013 o quinto ano de convênio com a Fundação Casa. Tomamos a decisão de continuar com esse trabalho e nos candidataremos à renovação por mais cinco anos. Com isso, pretendemos aprofundar a reflexão sobre as práticas de arte e educação, buscando a constituição de um parâmetro para atuação nesse campo e a consolidação da Ação Educativa como uma referência no segmento.

Por outro lado, ampliamos nossa atuação, oferecendo formação para os funcionários da Fundação Casa a partir de uma atuação no âmbito de um projeto aprovado junto à Secretaria Nacional de Direitos Humanos que possibilitou a realização de um curso de cultura e direitos humanos com cerca de 140 funcionários. Abordamos nessas atividades nossas concepções de arte-educação no contexto dos direitos humanos, incorporando o conceito de cultura de paz. Vivemos a expectativa da continuidade deste tipo de formação, seja por meio da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, seja por meio da programação da Escola de Formação da própria Fundação Casa.

Manteremos nossa busca pela efetivação da apuração de casos de violação de direitos humanos contra adolescentes internos da Fundação Casa, sobretudo os casos denunciados pela Ação Educativa. Nossa atuação manterá as três frentes anunciadas no relatório anterior: a) Corregedoria e Ouvidoria Interna da Fundação Casa; b) Defensoria Pública e c) Ministério Público. Dessa forma, contemplaremos todas as nossas possibilidades de acesso à Justiça, cabíveis à nossa condição de Instituição conveniada.

Por fim, mantém-se a confiança de que a aprovação em 2012 do SINASE- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativa, também conhecido como Lei de Diretrizes do Atendimento Socioeducativo, abrirá amplas perspectivas para a atuação em defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente nas prerrogativas que incidem sobre adolescentes que cumprem medida socioeducativa. A ampliação das garantias legais, previstas no SINASE, estabelecerá um novo patamar para a ação do Estado neste campo, aumentando a eficácia de ações como a do nosso projeto Arte na Casa.

O projeto Arte na Casa, a partir do próximo Trienal, passará a fazer parte da Unidade de Arte-educação que terá como foco a arte-educação não escolar e o papel das ONGs nesses processos. Desse modo será mantido o foco na formação de arte-educadores especializados em atividades com adolescentes privados de liberdade e na produção de conhecimento sobre esse tema específico.

Focos de Ação Articulada

Educação de Pessoas Privadas de Liberdade

Objetivo - Promoção do acesso de pessoas privadas de liberdade à educação formal e não formal e do reconhecimento, por parte da sociedade e dos gestores públicos, dos direitos educativos desses adolescentes, jovens e adultos.

Atividades e produtos

As Diretrizes Nacionais de Educação nas Prisões (Resolução CEB/CNE nº 2/2010), aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, constituem um marco normativo fundamental para a estruturação de políticas de educação nas prisões como parte das políticas estaduais de educação de jovens e adultos, conforme prevê a legislação nacional e os documentos normativos internacionais, dos quais o Brasil é signatário.

Com o objetivo de garantir a implementação das diretrizes em âmbito nacional, uma representação foi encaminhada à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) pela Ação Educativa, em articulação com outras organizações de defesa de direitos. O inquérito civil gerado a partir da representação questionou os órgãos federais sobre as suas respectivas responsabilidades para implementar a Resolução CEB/CNE nº 2/2010. Seguindo a solicitação formulada, a PFDC enviou ofícios aos seguintes órgãos solicitando informações sobre a educação nas prisões: Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN), Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Políticas Criminais e Penitenciárias (CNPCC), Conselho Nacional de Educação (CNE).

Outro pedido formulado na representação encaminhada à PFDC dizia respeito à provocação das instâncias estaduais e regionais do Ministério Público para que atuassem nos limites de suas competências em defesa do direito à educação de pessoas privadas de liberdade e, nesse contexto, pela implementação das Diretrizes Nacionais. Em 2012 um modelo de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) foi construído em diálogo com as organizações que propuseram a representação. Finalizada a proposta, foi encaminhado como sugestão de Termo a ser firmado entre os diferentes ministérios públicos federais, ministérios públicos estaduais, estados, governadores e suas respectivas secretarias estaduais de educação e secretarias de administração penitenciária. O conteúdo do modelo de TAC indica os elementos das diretrizes que devem ser realizados em âmbito estadual, tendo sido encaminhado para os 26 estados e Distrito Federal.

Ainda em âmbito nacional, a Ação Educativa – sempre em articulação com outras organizações do campo de direitos humanos – estabeleceu interlocução com o Conselho Nacional de Educação, tendo participado em 2012 de um Seminário Nacional promovido pelo Conselho para discutir propostas e modelos de oferta de educação para pessoas privadas de liberdade.

Em 2012, a partir de algumas provocações do Grupo de Trabalho em Defesa do Direito à Educação nas Prisões para que o Estado de São Paulo se adequasse às diretrizes nacionais aprovadas, houve um intenso diálogo por meio de petições administrativas e reuniões, todas objetivando obter mais informações acerca de um Plano de Educação nas Prisões que estava

sendo construído e sobre o qual só se tinha poucas informações formalizadas por meio de decretos sucintos e manifestações públicas de Representantes da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Como, apesar dos pedidos de informação e reuniões realizadas, novas informações significativas não fossem disponibilizadas, as manifestações públicas da Ação Educativa em 2012 foram todas no sentido de reforçar a necessidade de que as Diretrizes Nacionais fossem observadas para o planejamento da política pública a ser implementada no Estado de São Paulo. Ao longo do ano, foram dois pedidos de informação não respondidos, uma nota pública e uma reunião realizada.

Em paralelo ao controle social da implementação das diretrizes nacionais de educação nas prisões, a FAART desenvolveu uma pesquisa que visava a conhecer de forma mais aprofundada a realidade e as demandas educacionais no sistema prisional. Assim, no segundo semestre de 2012, foi realizada a segunda etapa da pesquisa intitulada "*Educação nas prisões: estratégias para implementação em São Paulo*", que teve como objetivo a produção de dados e informações que colaborem com a elaboração das ações destinadas à educação a serem realizadas nas unidades prisionais de São Paulo pelos órgãos governamentais responsáveis no sistema prisional paulista.

Concretizada por meio de parceria entre a Ação Educativa e a Pastoral Carcerária, a segunda etapa envolveu a identificação da estrutura física destinada à educação, além de entrevistas com a população carcerária e funcionários de três penitenciárias masculinas, uma feminina, e quatro Centros de Detenção Provisória, todas localizadas na Comarca de São Paulo. A primeira etapa resultou em pesquisa idêntica, desenvolvida na Penitenciária Feminina de Sant'ana no primeiro semestre de 2011. O objetivo inicial da proposta era realizar simultaneamente o levantamento das informações em todas as unidades prisionais da Comarca de São Paulo. Foi este o conteúdo da solicitação feita à Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), em maio de 2010. A autorização só foi concedida, porém, em setembro de 2012, quando tornou-se possível desenvolver a pesquisa. Neste intervalo de tempo, o Conselho da Comunidade viabilizou a realização da pesquisa na PF de Sant'Ana.

Identificada a demanda educacional em uma unidade do sistema educacional – no caso concreto a Penitenciária Feminina de Sant'Ana, a FAART também reconhece como uma de suas linhas estratégicas de atuação o recurso a medidas jurídicas para defesa de direitos educativos de pessoas privadas de liberdade. Em abril de 2012, a Ação Educativa, juntamente com Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Conectas Direitos Humanos, Pastoral Carcerária, Instituto Terra, Trabalho e Cidadania-ITTC e Instituto Práxis de Direitos Humanos propuseram uma Ação Civil Pública para garantir que o Estado de São Paulo assegurasse o direito à educação de mulheres presas na Penitenciária Feminina de Sant'Ana. A Ação Civil Pública, que tramita na 1ª. Vara da Fazenda Pública da Capital, ACP n. 0015931-64.2012.8.26.0053

Com uma população carcerária de aproximadamente 2.700 (duas mil e setecentas) internas, o maior presídio feminino do Estado não oferece a possibilidade de estudo à noite para as presas que trabalham em período integral. Segundo a Direção do presídio, referendada pela Secretaria de Administração Penitenciária, a falta de agentes de segurança seria o principal obstáculo para o não oferecimento de ensino noturno. Já a Secretaria da Educação, por sua vez, se isentou de responsabilidade e afirmou que o período noturno será atendido de acordo com a possibilidade de cada unidade prisional.

A Ação Civil Pública defende que questões administrativas da penitenciária não devem ser justificativa para restrição ao acesso às oportunidades educacionais. O posicionamento de tais instituições do Poder Público evidencia a maneira como o Estado encara a educação como um privilégio no sistema prisional e não como um direito universal constitucionalmente assegurado.

Ainda não há decisões judiciais relevantes na Ação Civil Pública. Acreditamos, porém, que sua existência tenha contribuído com as outras iniciativas de pressão para que o Estado de São Paulo se adequasse às normas dispostas nas Diretrizes Nacionais para Educação de Pessoas Privadas de Liberdade. Sua propositura, assim, cumpriu também este objetivo estratégico.

Balanço dos resultados e perspectivas

Muito embora as tentativas de interlocução – pedidos de informação, nota pública, reuniões – com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP) não tenham sido muito produtivas ao longo de 2012, impossível pensar nos resultados de 2012 da FAART Educação de Pessoas Privadas de Liberdade sem mencionar um evento ocorrido na primeira quinzena de 2013. Em 16 de janeiro de 2013, foi publicada a Resolução Conjunta SE/SAP n. 1/2013 (firmada entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo). Nela, uma importante modificação na promoção do direito à educação no âmbito das prisões paulistas: a oferta educacional passou a integrar a política de educação de jovens e adultos da Secretaria de Educação do Estado, sendo oferecida por professores vinculados diretamente à SEE-SP, em consonância com o disposto nas Diretrizes Nacionais estabelecidas pela resolução do Conselho Nacional de Educação (Resolução CEB/CNE nº 2/2010).

Certamente, a resolução foi um sinal positivo da atuação da FAART. Ela não exclui, no entanto, a necessidade de audiências públicas e canais de interlocução para acompanhamento de como esta resolução será implementada na prática; sobre a proposta política pedagógica para a educação de jovens e adultos em prisões; sobre como os professores e professoras serão preparados para atuar naquele espaço que possui inúmeras particularidades. Assim, a implementação das diretrizes nacionais no estado que concentra a maior população carcerária do país – São Paulo – permanecerá sendo objeto de atuação para que o debate público sobre a forma de implementação do Plano Estadual que começa a ser delineado se dê de forma mais ampla possível e que, uma vez definido, haja uma instância de controle e monitoramento de suas diretrizes. Indica-se como perspectiva para estas novas rodadas de diálogo o fortalecimento do vínculo com o Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado de São Paulo.

Também se pode considerar como resultado positivo do ano de 2012 a obtenção da autorização da SAP para a realização da pesquisa sobre realidade e demandas educacionais em três penitenciárias masculinas, uma feminina, e quatro Centros de Detenção Provisória, todas localizadas na Comarca de São Paulo. Como perspectiva para 2013, a pesquisa deixa de legado a necessidade de ser publicada, lançada e difundida, e que seus resultados sejam usados em estratégias de defesa do direito à educação de pessoas privadas de liberdade.

Em âmbito nacional, após os bons resultados de 2012, a perspectiva é manter o diálogo com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) e com o Conselho Nacional de

Educação (CNE). Junto à primeira, buscar informações sobre a forma como os diferentes estados brasileiros vêm atuando para garantir que o disposto nas diretrizes nacionais seja realizado na prática, a partir da proposta de Termo de Ajustamento de Conduta encaminhado em 2012. Junto ao Conselho Nacional de Educação, por sua vez, a possibilidade de diálogo visa a discutir uma proposta político pedagógica em âmbito nacional para a educação nas prisões.

Outra mudança de contexto, a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/1984) teve seu artigo 126 recentemente modificado pela Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011, para incluir entre as hipóteses de remição de dias da pena em função de horas e dias de estudo, oferecendo mais um potencial âmbito de atuação da Ação Educativa nesta pauta. Acompanhar como esta lei vem sendo aplicada nas diferentes varas de execução penal do Poder Judiciário pode ser um bom indicador sobre a abrangência da garantia do direito à educação de pessoas privadas de liberdade pelo país. A lei de acesso à informação, neste contexto, pode ser importante ferramenta a ser utilizada para a obtenção de dados nos processos de execução.

Por fim, a volta para o debate público da proposta de redução da maioria penal reforça a necessidade da FAART defender publicamente o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE. Este desafio está associado à atuação da instituição junto às unidades de internação da Fundação Casa – por meio do projeto Arte na Casa – e também como participante da Plataforma de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Plataforma Dhesca), cuja atual Relatora Nacional pelo Direito à Educação, Rosane Heringer, estabeleceu como primeira missão de seu mandato a verificação da garantia do direito à educação em unidades de cumprimento de medidas socioeducativas, missão com a qual a Ação Educativa se dispôs a colaborar.

Formação para a Cidadania Ativa

Objetivo - Desenvolver programa de formação com vistas a ampliar e fortalecer a participação de jovens, educadores, agentes culturais e o público em geral no debate sobre políticas públicas e sustentabilidade socioambiental.

Atividades e produtos

O ano de 2012 foi dedicado à elaboração da segunda versão do documento que sistematizou a experiência formativa realizada pela instituição, sua impressão e socialização para todas as unidades de forma a poder ser utilizada em futuras formações.

Foi realizado também o planejamento da FAART para o novo trienal, que acabou por se constituir em uma unidade de trabalho, denominada por Formação para Cidadania e Direitos Humanos. No novo plano, o grupo que vinha atuando na FAART pretende se ampliar incorporando novos membros de outras unidades e estará voltado a planejar e atuar de forma sistematizada nas atividades de formação da Ação Educativa.

Balanco dos resultados e perspectivas

Com a conclusão do processo de sistematização, o novo Plano Trienal contará com um instrumento importante de referência aos processos de formação e sistematização de práticas educativas voltadas à promoção da Cidadania e à implementação plena dos Direitos Humanos. O próximo passo será a organização das atividades que a Ação Educativa já desenvolve neste campo, unidas às novas atividades planejadas para o novo trienal, de maneira a se constituir em um programa articulado e com visibilidade interna e para o público em geral. Haverá um acompanhamento sistemático e avaliativo dessas atividades pela nova Unidade de formação.

Gestão e Desenvolvimento Institucional

Objetivo 1 - Fortalecer o campo de organizações de cidadania ativa, no âmbito local, nacional e internacional

Atividades e produtos

A coordenadora Geral, Vera Masagão Ribeiro, continuou dedicando-se à direção executiva da Abong, principalmente ao tema do Marco Regulatório das ONGs, em articulação com outras organizações da Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil. O primeiro semestre foi de trabalho intenso no GT liderado pela Secretaria Geral da Presidência que se incumbiu de elaborar propostas de marco regulatório e políticas de fomento às organizações da sociedade civil. Outro processo relevante foi a participação da Associação na Comissão Organizadora Nacional da I Consocial – Conferência de Transparência e Controle Social. Como representante da Abong, Vera Masagão Ribeiro fez o discurso de abertura do evento, argumentando sobre a importância das organizações da sociedade civil para a democracia e para o controle social das políticas públicas. Também liderou desenvolvimento de projeto de um Observatório das organizações, ferramenta que servirá para ampliar a visibilidade dessas organizações e de seus impactos na história recente do país e no movimento social internacional.

O coordenador de desenvolvimento e inovação, Sergio Haddad, dedicou-se ao GRAP – Grupo de Reflexão e Apoio ao Fórum Social Mundial, que em janeiro realizou o seminário, no Fórum Social Temático, preparatório à Cúpula dos Povos na Rio+20. Participou na elaboração da publicação "*O futuro que queremos*" junto a grupo internacional que tematizou a Educação no processo Cúpula dos Povos. Trabalhou ainda na elaboração de um projeto de criação de um *think-tank* ligado ao Fórum Social Mundial, apelidado "O Estado do Mundo". No segundo semestre dedicou-se à elaboração de um novo projeto para realização de atividades preparatórias e durante o Fórum Social Mundial, em Tunis.

Representada por Salomão Ximenes e Ester Rizzi, do programa Ação na Justiça, a Ação Educativa também participou da Plataforma DhESCA, envolvendo-se ativamente na elaboração do III Relatório de Monitoramento dos DH no Brasil, do acompanhamento do Sistema Nacional de Indicadores de DH junto à SDH/PR e acompanhamento da Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação. Ambos participaram também da coordenação executiva da Articulação "Justiça, Direitos Humanos e Participação Social" (JusDH), que em 2012 passou a contar com uma secretaria-executiva autônoma, sediada em Brasília.

Marcos José acompanhou as atividades do PAD – Processo de Articulação e Diálogo que reúne agências ecumênicas, entidades ecumênicas, ONGs e movimentos sociais que promovem direitos humanos no Brasil, assim como a sustentabilidade dessas organizações e a solidariedade internacional.

Balanco dos resultados e perspectivas

Depois de seis meses de trabalho e elaboração de um relatório com propostas importantes e bem fundamentadas, as lideranças do GT Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil não conseguiram que o mesmo fosse avalizado pela Presidenta da República, Dilma

Rousseff. A principal proposta, um Projeto de Lei que propõe um novo instrumento para contratualização entre governo federal e OSCs não pode ser levado ao Congresso como iniciativa do executivo, o que causou grande frustração em todos os envolvidos. O comitê facilitador da Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as OSCs decidiu diversificar as estratégias, trabalhando mais junto à mídia e junto a outros órgãos do governo federal, além de governos estaduais locais. A realização da Consocial, por outro lado, foi um grande avanço, consagrando conquistas importantes no que se refere a princípios de transparência na gestão pública e envolvimento das ONGs com essa temática.

As atividades do GRAP em torno da Cúpula dos Povos foram de grande impacto em função da publicação resultante do seminário realizado em janeiro em Porto Alegre, na qual se questionava o modelo civilizatório atual e seu impacto para as sociedades e o futuro do planeta. Essa análise, retomada por um conjunto de redes internacionais de educação, trouxe para o campo educativo uma reflexão sobre o seu trabalho futuro, além de organizar uma agenda futura de intervenção. O apoio ao Fórum Social Mundial de Túnis também foi bastante relevante. O evento mostrou-se significativo para os movimentos sociais da região (Primavera Árabe) e deu um novo ânimo ao processo do Fórum Social Mundial ao permitir uma aproximação deste movimento com outras novas formas de ações coletivas como os *Occupy* dos EUA e os Indignados da Espanha.

Muito embora a Ação Educativa já não estivesse na coordenação executiva da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais (Plataforma DHESCA), acompanhou e apoiou o processo de transição da Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação, que, finalizados dois mandatos consecutivos da Relatora Denise Carreira, agora tem como titular Rosane Heringer. Nesta nova relatoria, dois são os temas em que a Ação Educativa estabeleceu contato direto e pretende contribuir com os trabalhos da nova relatora: (i) laicidade na educação, para dar continuidade e garantir os desdobramentos do trabalho desenvolvido por Denise Carreira na missão Intolerância Religiosa nas Escolas; e (ii) na nova missão proposta por Rosane sobre educação no sistema de medidas socioeducativas que, além de ser uma forma de continuidade da missão realizada no mandato anterior junto às prisões, relaciona-se com duas grandes unidades de trabalho da Ação Educativa: Educação de Pessoas Privadas de Liberdade e projeto Arte na Casa. Assim, dois temas fundamentais tanto para a Relatoria como para a Ação Educativa, sendo fundamental a permanente interlocução, que continua em 2013.

Em relação à Articulação Justiça e Direitos Humanos (JusDh), o destaque de 2012 foi a formulação e divulgação de inúmeros posicionamentos públicos sobre a necessidade de democratização do Poder Judiciário. Entre eles: artigo sobre a necessidade de extinção de entrevistas secretas para seleção de magistrados nas justiças estaduais e de democratização do processo de indicação de ministros do STF; pedidos de informação sobre o processo de indicação do Ministro que ocupará a vaga do Min. Carlos Ayres Britto; reivindicação de consulta pública para discutir regras para participação de magistrados em eventos patrocinados por entidades privadas, entre outros. Neste ano, consolidou-se sua publicidade como articulação, processo que culminará com o lançamento de um site da articulação, previsto para meados de 2013. Com o Poder Judiciário – em especial o Supremo Tribunal Federal – cada vez mais sob os holofotes das atenções de nosso sistema político, avalia-se que a conjuntura para a atuação da Articulação, que visa a incidir na democratização desse poder que é, entre os três, o mais hermético, torne-se cada vez mais favorável.

Objetivo 2 - Garantir a sustentabilidade político-financeira da instituição, provendo suporte administrativo, operacional e tecnológico para as ações programáticas, promovendo a comunicação e o debate interno, a visibilidade pública da instituição, a coerência com os princípios institucionais de gestão democrática, transparência e interesse público.

Atividades e Produtos

Coordenação Geral

Foram realizadas duas reuniões ordinárias da Diretoria com a Coordenação Executiva, nos dias 27 de abril e 22 de novembro. A Assembleia Anual dos Sócios aconteceu em 29 de maio. Nela foi eleita uma nova diretora, Luciana Guimarães, substituindo Fernanda Papa, que se afastou para assumir cargo no governo federal. Além da aprovação de novos sócios, de planos e relatórios e do parecer do Conselho Fiscal, os sócios e funcionários presentes realizaram um debate sobre as questões que estariam em jogo na Conferência Rio+20, tendo como debatedor convidado, João Paulo Capobianco, articulador da campanha de Marina Silva à Presidência da República.

O Colegiado de Coordenação se reuniu por 16 vezes, tendo discutido projetos que envolviam questões controversas, como o da Fundação Casa, a proposta para a Petrobrás a partir da experiência do projeto *Tô no Rumo* e a avaliação do programa de EJA da Fundação Roberto Marinho. Tomou-se também muito tempo para alinhar critérios para elaborar os relatórios de monitoramento para a EED, que exigia a quantificação de beneficiários diretos e indiretos com um grau de detalhamento difícil de cumprir com precisão. No primeiro semestre foi despendido bastante tempo com questões relacionadas à gestão de pessoas, com discussões suscitadas pela implantação do Cartão de Ponto eletrônico, que finalmente foi descartado.

No segundo semestre, grande parte das reuniões do colegiado de coordenação foram dedicadas à concepção de uma publicação sobre participação que deveria ser o produto avaliativo do triênio 2010-2012. A produção da referida publicação, entretanto, foi adiada para 2013, dada a sobrecarga das equipes com outros projetos. A elaboração de um novo Plano Trienal foi privilegiada e também ocupou tempo considerável do Colegiado. Com a participação de outros membros das equipes, os coordenadores realizaram no mês de agosto um retiro de dois dias, em Camburi, litoral de São Paulo, para debater análises de conjuntura e pactuar as diretrizes gerais do plano. Nos meses seguintes, foi feito um debate e detalhamento do plano envolvendo todas as equipes.

Foram também realizadas quatro reuniões do Colegiado Ampliado: uma sobre Desenvolvimento e Sustentabilidade, com a participação do convidado José Correia (21 de maio), outra sobre o Brasil Alfabetizado, programa do governo federal (2 de julho), e uma sobre o programa Ação na Escola, da Ação Educativa (20 de agosto). Em 17 de setembro, ocupou-se uma reunião do Colegiado Ampliado para apresentar e debater o detalhamento do Plano Trienal.

As reuniões gerais de planejamento e avaliação foram realizadas normalmente em março e dezembro, respectivamente, a partir de propostas elaboradas pela Coordenação Executiva. Esse grupo também realizou o monitoramento junto às equipes das áreas no primeiro e segundo semestre.

Durante o ano de 2012, a coordenação executiva supervisionou a elaboração dos 42 projetos apresentados, tendo dedicado uma atenção especial ao apresentado à Petrobras e à

Fundação Volkswagen. Desses, 21 foram aprovados, 11 estavam em negociação até o final do ano e 10 não foram aprovados.

A coordenação executiva também se comprometeu a realizar estudos sobre a viabilidade e conveniência de Ação Educativa requerer o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência social (CEBAS), conquistando isenção da cota patronal do INSS e/ou a titulação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). O Coordenador Marcos José da Silva realizou uma visita ao COMAS - Conselho Municipal da Assistência Social, já que a certificação desse órgão é condição para requerer o CEBAS no nível federal. Lá recebeu orientações sobre suas exigências. Finalmente, decidiu-se que, no próximo ano, deveremos contar com assessoria especializada para avaliar as implicações dessa e outras alternativas de certificação.

Setor de Tecnologia da Informação (STI)

O STI – Setor de Tecnologia da Informação propiciou as ferramentas tecnológicas e os softwares adequados para os programas e projetos realizarem suas atividades. Para garantir isso, o STI instalou dois novos equipamentos de servidores, o que possibilitou virtualizar 8 servidores, gerando economia de energia elétrica além da facilidade de manutenção e gestão dos servidores à distância. Manteve em boas condições de funcionamento os 107 computadores e 16 impressoras da casa. Houve avanços na utilização da plataforma *wiki* como ferramenta de gestão das informações institucionais de modo colaborativo.

Setor de Administração e Finanças (SAF)

O Setor Administrativo e Financeiro em 2012 desenvolveu um sistema de gestão aberto e participativo, que gerou condições para assegurar a sustentabilidade política, financeira, ambiental e social da Ação Educativa. Consolidou estrutura de trabalho em rede e digitalização dos documentos de modo que as informações essenciais sobre os projetos estejam acessíveis a quem os executa em tempo real. Foi criado espaço na rede para acompanhamento da tramitação dos projetos em negociação, o que facilitou seu acompanhamento. A digitalização de contratos e documentos gerou economia nas impressões. O controle da execução orçamentária gerou informações para manter o equilíbrio entre receitas e despesas.

Centro de eventos

O Centro de Eventos continuou sendo um espaço com infraestrutura adequada e equipamentos para uso do público externo e interno da Ação Educativa. Sua estrutura física abrange, no térreo, um auditório com capacidade para eventos com 100 pessoas sentadas; no primeiro andar, uma sala para reunião e outra adaptada para exposições; e três salas no segundo andar. O público total que frequentou esse espaço foi de 37.196 pessoas em 2012. O maior número de frequentadores, 16.136 pessoas, é formado pelo público do Ponto de Cultura, que promoveu rodas de samba, apresentações teatrais, rinhas de MC e outras atividades culturais. O segundo maior grupo, 7.800 pessoas, é formado pelo público de eventos realizados por instituições e grupos que alugaram o espaço. As redes, grupos juvenis e movimentos sociais parceiros da Ação Educativa reuniram, ao todo, 5.997 pessoas nas dependências do Centro ao longo do ano. Finalmente, os projetos e programas realizados pela Ação Educativa mobilizaram 7.263 pessoas que utilizaram o Centro de Eventos.

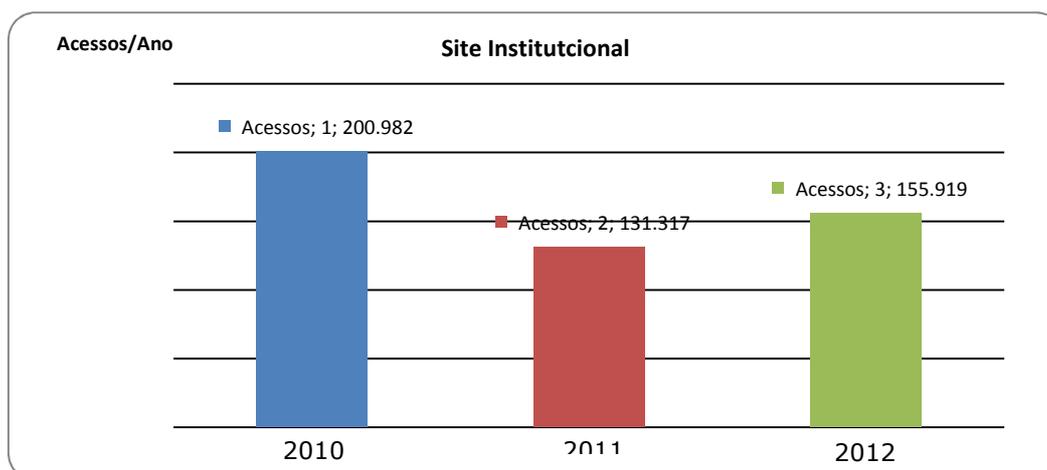
As entradas obtidas com a locação de instalações do Centro renderam R\$ 56.135,94, contribuindo para a manutenção institucional, subsídio a atividades gratuitas, manutenção e reforma.

Setor de Comunicação

O Setor de Comunicação teve um ano de atividades intensas ao longo de 2012. Já com o novo site no ar, uma das maiores conquistas do setor no período 2010-2012, a Comunicação pode concentrar esforços em outras ações necessárias para fortalecer o relacionamento da Ação Educativa com seus mais variados públicos.

A nova ferramenta do site possibilita mais flexibilidade na disponibilização de conteúdos, garantindo também que diferentes administradores da instituição possam, com conhecimentos básicos, atualizar as informações. Embora esta facilidade ainda não tenha sido usada em todas as suas potencialidades, houve um grande crescimento no número de matérias publicadas no portal, que subiu de 205, em 2011, para um total de 334, em 2012.

A nova arquitetura do site, que possibilitou uma organização lógica e atraente das informações, contando inclusive com ferramentas multimídia (vídeo, foto e áudio), e o aumento do número de atualizações, divulgadas com o auxílio do envio de boletins e postagens nas redes sociais, possibilitou o crescimento no número de acessos ao portal entre 2011 e 2012. No período, o número de visitas subiu de 131.317 para 155.919 (Gráfico 1). Pela Tabela 1, é possível perceber como os picos de acessos coincidem com os meses de maior postagem.



Os dados do triênio mostram uma grande queda no número de acessos ao site institucional do ano de 2010 para o ano de 2011. Essa queda brusca, porém, deve ser atribuída à mudança na metodologia de contagem de acessos. No ano de 2011, com a conclusão do novo site, a contagem de acessos deixou de ser feita por um sistema operado pelo próprio setor de Tecnologia da instituição e passou a ser feita pela ferramenta Google Analytics, bem menos sensível a redirecionamentos de endereço e à contagem de acessos secundários. A mudança se justifica, porém, pelas outras possibilidades que a ferramenta oferece.

TABELA 1 – ACESSOS AO SITE INSTITUCIONAL

MEIO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
ACESSOS	11.797	12.017	17.506	16.196	12.730	9.523
MATÉRIAS	19	18	40	29	35	37

MEIO	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ACESSOS	10.291	12.521	15.738	15.046	14.148	8.406	155.919
MATÉRIAS	31	22	36	27	25	15	334

Outro avanço realizado ao longo do ano foi a inserção de outros sites, blogs e hotspots da instituição em mecanismos de contagem de acesso. O uso de tal ferramenta permitirá, ao longo dos próximos anos, uma análise mais qualificada sobre os espaços virtuais mantidos pela Ação Educativa, bem como a realização de ações para otimizar seu uso.

A ferramenta de contagem de acesso utilizada, o Google Analytics, permite, por exemplo, uma análise mais detalhada sobre as seções e matérias mais visitadas e tempo de permanências nas páginas. A contagem realizada ao longo do ano (ver Tabela 2), ainda que parcial, já permite perceber o potencial de algumas páginas e a necessidade de se fortalecer outras com campanhas de divulgação, por exemplo.

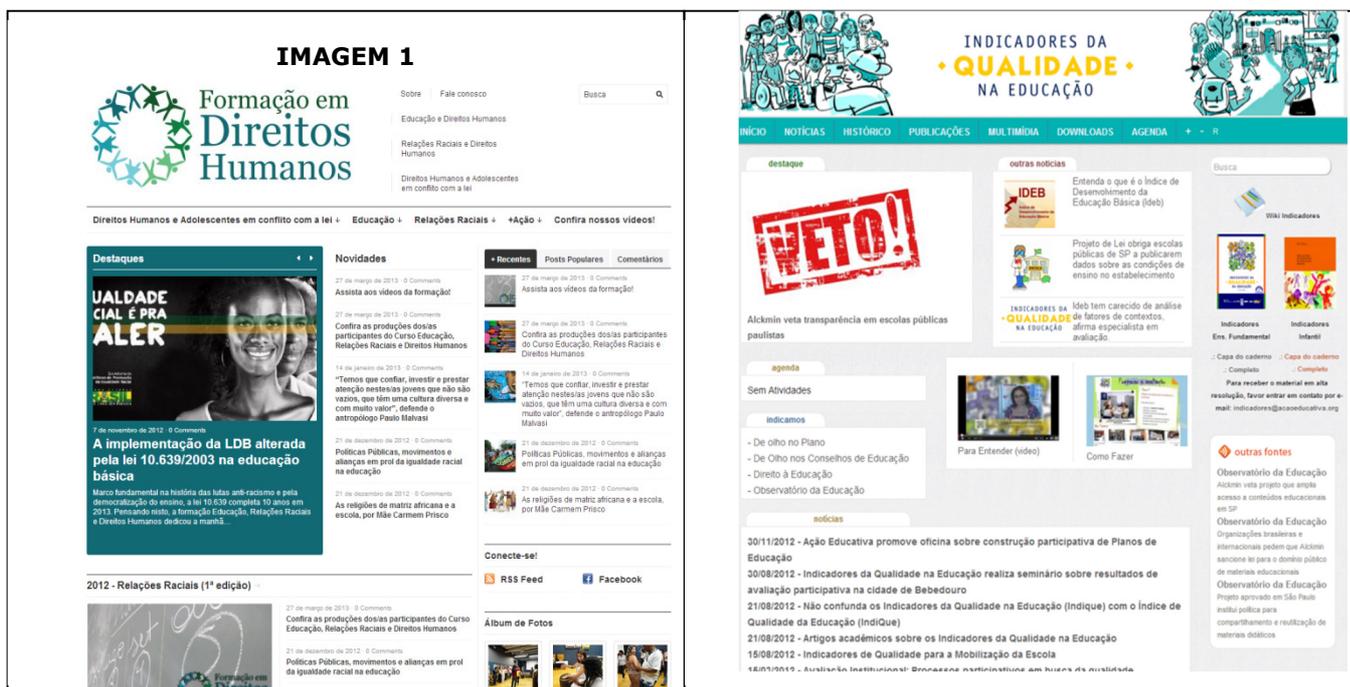
TABELA 2 - ACESSOS A OUTROS SITES, BLOGS E HOTSPOTS

MEIO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
Observatório da Educação	7.186	7.904	9.937	8.567	7.927	6.476
Agenda da Periferia	–	–	–	–	541	919
Direito à Educação	675	816	1.843	2.110	1.531	1.087
Estéticas da Periferia	–	–	–	–	251	381
Formação em Direitos Humanos	–	–	–	–	321	225
Indicadores da Qualidade em Educação	–	–	–	–	–	–
Viver, Aprender	–	–	–	–	–	–
Relações Raciais na Escola	–	–	–	–	–	–
TOTAL	7.861	8.765	11.780	10.677	10.571	9.088

MEIO	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Observatório da Educação	6.085	8.006	6.978	6.662	6.627	4.467	86.822
Agenda da Periferia	713	837	798	809	803	501	5.921
Direito à Educação	1.243	2.016	1.852	2.086	2.589	2.155	20.003
Estéticas da Periferia	2.525	6.884	449	194	88	60	10.532
Formação em Direitos Humanos	1.456	1.611	2.417	1.456	1.818	1.160	10.464
Indicadores da Qualidade em Educação	—	—	489	271	223	133	1.296
Viver, Aprender	—	—	—	1.790	1.981	1.080	4.851
Relações Raciais na Escola	—	—	—	1.214	1.331	307	2.852
TOTAL	12.022	19.354	12.983	14.482	15.460	9.861	142.714

Ainda no que diz respeito a espaços virtuais, a Ação Educativa ganhou, ao longo de 2012, dois novos blogs (ver imagens 1 e 2). O primeiro é destinado à divulgação de conteúdos e vídeos produzidos ao longo das Formações em Direitos Humanos, realizadas pela Ação Educativa em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. A construção do blog foi feita pela jornalista contratada por meio do convênio com a Secretaria, mas teve apoio dos setores de Comunicação e de Tecnologia da Informação.

O outro espaço criado em 2012 foi o novo blog do *Projeto Indicadores da Qualidade na Educação (Indique)*, pensado para ser um espaço de divulgação dos Indicadores e de notícias relacionadas a avaliação e participação em políticas públicas educacionais. O Setor iniciou ainda o planejamento do novo portal *De Olho nos Planos*, que deverá ser lançado em 2013.



Graças à apropriação pelos setores de Comunicação e de Tecnologia da Informação da ferramenta *wordpress*, utilizada em 2011 para a construção do site Direito à Educação e em 2012 na construção destes dois novos blogs, a Ação Educativa deu importantes passos para ganhar autonomia na criação de espaços virtuais.

As postagens feitas no site institucional e em outras plataformas foram também enviadas por meio de boletins para os diferentes mailings da Ação Educativa, como forma de potencializar o acesso aos sites e fazer circular a informação. Além do boletim institucional *emAção*, enviado ao final de cada mês às terças ou quintas-feiras, e dos boletins da *Rede Vozes*, do *Observatório da Educação*, *OPA* e *Juventude na Cidade*, foram enviados diversos avisos de pauta, notas públicas e convites para seminários, debates, cursos e eventos em geral, totalizando mais de cem envios ao longo do ano (ver Tabela 3).

TABELA 3 – ENVIO DE BOLETINS, CONVITES, NOTAS PÚBLICAS E AVISOS DE PAUTA

MEIO	JA N	FE V	MA R	ABR	M A I	JUN	JU L	AG O	SE T	OU T	NO V	DE Z	TOTAL
BOLETIM EMAÇÃO	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12
REDE VOZES	1	1	1	–	–	2	1	–	–	2	–	1	9
OBSERVATÓ RIO DA EDUCAÇÃO	2	1	2	1	1	2	1	–	1	–	1	–	12
OPA	–	1	–	1	–	1	–	1	–	1	–	1	6
JUVENTUDE NA CIDADE	–	–	–	1	–	1	–	–	–	1	–	–	3
CONVITES	–	–	7	7	5	3	2	6	2	5	1	1	39
AVISOS DE PAUTA	–	–	3	3	1	1	2	2	1	1	2	1	17
NOTAS PÚBLICAS	–	–	–	–	–	1	–	–	2	–	–	1	4
TOTAL	4	4	14	14	8	12	7	10	7	11	5	6	102

Em 2012, a Ação Educativa também consolidou definitivamente sua presença em importantes redes sociais, destacadamente o *Twitter* e o *Facebook* (ver Tabela 4). Criada em 2010, a conta no *Twitter* começou 2012 com 3.752 seguidores e quase dobrou este número, chegando a dezembro com 6.123. No *Facebook*, a página da Ação Educativa, criada em setembro de 2011, cresceu de 214 seguidores em janeiro para 1.922 em dezembro.

Tais espaços têm se mostrado cada vez mais importantes para o relacionamento direto da organização com seus públicos e para campanhas mobilizadoras, sobretudo ante aos públicos juvenis. A organização se faz presente ainda no *Youtube* e, com a aquisição de uma nova ilha de edição de vídeo, deu um importante passo em direção à utilização de mídias audiovisuais.

TABELA 4 - CRESCIMENTO NAS REDES SOCIAIS

SEGUIDORES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
TWITTER	3.752	3.987	4115	4329	4.792	4.899
FACEBOOK	214	272	407	535	642	754

SEGUIDORES	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
TWITTER	5.117	5.396	5.412	5.620	5.892	6.123
FACEBOOK	987	1.174	1.353	1.549	1.678	1.922

O grande destaque do ano, porém, foi a melhora do relacionamento com veículos de imprensa comerciais e alternativos. Ao longo de 2012, a organização recebeu 215 contatos de comunicadores. O número mais do que dobrou em relação a 2011, quando foram registrados 94 contatos (ver Tabela 5).

TABELA 5 – CONTATOS DE COMUNICADORES

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Contatos	4	4	15	22	26	17	35	47	15	11	10	9	215

Embora não faça assessoria de imprensa no sentido estrito do termo, o crescimento do número de contatos de comunicadores pode ser atribuído ao aumento do número de envios de sugestões de pauta e também à atualização do mailing de imprensa da área de Educação. Em 2011, a lista contava com contatos de 114 comunicadores e organizações. Com a atualização realizada em 2012, o número chegou a 413.

Além disso, foi criado um mailing específico para jornalistas e organizações da sociedade civil ligadas à temática da cultura, em especial à cultura periférica. Tal iniciativa se deu, sobretudo, em função da realização da II Mostra e Seminário Estéticas das Periferias, em agosto. Na ocasião, foi feito, com grande apoio dos parceiros da Mostra, um intenso trabalho de levantamento de mailing e de divulgação ativa do evento, resultando num grande número de inserções (153).

Somando-se as iniciativas de divulgação de pautas especiais, como a II Mostra e Seminário Estéticas das Periferias e o Índice Nacional de Alfabetismo Funcional (Inaf), com as inserções institucionais da Ação Educativa ao longo de 2012, chegamos a um total de 474 inserções na mídia ao longo do ano – número que supera, inclusive, o de 2011, quando a polêmica em torno do livro *Por Uma Vida Melhor*, proporcionou grande número de inserções.

TABELA 6 – MATÉRIAS NA IMPRENSA

INSERÇÕES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
INSTITUCIONAIS	6	4	15	14	14	9	21	20	24	12	8	5	152
EVENTOS ESPECIAIS	–	–	–	1	–	–	169*	153**	–	–	–	–	322
TOTAL	6	4	15	14	14	9	190	173	24	12	8	5	474

* Índice Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF) 2011

** Mostra e Seminário Estéticas das Periferias: arte e cultura nas bordas da metrópole

Balanco dos resultados e perspectivas

No triênio 2010 a 2012, a Ação Educativa alcançou bons resultados no que se refere à gestão. Um dos destaques foi a consolidação de uma nova estrutura de governança, com a transição para a coordenação colegiada. Outro foi a garantia da sustentabilidade político-financeira da instituição, com crescimento moderado, num contexto em que a maior parte das organizações do campo está sofrendo cortes e algumas encerrando atividades. Finalmente, merecem destaque os resultados do setor de comunicação, que com uma equipe bastante enxuta conseguiu potencializar os resultados dos programas em termos de projeção e disseminação.

Em termos de participação também temos indicadores positivos. Os espaços de reunião geral de avaliação e planejamento foram considerados como produtivos pelos participantes. Também se consolidou a metodologia de monitoramento, que permite um contato direto das equipes com a coordenação executiva ao menos duas vezes ao ano. Conseguiu-se manter também uma dinâmica de diálogo e consultas com a diretoria, que foi acionada fora das reuniões ordinárias para opinar sobre decisões controversas em relação a programas e parcerias.

O envolvimento nos debates suscitados pela Conferência Rio+20 mostrou a relevância de se aprofundar a compreensão e divulgação de aspectos que relacionam a educação, a cultura e as políticas de juventude aos temas do desenvolvimento e sustentabilidade socioambiental. Nos materiais produzidos e nas formações com os jovens estes temas estão presentes e passaram a ser referência principal na elaboração do novo Plano Trienal. Esse, mais uma vez, foi elaborado de forma participativa, num processo que resulta em formação e consolidação de posicionamentos comuns entre as equipes em relação a princípios e visão.

Mostrou-se acertada a estratégia de responsabilizar a coordenação de programas e projetos para mobilização de recursos. Outra estratégia importante foi continuar apostando na diversificação das fontes de recursos. Ainda que implique em maior esforço de negociação e administração, a relação com um leque diversificado de apoiadores garante maior autonomia e minimiza riscos. O grande desafio continua sendo manter ou aumentar as fontes de recursos próprios que servem para apoio a projetos novos que ainda não conseguiram atrair fontes de financiamento externas. Parte deste desafio é tornar o Centro de Eventos mais

conhecido ainda, para atrair novos grupos e instituições que necessitem de um espaço para realização de seus eventos com transmissão ao vivo e que possam remunerar esse serviço.

Nesse triênio, demos alguns passos importantes também no que se refere à consolidação de relações trabalhistas com regras mais claras. Incorporamos ao nosso Manual de Governança o Regulamento Interno de Trabalho, que garante mais transparência e segurança jurídica para a organização.

O Setor de Comunicação deverá enfrentar uma série de desafios relacionados às constantes inovações na área de tecnologias de informação de comunicação e à crescente demanda por seu uso. Neste sentido, há a necessidade de constante manutenção da ferramenta do site e incorporação de novas ferramentas acessórias. Para o próximo período será preciso também melhorar a capacidade da Ação Educativa na realização de transmissões ao vivo pela internet, uma demanda crescente e de alto impacto no orçamento dos eventos realizados. Há, ainda, a necessidade de modernizar e automatizar o sistema de cadastro de mailings e de disparo de boletins - hoje feitos de forma manual - com ferramentas que também gerem dados sobre o recebimento dos mesmos. Outra perspectiva importante para o próximo trienal é aumentar o uso das redes sociais como ferramentas de mobilização e realização de campanhas em torno das agendas da instituição, de modo a atualizar a forma como a Ação Educativa pensa e faz comunicação. Por último, vale ressaltar a importância de se reavivar o espaço da Comissão de Comunicação, capaz de articular este assunto de maneira transversal na Casa e, ao mesmo tempo, ampliar a discussão sobre a comunicação institucional e levar o pensamento comunicativo para as diferentes unidades de ação.

Resultado Financeiro de 2012

A Ação Educativa fechou o ano de 2012 com um déficit de R\$ 43.106,14, o que representou 0,54% do montante de despesas do ano. Novamente, como em 2011, este déficit foi apenas um problema de fluxo de caixa. Dois projetos realizaram atividades em dezembro de 2012, mas suas respectivas receitas entraram somente em janeiro de 2013.

Quadro 1: Apuração do resultado de 2012

Valores em R\$	
Receitas em 2012	7.946.702,69
Despesas em 2012	7.989.808,83
Resultado Financeiro de 2012	-43.106,14

Seguindo uma tendência de crescimento iniciada em 2007, no ano de 2012 as despesas da Ação Educativa cresceram 4,97% em relação a 2011. O investimento total nos programas e projetos chegou a R\$ 7.989.808,83, conforme demonstrado no quadro 2 Evolução de despesas de 1994 a 2012.

Quadro 2: Evolução de Despesas 1994 a 2012

Valores em R\$		
	Despesa Anual	Crescimento Anual
1994	20.468,08	Fundação
1995	440.453,28	-
1996	728.705,02	65,44%
1997	903.803,26	24,03%
1998	1.139.514,81	26,08%
1999	1.401.359,35	22,98%
2000*	2.048.483,61	46,18%
2001	2.106.114,88	2,81%
2002	3.358.751,71	59,48%
2003	4.986.322,40	48,46%
2004	5.167.433,75	3,63%
2005	4.275.927,31	-17,25%
2006	4.029.360,15	-5,77%
2007	4.515.536,09	12,07%
2008	5.451.756,47	20,73%
2009	5.736.068,58	5,22%
2010	7.028.483,38	22,53%
2011	7.611.368,03	8,29%
2012	7.989.808,83	4,97%

(*) Sem considerar despesas com aquisição e reforma do imóvel no valor de R\$ 1.184.942,86. Despesa total em 2000 foi de R\$ 3.233.426,47.

Conforme o

quadro 3, que

apresenta a variação das despesas entre 2012 e 2011, as duas rubricas com maior aumento absoluto no volume dos gastos foram Recursos Humanos, com R\$ 173.660,97, e Atividades Programáticas, com R\$ 155.747,29. A terceira rubrica com maior aumento, no valor de R\$ 80.445,65 foi o custo de Gestão dos programas e projetos.

Quadro 3: Comparativo de Despesas entre 2012 e 2011

Despesas por Rubrica	Valores em R\$				Valores em R\$	
	2011	%	2012	%	Variação	Var. (%)
Recursos Humanos	3.116.356,73	40,94%	3.290.017,70	41,18%	173.660,97	5,57%
Atividades Programáticas	3.690.595,84	48,49%	3.846.343,13	48,14%	155.747,29	4,22%
Edifícios e Instalações	219.808,09	2,89%	236.392,04	2,96%	16.583,95	7,54%
Despesas de Escritório	171.323,73	2,25%	143.649,77	1,80%	-27.673,96	-16,15%
Despesas de Gestão	148.916,96	1,96%	229.362,61	2,87%	80.445,65	54,02%
Dep. Financeiras e Taxas	51.978,71	0,68%	74.875,88	0,94%	22.897,17	44,05%
Impostos sobre Receitas	131.359,11	1,73%	124.585,69	1,56%	-6.773,42	-5,16%
Acervo	63,00	0,00%	584,99	0,01%	521,99	828,56%
Móveis e Equipamentos	86.304,62	1,13%	45.290,62	0,57%	-41.014,00	-47,52%
Despesas não operacionais	-5.338,76	0,00	-1.293,60	-0,02%	4.045,16	-75,77%
Total de Despesas	7.611.368,03	100,00%	7.989.808,83	100,00%	378.440,80	4,97%

Quando comparamos as despesas das áreas programáticas e setores entre 2012 e 2011, conforme o quadro 4, destacam-se quatro áreas com aumento de despesas e duas com diminuição. A Área de Cultura aumentou em R\$ 194.682,58, ou 9,13% em relação a 2011. A unidade de Desenvolvimento, Inovação e Relações Internacionais movimentou R\$ 164.568,30. Os projetos especiais com R\$ 139.320,16, ou aumento de 9,02%. A Área de Educação continuou sendo a área com maior número de programas e projetos, tendo implementado R\$ 73.401,59, ou 3,34% a mais do que no ano anterior.

A elevação dos investimentos na Área de Cultura se deveu a três fatores: novo projeto para pesquisar sobre a memória da arte-educação no Brasil; o aumento nas atividades do projeto Arte na Casa que é um convênio com a Fundação Casa; e, por fim, as atividades do Seminário Estéticas das Periferias.

Na área de projetos especiais, o maior investimento foi realizado nas atividades do GRAP – Grupo de Reflexão e Apoio ao Processo do Fórum Social Mundial.

Sobre as áreas que mais diminuíram, o destaque é a de Juventude que reduziu suas despesas em R\$ 208.979,79, ou 26,92%, devido à finalização de duas pesquisas realizadas em 2010 e 2011 e à redução de recursos em dois projetos em andamento, ambos de fontes internacionais. Além disso, o esforço realizado para obtenção de novos apoios junto a parceiros nacionais não teve sucesso. As despesas da unidade de Coordenação Geral, Planejamento, Monitoramento e Avaliação diminuíram em R\$ 31.767,02, ou 14,80%, devido à diminuição da equipe aí alocada.

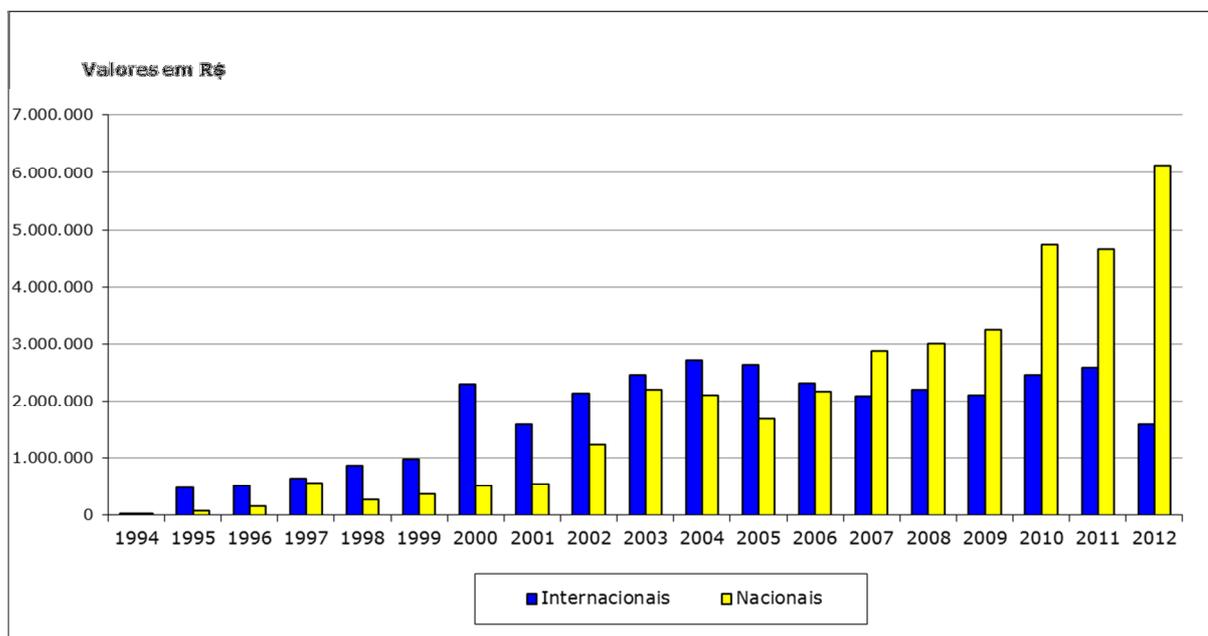
Importante salientar que há formas diferentes de apresentar as despesas da instituição. No quadro 4, Despesas por Áreas, não são consideradas despesas com variação do imobilizado, despesas financeiras, taxas e despesas não operacionais. No quadro 3, Despesas em Geral, são apresentados todos esses custos mais os custos diretos.

Quadro 4: Comparativo de Despesas por área entre 2012 e 2011

Área Programática, setores	Valores em R\$		Valores em R\$		Valores em R\$	
	2011	%	2012	%	Variação	Var. (%)
Área Educação	2.198.425,05	29,40%	2.271.826,64	28,89%	73.401,59	3,34%
Área Juventude	776.214,90	10,38%	567.235,11	7,21%	-208.979,79	-26,92%
Área Cultura	2.131.246,67	28,50%	2.325.929,25	29,58%	194.682,58	9,13%
Desenvolvimento, Inovação e Relações Internacionais	-	0,00%	164.568,30	2,09%	164.568,30	100,00%
Focos de Ação Articulada	87.817,40	1,17%	97.174,86	1,24%	9.357,46	10,66%
Coordenação Geral, PMA	214.578,44	2,87%	182.811,42	2,32%	-31.767,02	-14,80%
Administração, Infra-estrutura e Manutenção	523.924,05	7,01%	570.725,43	7,26%	46.801,38	8,93%
Projetos Especiais (*)	1.544.908,79	20,66%	1.684.228,95	21,42%	139.320,16	9,02%
Total de Despesas	7.477.115,30	100,00%	7.864.499,96	100,00%	387.384,66	5,18%

(*) Projetos especiais: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Grupo de Reflexão e Apoio ao Processo do Fórum Social Mundial

No Gráfico 1 é possível acompanhar a evolução das fontes de financiamento ao longo dos 19 anos da Ação Educativa. Em 2012 manteve-se a tendência de crescimento iniciada em 2006 no volume de recursos nacionais, que desde então é maior que o volume de recursos internacionais. A receita nacional em 2012 chegou a 77,12% do total de recursos da instituição e, se comparado a 2011, aumentou em 31,75%. A receita internacional representou 20,07%, tendo diminuído em 38,56% em relação a 2011.

Gráfico 1: Evolução das Fontes de Financiamento de 1994 a 2012

O quadro 5 detalha a variação de receitas entre 2012 e 2011. No total houve um pequeno aumento de R\$ 468.455,45, que representou 6,26%. Destacamos as quatro maiores elevações. Empresas Públicas e Autarquias: R\$ 909.549,02. Direitos autorais sobre edição de livros: R\$ 797.778,98. Recursos de Governos Estaduais: R\$ 132.031,53. Recurso do Governo Federal: R\$ 106.821,51.

Houve diminuições nas três rubricas das receitas internacionais. Os recursos de órgãos de cooperação diminuíram R\$ 369.680,93; de organismos internacionais, R\$ 345.284,87; e de fundações, R\$ 285.878,47. Nas receitas nacionais, as rubricas que mais diminuíram recursos foram as de institutos empresariais, que diminuíram R\$ 307.671,22; as de parcerias com ONGs e associações, R\$ 189.348,85; e as de governos municipais, que diminuíram em R\$ 67.184,69.

Vale destacar que, para captar recursos nacionais a Ação Educativa manteve equipe que implementou estratégias institucionais de mobilização e diversificação das fontes de recursos. Isto foi possível porque a instituição contou com o apoio de fontes internacionais e recursos próprios que asseguraram as condições para o funcionamento desta equipe.

Quadro 5: Comparativo de Entradas entre 2012 e 2011

Valores em R\$

Receitas por Rubrica	2011	%	2012	%	Varição	Var. (%)
Receitas Internacionais	2.595.463,03	34,71%	1.594.618,76	20,07%	-1.000.844,27	-38,56%
Órgãos de Cooperação	1.240.897,64	16,59%	871.216,71	10,96%	-369.680,93	-29,79%
Fundações	866.787,92	11,59%	580.909,45	7,31%	-285.878,47	-32,98%
Organismos Internacionais	487.777,47	6,52%	142.492,60	1,79%	-345.284,87	-70,79%
Receitas Nacionais	4.651.495,60	62,20%	6.128.180,50	77,12%	1.476.684,90	31,75%
Recursos Governamentais Federais	204.458,06	2,73%	311.279,57	3,92%	106.821,51	52,25%
Recursos Governamentais Estaduais	1.645.565,40	22,00%	1.777.596,93	22,37%	132.031,53	8,02%
Recursos Governamentais Municipais	119.262,22	1,59%	52.077,53	0,66%	-67.184,69	-56,33%
Empresas Públicas e autarquias	81.527,27	1,09%	991.076,29	12,47%	909.549,02	1115,64%
Institutos Empresariais	1.659.063,41	22,19%	1.351.392,19	17,01%	-307.671,22	-18,54%
Parcerias c/ ONGs e Associações	208.853,64	2,79%	19.504,79	0,25%	-189.348,85	-90,66%
Prestação de Serviços (*)	251.647,34	3,37%	277.274,46	3,49%	25.627,12	10,18%
Direitos Autorais (*)	267.497,86	3,58%	1.065.276,84	13,41%	797.778,98	298,24%
Patroc./Doações/Filiações/Estoq.	79.495,64	1,06%	175.235,30	2,21%	95.739,66	120,43%
Locações	134.124,76	1,79%	107.447,00	1,35%	-26.677,76	-19,89%
Venda de Publicações (*)		0,00%	19,60	0,00%	19,60	0,00%
Receitas Financeiras	231.288,61	3,09%	223.903,43	2,82%	-7.385,18	-3,19%
Total de Receitas	7.478.247,24	100,00%	7.946.702,69	100,00%	468.455,45	6,26%

(*) Os valores das receitas são brutos, os respectivos impostos estão computados como despesa em "Impostos sobre Receitas".

Como o quadro 6 demonstra, a receita institucional de R\$ 1.425.699,40 representa a parte dos recursos totais que foi destinada para custos institucionais e ações estratégicas. Esta receita institucional é composta por quatro fontes. As taxas administrativas provenientes de 20 projetos, dos 40 realizados em 2012, que pagaram 10% para gestão administrativa e financeira, cujo total foi R\$ 277.308,11. O percentual deste montante aplicado ao total de receitas da Ação Educativa diminui para 3,49% da receita da instituição, porque há projetos e convênios que não pagam taxas administrativas. Pequenas doações de pessoas físicas e jurídicas atingiram R\$ 175.235,30. O recurso proveniente da locação de salas de escritório e espaços para eventos totalizou R\$ 107.447,00. A outra parte da receita institucional, no valor de R\$ 865.708,99 provem de recursos da venda de livros do PNLD – Programa Nacional do Livro Didático, que não foi utilizada diretamente para produção dos livros. No quadro 5 acima, o total de receita de direitos autorais é maior porque soma esta parte da receita institucional aos R\$ 199.567,85 utilizados na produção dos livros.

Quadro 6 - Receitas institucionais

	Valores em R\$	
Direitos Autorais sobre edição de livros	865.708,99	10,89%
Taxa administrativa dos projetos	277.308,11	3,49%
Patroc./Doações/Filiações/Estoq.	175.235,30	2,21%
Locações	107.447,00	1,35%
Total de recursos institucionais (*)	1.425.699,40	17,94%

(*) Recursos que são parte da receita anual no valor de R\$ 7.946.702,69

Corpo Diretivo e Pessoal

Diretoria

Maria Machado Malta Campos
Fernanda Papa (até 22 de Março de 2012)
Luciana César Guimarães (a partir de 29 de Maio de 2012)
Orlando Joia

Assessoria da Diretoria

Adriana Barbosa
Maria Clara Di Pierro
Marilia Sposito

Conselho Fiscal

Nilto Ignácio Tatto
Tomás Carmona
Waldemir Bargieri

Coordenação Executiva

Vera Masagão Ribeiro – Coordenadora Geral
Maria Virgínia de Freitas – Coordenadora da Área de Juventude
Antonio Eleilson Leite – Coordenador da Área de Cultura
Denise Carreira – Coordenadora da Área de Educação
Marcos José Pereira da Silva – Coordenador Administrativo Financeiro

Sócios Estatutários

Adriana Barbosa
Adriano Jose Lima de Jesus
Ana Lúcia Silva Souza
Ana Paula de Oliveira Corti
Antônio Eleilson Leite
Aparecida Suely Carneiro
Aparecida Neri de Souza
Atiely Santos
Camila Croso Silva
Cláudia Lemos Vóvio
Celso de Rui Beisiegel
Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi
Denise Careira
Deusira Souza Barauna Cremaschi
Eliane Ribeiro Andrade
Elie George Guimarães Ghanem Junior
Fernanda de Carvalho Papa
Hamilton Farias
Helena Wendel Abramo

Heloisa Helena de Souza Martins
Ismar de Oliveira Soares
José Marcelino de Rezende Pinto
Luiz Eduardo Wanderley
Luciana César Guimarães
Marcos José Pereira da Silva
Mariângela Graciano
Maria Carla Corrochano
Maria Clara Di Pierro
Maria Cláudia Vieira Fernandes
Maria Virgínia de Freitas
Maria Machado Malta Campos
Marilia Pontes Sposito
Marta Kohl de Oliveira
Marilse Terezinha de Araujo
Michelle Prazeres
Milton Alves Santos
Orlando Joia
Petronilha Gonçalves e Silva
Raquel Souza dos Santos
Regina Célia de Oliveira Costa
Regina Miyeko Oshiro
Regina Soares Jurkiewicz
Renato Souza de Almeida
Renato Márcio Nascimento
Roberto Catelli Junior
Salomão Barros Ximenes
Sérgio Haddad
Vera Masagão Ribeiro
Vicente Rodriguez
Waltermir Jango Belli Nalles*pediu desligamento em 2012

Sócios Honorários

Aloísio Mercadante
Beatriz Bebiano Costa
Benedito Rodrigues dos Santos
Carlos Alberto Abicalil
Carlos Alberto Alves de Souza (Kall)
Carlos Rodrigues Brandão
Francisco de Assis Ferreira
Gilberto Bento do Nascimento
Jether Pereira de Ramalho
Luiz Percival Leme de Britto
Magda Becker Soares
Míriam Jorge Warde
Nilde Ferreira Balcão
Nilton Bueno Fischer * **In Memória**
Osmar Fávero
Ricardo Young Silva
Sílvia Maria Manfredi

Waldemar de Oliveira Neto
Waldimas Nogueira Galvão * **In Memória**

Secretaria da Coordenação Executiva

Regina Costa

Coordenação de Desenvolvimento, Inovação e Relações Internacionais

Sergio Haddad – Coordenador
Marina Santos Ghirotto – Assistente
Filomena Siqueira e Silva – Assistente
Olivia Abumanssur – Assistente
Luis Miyazawia – Estagiário

Programa Políticas Públicas de Juventude e Participação

Maria Virgínia de Freitas - Coordenadora
Luiz Antonio de Freitas Barata - Assessor
Gabriel Di Pierro Siqueira – Assessor
Bianca Boggiani Cruz – Assistente de pesquisa
Adelina Silva Rocha - Estagiária

Programa Juventude Educação e Trabalho

Raquel Souza dos Santos – Coordenadora
Elias Chagas da Silva – Assessor

Programa Observatório da Educação

Fernanda Campagnucci Pereira– Assessora
Lia Segre – Jornalista
Stephanie Kim Abe - Estagiária

Programa Ação na Justiça

Salomão Barros Ximenes – Coordenador
Ester Gammardella Rizzi – Assessora
Paulo Ricardo B. de Lima – Estagiário

Programa Diversidade, Raça e Participação

Denise Carreira Soares – Coordenadora
Suelaine Carneiro – Assessora da Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação
Jaqueline Santos – Assessora
Thiago Teixeira - Estagiário
Ana Lúcia Silva Souza – Consultora

Programa Ação na Escola***Projeto Nossa Escola Pesquisa sua Opinião***

Marilse Teresinha de Araújo – Coordenadora

Thais Bernardes Nogueira – Assessora

Renato Márcio do Nascimento – Assessor

Leila Márcia Andrade de Oliveira - Assessora

Adelmo dos Santos Camilo – Estagiário

Ednei Leite de Araújo - Estagiário

Joyce Souto – Estagiaria

Rafael T. de Lima - Estagiário

Projeto Indicadores Qualidade da Educação

Cláudia Bandeira – Coordenadora

Paulo Neves – Assessor

Luis Felipe Soares Serrao – Assessor

Projeto Indicadores Qualidade da Educação – Infantil

Valeria Lopes – Coordenadora

Claudia Pimenta – Assessora

Maria Helena de Aguiar Bravo – Estagiária

Programa Educação de Jovens e Adultos

Roberto Catelli Jr.– Coordenador

Bruna Gisi Martins de Almeida – Assistente de pesquisa

Bianca Boggiani Cruz – Assistente de pesquisa

Michele Escoura – Assistente de pesquisa

Agnes Karoline de Farias Castro – Estagiária

Produção de Material Didático - Coleção Viver, Aprender

Fernanda Bottallo – Assistente

Dylan Ribeiro Vivas Frontana – Assistente

Daniele Brait – Assistente

Camila Cysmeiros – Estagiária

Projeto Capacitação em Direitos Humanos

Taciana Gouveia- Coordenadora Pedagógica

Juliane Cintra – Jornalista

Gabriel Maia Salgado – Estagiário

Programa Cultura e Mobilização Social

Antônio Eleilson Leite - Coordenador
Elizandra Batista de Souza – Jornalista
Luiz Barata – Assessor do programa
Flávia Landucci Landgraf – Assessora do programa

Projeto Arte na Casa

Rodrigo Medeiros – Coordenador Técnico Projeto Arte na Casa
Janaina Aparecida Santana – Coordenadora de área Projeto Arte na Casa
Fernanda Ribeiro do Nascimento – Coordenadora de área Projeto Arte na Casa
Márcia Felipe de Lima - Analista de Recursos Humanos
Marcelo Amaro de Souza – Assistente Administrativo e Financeiro
Rogério Pereira dos Santos – Assistente Administrativo e Financeiro
Rafael Chaves – Auxiliar Administrativo e Financeiro
Marcel Rei Coronato – Estagiário

Arte Educadores

Adilson Magno de Faria	Icaro Rodrigues da Rocha
Alex Silva Marinho Valentim	Inajá da Conceição
Alexandre Leocardo Guilherme	Israel Ramos da Silva Neto
Ana Maria da Silva	Jefferson de Assis Fleming
André Coletto Pedro	Jefferson dos Santos
André Firmiano Virgino	Lais Fernanda Souza da Silva
André Luiz Gomes	Leanderson Alves Gregório
Antonio José Lira	Lindomar Ramos Ferreira
Carlos Augusto Matos	Marcio Correia
Cintia Regina dos Santos	Marcos Rodolfo da Silva Gamba
Cláudio Guimarães de Lima	Marisa Cristina de Souza
Clayton Caitano Garcia	Ocimar Wesley Nogueira
Eduardo Jose do Nascimento Junior	Pamela Candido Rosa
Eduardo Martins Sobral	Patrícia Aparecida Marinho Valentim
Elaine Cristina da Silva	Paulo Henrique Souza Silva
Elisa de Oliveira	Pedro Miguel
Erich Teixeira Santana	Vagner Sampaio de Souza
Fábio Monteiro Pereira	Vaneri de Oliveira
Fabiano Julio Nascimento Baptista	Wagner da Silva Vieira Menezes
Fagner Eric da Silva	Wender Fernandes Brito Moura
Flávio Galvão de Moraes	
Flávio Mendes David	

Setor de Comunicação

Gustavo Paiva - Coordenador
Gledson Bellei Neix – Webdesign

Centro de Eventos

Edson Aparecido de Lima – Assistente de Produção
Aline Cristina Quedas da Luz – Jovem Aprendiz

Setor de Administração e Finanças e Infraestrutura

Marcos José Pereira da Silva – Coordenador administrativo e financeiro
Karoline Raquel de Aquino Matos - Analista administrativo e financeiro
Regina Barbosa dos Reis - Assistente Administrativo e Financeiro
Renata Tavares Fernandes – Assistente Administrativo e Financeiro
Cirto Lino dos Santos – Assistente Administrativo
Camila Menezes – Assistente Administrativo e Financeiro
Antônio Fernando Jesus Grasso – Estagiário
Deusira Sousa Baraúna Cremaschi - Recepcionista
Francisco Moreira de Souza - Porteiro

Serviço de Documentação e Tecnologia da Informação

Mario Sérgio de Thomaz – Supervisor de informática
Waldirey Pires de Matos Junior – Analista de Suporte
Abraão Antunes da Silva – Estagiário
Felipe Santos de Melo – Jovem Aprendiz

Apoios

Apoio Institucional (abrangendo todos os projetos)

- Serviços das Igrejas da Alemanha para o Desenvolvimento – EED (Alemanha)

Programa Políticas Públicas de Juventude e Participação

- Ajuda da Igreja da Noruega – AIN/NCA
- Avina América
- Fundação Avina Brasil

Programa Juventude e Trabalho e Ensino Médio

- Instituto Unibanco
- Kindernothilfe – Alemanha
- Ajuda da Igreja da Noruega – AIN/NCA

Programa Observatório da Educação

- Avina Brasil
- Unesco – Escritório Brasil
- Fundação Carlos Chagas
- Artigo 19
-

Programa Ação na Justiça

- Fundação Ford

Programa Ação na Escola

Projeto Indicadores da Qualidade na Educação

- Fundação Telefônica
- Unicef – Brasília
- Secretaria de Educação de Bebedouro

Projeto Nossa Escola Pesquisa sua Opinião

- Instituto Paulo Montenegro/Grupo Ibope

Programa Diversidade, Raça e Participação

- Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes - Fumcad
- Instituto C&A
- Unicef – Brasília

Programa Educação de Jovens e Adultos

- Editora Global
- INEP – Instituto Nacional de Pesquisa Educacionais
- Sesi Bahia
- Racional Engenharia

- Secretaria de Educação de Ipatinga/MG
- Fundação Roberto Marinho
- Instituto Paulo Montenegro – Grupo IBOPE

Projeto de Pesquisa Educação não Escolar de Adultos

- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp

Cultura e Mobilização Social

- Centro Cultural de Espanha/Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- Fundação Itaú Social
- Fundação Casa
- Global Editora
- Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo
- Secretaria Municipal de Cultura
- Instituto C&A

Projetos Especiais

Grupo de Reflexão e Apoio ao Processo FSM

- Petrobras S.A.

FAART – Educação de Pessoas Privadas de Liberdade

- Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República

Campanha Contra Usinas Nucleares

- Grassroots Foundation

Empresas Sócias Mantenedoras

- Copy Center Ltda
- Editora 34 Ltda
- KI KILOS Restaurante Ltda
- GEM SOM – Aluguel de Equipamento de Imagem e Som Ltda
- Equipe Serviços Especializados S/C Ltda

Anexos

I - Detalhamento das receitas e despesas do projeto Arte na Casa, convênio 058/2008 e dos demais projetos e atividades da área da Cultura

Recursos Recebidos em 2012 e despesas por financiador para realização das atividades da área da Cultura

1 - Recursos Públicos: Fundação Casa: Projeto "Arte na casa":

Saldo contábil em 31 de dezembro de 2011, menos cheques a compensar em 2012	Receitas transferidas pela Fundação Casa em 2012 mais rendimentos financeiros	Despesas em 2012, incluindo provisões sobre a folha de pagamentos	Saldo contábil em 31 de dezembro de 2012, menos cheques a compensar em 2013
R\$ 270.263,15	R\$ 2.119.214,49	R\$ 1.716.580,57	R\$ 668.091,65

Contrapartida AE: Projeto "Arte na casa"

Receitas 2012	Despesas 2012	Saldo 2012
R\$ 4.832,47	R\$ 4.832,47	R\$ 0,00

2 - Demais projetos da área da Cultura e suas fontes de recursos

Ponto de Cultura; Agenda Cultural da Periferia; Seminário: "Estéticas das Periferias"; Dia do Grafite; Selo Povo; Observatório de Arte e Educação; Memória de Arte e Educação.

Financiador/projeto	Receitas 2012	Despesas 2012	Saldo final em 2012
Atividades do Centro de Eventos	56.690,00	54.430,63	2.259,37
C&A - Observatório de Arte e Educação	81.544,65	81.544,65	0,00
Fundação Itaú Social - Agenda Cultural da Periferia	33.500,00	33.500,00	0,00
Projeto Centro Cult. da Espanha	40.740,48	38.811,42	1.929,06
Seminário Estéticas das Periferias - Secretaria Municipal de Cultura	33.998,00	33.998,00	0,00
Ponto de Cultura - Secretaria Estadual da Cultura	59.235,11	59.235,11	0,00
C&A - Memória de Arte e Educação	20.892,25	20.892,25	0,00

II - Listagem de atividades

Assessorias

A escolas públicas ou comunidades escolares

Organização	Resultados no ano
	(Quantificar na medida do possível)
Moradores do Parque Rodrigo Barreto – Arujá	No final de 2011, propô-se uma Ação Civil Pública contra o Município de Arujá e o Estado de São Paulo em defesa do direito à educação de jovens e adultos de moradores do Parque Rodrigo Barreto, Município de Arujá-SP. A Ação Educativa foi procurada para assessorar juridicamente um grupo de moradores que encontrava dificuldades em encontrar oferta de vagas na modalidade educação de jovens e adultos nas proximidades de suas residências. No ano de 2012, deu-se a repercussão política desta estratégia jurídica, com elaboração de contestações pelos dois réus e permanente contato com a comunidade que reivindica este direito. Ainda não há nenhuma decisão jurídica / efeito prático verificado. Os réus afirmam existir oferta de EJA na região.
Mulheres presas da Penitenciária Feminina de Sant´Ana	Em 2012, propô-se uma Ação Civil Pública em defesa do direito à educação noturna de mulheres privadas de liberdade da Penitenciária Feminina de Sant´Ana (São Paulo – Capital). Ainda não houve nenhum resultado positivo concreto, a não ser a pressão sobre a pauta mais geral de implementação do direito à educação nas prisões no Estado de São Paulo, corporificado na Resolução Conjunta SEE/SAP n. 1/2013.
Comunidade Escolar da “Escola Estadual Mauro de Oliveira”	Assessoria a pais que estavam se insurgindo contra o fechamento progressivo de turmas da “Escola Estadual Mauro de Oliveira”, processo que culminaria com o fechamento da própria escola. Elaboração de petição administrativa.
E. E. Professor Moacyr Campos, em São Paulo.	275 (duzentos e setenta e cinco) estudantes do último ano do Ensino Médio tiveram acesso, a partir da mobilização de 15 (quinze) professores(as), a informações sobre possibilidades de continuidade de seus estudos e de inserção profissional e problematizaram questões relacionadas aos desafios de inserção de jovens após a conclusão do ensino médio.
E. E. Professor Milton Cruzeiro, em São Paulo.	119 (cento e dezenove) estudantes do último ano do Ensino Médio tiveram acesso, a partir da mobilização de 03 (três) professores(as), a informações sobre possibilidades de continuidade de seus estudos e de inserção profissional e problematizaram questões relacionadas aos desafios de inserção de jovens após a conclusão do ensino médio.

A articulações intersetoriais

Organização	Resultados no ano
Movimento Creche para Todos	Acompanhamento de diversas ações judiciais propostas em anos anteriores em nome de uma série de organizações que compõem o movimento: Instituto Padre Josimo. Centro de Educação Popular e Direitos Humanos de Campo Limpo (CDHEP), Instituto Lidas, Associação de Moradores da Vila Clara. Contato com duas famílias e andamento em seus pedidos judiciais de indenização.
Grupo em defesa da Laicidade do Estado	Propositura de <i>Amicus Curiae</i> na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4439, que trata do Ensino Religioso tal como previsto no Acordo entre o Brasil e a Santa Sé e alguns dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Sindicatos diversos e entidades representativas de professores	Assessoria a diferentes sindicatos e associações com dificuldades para garantir a implementação da Lei do Piso Salarial do Magistério em diferentes municípios e estados.
--	---

Outros

Organização	Resultados no ano
Família de adolescente autista	Assessoria e orientação jurídica à família que demandava vaga e transporte escolar para adolescente com autismo.
Dois adolescentes que pleiteavam matrícula na modalidade Educação de Jovens e Adultos	Assessoria e orientação jurídica a dois jovens que desejavam se matricular na modalidade Educação de Jovens e Adultos e encontraram dificuldades. A urgência de sua necessidade de matrícula, para além da realização do direito à educação, se justificava em função da necessidade de matrícula imposta por um contrato de aprendizagem (Lei do Aprendiz).

Atividades de Formação

Dirigidas a jovens

Instituição beneficiária ou promotora	Turmas	Total	Período	Descrição da atividade (conteúdo, resultados)
Fundação Casa	1256	13.006	Jan-Dez	Promoção de oficinas artísticas ligadas as <u>Artes do Corpo</u> : Capoeira, Dança de Rua e Danças; <u>Artes da Palavra</u> : Literatura, Fanzine e Rap; <u>Artes Visuais</u> : Desenho e Pintura, Graffiti, Escultura, Fotografia e Cinema; <u>Artes Cênicas</u> : Teatro do Oprimido e Jogos teatrais; <u>Artes do Som</u> : Discotecagem e Violão
Plataforma de Centros Urbanos	01	20	Março	Oficina de formação para jovens que participam da Plataforma de Centros Urbanos – sobre Justiça e Direitos Humanos
Ação Educativa	01	20	Julho	Oficina sobre Direito à Educação que compôs a formação de 2012 dos Jovens Agentes pelo Direito à Educação (JADE).
Ação Educativa	01	20	Mar-Nov	Formação de jovens agentes pelo direito à educação, focalizando conquistas e desafios para a satisfação dos direitos educativos da juventude e mobilização de estratégias de ação. Ao final, jovens produziram vídeo focalizando articulação entre o ensino superior e o acesso a bens culturais.
Ação Educativa	03	80	Abr-Ago	80 (oitenta) estudantes do último ano do Ensino Médio tiveram acesso, a partir de atividades realizadas por técnicos da Ação Educativa, a informações sobre possibilidades de continuidade de seus estudos e de inserção profissional e problematizaram questões relacionadas aos desafios de inserção de jovens após a conclusão do ensino médio.

Dirigidas a ativistas de movimentos sociais, agentes de ONGs

Instituição beneficiária ou promotora	Turmas	Total	Período	Descrição da atividade (conteúdo, resultados)
Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco	25	600	Março	Oficina de suporte pedagógico (com duração de 8h) para educadores e profissionais da educação atuantes na alfabetização e no ensino fundamental da Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco para utilização da coleção didática Viver, Aprender.
Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro	25	1400	Março	Oficina de suporte pedagógico (com duração de 8h) para educadores e profissionais da educação atuantes no ensino fundamental da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro para utilização da coleção didática Viver, Aprender.
Ação Educativa – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência	02	120	Mar - Set	Dois cursos “Direito à Educação e Direitos Humanos”, compostos por seis encontros aos sábados, com carga horária total de 48 horas e 60 participantes cada. O grupo de participantes foi composto por educadores, trabalhadores da educação, estudantes, lideranças populares, jornalistas e militantes de movimentos sociais e de organizações não-governamentais formados.
Ação Educativa	03	57	Abril	Três oficinas de graffiti realizadas no Espaço de Cultura da Ação Educativa dentro da programação do bimestre março/abril que abordaram as seguintes técnicas: hip hop, stencil art e sticker PR ativistas.
Ação Educativa	02	103	Ago - Dez	Formação em Educação, Direitos Humanos e Relações Raciais. O curso ofereceu bases práticas e teóricas para qualificar ações de implementação da lei 10.639/03. Os participantes sistematizaram, a partir de suas áreas de atuação, conhecimentos e técnicas que contribuíram para a formação coletiva.

Dirigidas a educadores (professores, equipes técnicas, alfabetizadores comunitários)

Instituição beneficiária ou promotora	Turmas	Total	Período	Descrição da atividade (conteúdo, resultados)
Ação Educativa/Instituto Alana	1	20	Mai	Educadores sensibilizados para questões relacionadas à articulação entre educação e trabalho na vida dos jovens.
Ação Educativa/Unitalo	2	140	Mai	Estudantes de pedagogia sensibilizados sobre as necessidades educativas de jovens moças e rapazes no ensino médio.
Ação Educativa	1	13	Set-Out	Educadores de ONGs e professores da rede estadual de ensino de São Paulo capacitados para uso de metodologia de orientação profissional Tô no Rumo: Jovens e Escolha Profissional.

Promoção de eventos

Nome do evento	Parceiros	Total de Participantes	Local	Data	Descrição, resultados
Lançamento da Publicação – Em Questão 7 – “A Lei do Piso Salarial no STF: debates sobre a valorização do magistério e o direito à educação”	Campanha Nacional pelo Direito à Educação	50	São Paulo/SP	13 de Março	Publicação lançada, debatida e distribuída, em evento que contou com a participação dos autores da publicação e referências no campo da valorização docente.
Encontro Nacional da Articulação Justiça e Direitos Humanos	JusDh e Conectas Direitos Humanos	25	São Paulo/SP	19 e 20 de Abril	Realizado Encontro da Articulação Justiça e Direitos Humanos (JusDh), na sede da Ação Educativa. Participaram 25 representantes de organizações.
Debate Público - Ensino Religioso nas Escolas Públicas: Inconstitucionalidade e Ameaça à Liberdade Religiosa e aos Direitos Humanos	ECOS – Educação em Sexualidade, Conectas Direitos Humanos, CLADEM e Relatoria Nacional pelo Direito Humano à Educação da Plataforma DHESCA	40	São Paulo/SP	30 e 31 de Maio	Encontro nacional e um seminário aberto para debater ensino religioso e laicidade do estado brasileiro – dias 30 e 31 de maio de 2012. 20 participantes no encontro nacional; 40 participantes no seminário aberto
Seminário A educação integral e o ofício do arte-educador: papel das ONGs, escolas e Universidade	Instituto C&A	140	São Paulo/SP	30 de Junho	O seminário reuniu especialistas ligados ao governo, ONGs, universidade, museus, educadores sociais e artistas pra uma reflexão sobre o ofício do arte-educador no contexto da educação integral. O evento subsidiou discussão feita no mesmo dia em reunião fechada com parceiros do Instituto C&A. Nesta reunião ficou definido os rumos de um levantamento de experiências de observatórios no Brasil e a viabilidade de uma iniciativa com esta para o campo da arte-educação.
Papo com Dados: Educação	OKFn	23	São Paulo/SP	25 de Agosto	Criação de um coletivo para trabalhar com dados educacionais
II Seminário do núcleo de pesquisa Educação de Jovens e Adultos: insumos, processos e resultados	INEP	27	São Paulo/SP	29 e 30 de Outubro	Seminário técnico para apresentação de resultados parciais do Núcleo de Estudos de Educação de Jovens e Adultos.

<p>Chegando aos 10 anos: a lei 10.639 e os desafios da superação do racismo na Educação.</p>	SDH	118	São Paulo/SP	31 de Outubro	O encontro mobilizou profissionais da educação escolar e não escolar, atores dos movimentos sociais e pesquisadores, com o objetivo de dialogar sobre os 10 anos da lei 10.639/03: onde avançamos, quais os desafios e perspectivas.
<p>Colóquio Educação e Cooperação Solidária Sul-Sul</p>	Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Unilab e Ministério da Educação e Desporto de Cabo Verde	120	Assomada (Cabo Verde)	02 de Novembro	Colóquio sobre cooperação solidária e democrática em educação entre os países africanos de língua oficial portuguesa.
<p>Oficina de Trabalho Interinstitucional: Bases para a proposição de um plano de expansão da educação infantil de qualidade no município de São Paulo</p>	Defensoria Pública do Estado de São Paulo; Grupo de Atuação Especial de Educação (GEDUC) do Ministério Público do Estado de São Paulo; Rubens Naves, Santos Jr e Hesketh – Escritórios Associados de Advocacia; Grupo de Trabalho de Educação da Rede Nossa São Paulo	80	São Paulo/SP	30 de Novembro	Realizada Oficina de Trabalho Interinstitucional: Bases para a proposição de um plano de expansão da educação infantil de qualidade no município de São Paulo. 70 participantes sendo: 30 educadores; 25 promotores e 25 defensores públicos.
<p>Juventude no Parque</p>	Associação Cidade Escola Aprendiz, Viração Educomunicação, Coletivo Imagem e Programa Cidades Sustentáveis	80	São Paulo /SP	21 de abril	Mobilização da campanha internacional "Rio + Você", na qual jovens foram engajados na discussão sobre desenvolvimento sustentável pouco antes da Rio + 20. A articulação culminou na realização da atividade "Juventude no Parque", que ocorreu no Dia Mundial da Terra. Alguns destes jovens foram à Rio + 20 apresentar suas propostas e demandas relacionadas ao tema.

Juventude, Diversidade sexual e Gênero	Jovens Feministas de São Paulo, ECOS - Comunicação em Sexualidade, Marcha Mundial das Mulheres e Câmara Municipal de São Paulo	61	São Paulo /SP	17 de maio	Reuniu gestores municipais, vereadores e sociedade civil para discutir propostas de políticas públicas de juventude dirigidas ao tema 'diversidade sexual e gênero'.
Agenda de propostas de juventude para eleições	Instituto Paulista de Juventude e Comunidade Cidadã	19	São Paulo /SP	3 de maio	Construção de propostas de políticas públicas de juventude para apresentar aos candidatos e candidatas a prefeito/a. Resultou em documento assinado por 19 organizações contendo 14 propostas em diversas áreas, o qual foi entregue a candidatos a prefeito e a vereador.
Apoio governamental a iniciativas culturais e esportivas de jovens	Conselho Municipal de Juventude e Câmara Municipal de São Paulo	92	São Paulo /SP	18 de junho	Discussão de propostas de lei de apoio a jovens produtores de cultura e para iniciativas juvenis na área esportiva. Resultou em duas propostas de lei apresentadas pelos vereadores.
Violência de Estado, Genocídio e Extermínio da Juventude	Fórum Municipal do Hip Hop	107	São Paulo /SP	18 de julho	Debate sobre a morte de jovens negros nas periferias por ação de agentes de segurança do Estado. Resultou na articulação da sociedade civil em torno do tema, compondo o Comitê Contra o Genocídio da Juventude Negra, Pobre e Periférica.
Seminário Juventude, Educação e Trabalho	Observatório da Juventude da UFF; Observatório Jovem da UFMG; UFSCar; IFSP; UniRio; Instituto Unibanco	120	São Paulo/SP	6 e 7 de dezembro	Debatidos principais desafios e perspectivas da interface entre educação e trabalho na vida dos jovens e na construção de políticas públicas.

Participação em eventos**Internacionais**

Nome	Promotor	Local	Data	Tipo de intervenção
Fórum Social Temático de Porto Alegre	FSM	Porto Alegre/RS	24 a 29 de Janeiro	Membro de mesa de debate
Seminário Internacional – Rumo a Rio + 20	GRAP	Porto Alegre/RS	24 a 29 de Janeiro	Coordenação de mesa
Fórum Internacional de Gestão Cultural	CELACC/USP	São Paulo/SP	21 a 23 de Março	Membro de mesa de debate
Assembleia Geral da CLADE no Equador	CLADE	Quito/Equador	10 a 14 de Maio	Participação e mesa redonda “experiência do Observatório da Educação no Brasil”
Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)	ABONG	Rio de Janeiro/RJ	13 a 22 de Junho	Membro de mesa de debate
I Missão Internacional da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira em Moçambique	Unilab	Maputo/Moçambique	16 a 26 de Junho	Participante
Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)	AULP	Maputo/Moçambique	18 de junho	Participante
I Missão Internacional da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira em Angola	Unilab	Luan-da/Angola	14 a 21 de Julho	Participante
Seminário Educação e Cooperação Solidária Sul-Sul	Unilab/ECOSS	Luan-da/Angola	17 de Julho	Participante
V Oficina de Cooperação Sul-Sul no Domínio da Educação e Formação de Jovens e Adultos	Ministérios da Educação de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Brasil	Luanda (Angola)	18 a 20 de Julho	Participante
IX SEMINARIO INTERNACIONAL DE LA RED ESTRADO	Red Estrado	Santiago/Chile	18 a 20 de Julho	Apresentação de trabalho “Silêncio dos professores na educação: o caso da Campanha Fala Educador! Fala Educadora”
Encontro Internacional Formação em Gestão Cultural	SESC/SP	São Paulo/SP	01 a 03 de Agosto	Participação
Oficina de Planos Locais	Campanha Nacional pelo Direito à Educação e Open Society Foundations	Praia (Cabo Verde)	29 de Outubro a 02 de Novembro	Participante
Réunion régionale d’experts sur le suivi de CONFITEA VI en Afrique: accroître la participation des jeunes et des adultes à l’éducation et l’apprentissage,	UIL/Unesco	Praia (Cabo Verde)	05 a 08 de Novembro	Observador externo

5º Seminário Internacional de Bibliotecas Públicas e Comunitárias	Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo	São Paulo/SP	21 a 23 de Novembro	Participação
---	--	--------------	---------------------	--------------

Nacionais

Nome	Promotor	Local	Data	Tipo de intervenção
Encontro de parceiros do projeto ECCOS	Unilab	São Paulo/SP	24 de Janeiro	Participação
Encontro de parceiros sobre a implementação da lei 10.639/2003	Ceafro e Unicef	Salvador/BA	23 de Fevereiro	Apresentação de trabalhos
Debate sobre democratização da Universidade Pública	Direito-FGV	São Paulo	14 de Março	Ouvinte convidado
7º Congresso GIFE	GIFE	São Paulo/SP	30 de março	Moderação da Sessão "As fronteiras do investimento social na formação de jovens"
Consocial – etapa nacional	CGU	Brasília/DF	18 a 20 de Maio	Participação (como delegado eleito na etapa estadual)
Webconferência – Jornada da Lei do Piso	Apeoesp	São Paulo/SP	23 de Junho	Conferencista
Congresso da Federação de Arte Educadores do Brasil	FAEB	São Paulo/SP	29 de Setembro a 02 de Novembro	Participação
Encontro Anual da Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP)	RENAP	Salvador/BA	21 a 23 de Novembro	Participação em diversos debates
Seminário Nacional do Ensino Médio Integral: Construindo a Política de Ensino Médio para Todos no Brasil	MEC	Brasília/DF	23 a 28 de junho	Participante
Seminário Nacional ProJovem Urbano: um balanço das pesquisas avaliativas frente a novos desafios	UFMG / Secretaria Nacional de Juventude/Secretaria Geral da Presidência da República	Belo Horizonte/MG	27 e 28 de junho	Painelista
II Encontro do Caminhos e Trilhas - Programa de Formação de Organizações para Ação Política	Aracati	Brasília/DF	05 de julho	Palestra: Educação e trabalho para a juventude

Reunião técnica: A política nacional de juventude	Secretaria Nacional de Juventude/Secretaria Geral da Presidência da República	Brasília/DF	28 e 29 de agosto	Participação
Encontro da Rede de Centros de Juventude	Rede de Centros de Juventude	São Paulo/SP	18 de setembro	Exposição: Juventude e Políticas Públicas
Encontro das organizações apoiadas por AIN/OD no Brasil	Ajuda de la Iglesia de Noruega e Operasjon Dagsverk	Recife/PE	27 a 29 de novembro	Participação

Regionais / Estaduais / Municipais

Nome	Promotor	Local	Data	Tipo de intervenção
Conferência Municipal sobre Transparência e Controle Social de São Paulo	Controladoria Geral da União	São Paulo/SP	27 e 28 de Fevereiro	Participação
Conferência Municipal sobre Transparência e Controle Social	Prefeitura Municipal de São Paulo	São Paulo/SP	27 de fevereiro	Participação
Consocial – etapa estadual	Governo do Estado de SP	São Paulo/SP	30 de Março a 01 de Abril	Participação (como delegado eleito na etapa municipal)
Conversando com São Paulo	Sindicato dos Engenheiros	São Paulo/SP	23 de Junho	Exposição sobre os desafios da educação do município no contexto das políticas de garantia dos direitos da criança e do adolescente
Debate e lançamento de publicação sobre Participação Social no Estado	Instituto Pólis	São Paulo	4 de Julho	Ouvinte convidado
Seminário Teias da Cidadania: saberes da comunidade	FE-UFG	Belo Horizonte/MG	03 de agosto	Palestrante
Encontro do Programa Norte de Saberes	FCC	Belém/PA	17 a 19 de Outubro	Participação
Audiência Pública sobre a Lei de Diretrizes Orçamentária para 2013	Câmara Municipal de São Paulo	São Paulo/SP	27 de novembro	Apresentação de propostas
6º Encontro da Rede dos Pontos de Cultura do estado de São Paulo	Secretaria de Cultura do Estado de SP	São Paulo/SP	17 de Dezembro	Delegado
A Violência Contra a Juventude Negra em São Paulo	Câmara Municipal de São Paulo	São Paulo/SP	7 de dezembro	Mesa Redonda

Locais

Nome	Promotor	Local	Data	Tipo de intervenção
Lançamento do IRBEM – indicador da Rede Nossa São Paulo	RNSP	São Paulo/SP	18 de janeiro	Participação
Consocial – etapa municipal	Governo do Estado de SP	São Paulo/SP	27 de fevereiro	Participação
Conversa de escola: Cidadania, Juventude e Acesso ao Ensino Superior.	Professora Patrícia Cerqueira, da EE Joiti Hirata	São Paulo/SP	30 de março	Palestrante
Debate com candidatos à prefeitura de São Paulo	RNSP	São Paulo/SP	22 de maio	Participação
Fórum da Juventude FGL	Fundação Gol de Letra	São Paulo/SP	17 de maio	Mesa redonda
Ensino médio e as novas diretrizes curriculares	FE-USP	São Paulo/SP	05 de junho	Palestrante
O Programa Ensino Médio Inovador em São Paulo	APEOESP-Regional Vila Prudente	São Paulo/SP	16 de agosto	Palestrante
Roda de Conversa: Diversidade e Sustentabilidade	Cenpec, Fundação Tide Setúbal, IDS	São Paulo/SP	12 de setembro	Debatedora
Semana de Jornalismo	Jornal O Estado de S. Paulo	São Paulo/SP	25 de outubro	Palestra sobre a cobertura de educação na mídia

III - Participação em redes, fóruns, articulações intersetoriais e conselhos de representantes

Nome	Resultados no período
Conselho Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA)	Participação, na condição de representante da sociedade civil organizada, em reuniões ordinárias e extraordinárias para avaliação e acompanhamento das políticas federais de EJA
Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos de São Paulo (Fórum EJA SP)	Participação e organização, na condição de uma das instituições participantes e coordenadoras, de plenárias e ações do Fórum.
Comissão do VAI – Valorização de Iniciativas Culturais – SMC - PMSP	Avaliação de 140 projetos e participação na definição dos projetos aprovados no edital 2012.
Rede pela Transparência e Participação Social - RETPS	Criação e consolidação desta rede de 17 organizações, realização de levantamentos, pedidos de informação e análises sobre o tema em nível estadual e local
Open Government Partnership - OGP	Participação do espaço enquanto organização da sociedade civil, participação em avaliação do Plano de Ação e formulação de novas propostas para o próximo plano de ação brasileiro
Comissão Executiva do Plano de Educação	Foram realizados três eventos sobre a situação da proposta de Plano de Educação, que se encontrava parada na Prefeitura de

da Cidade de São Paulo	São Paulo. As entidades da Comissão solicitaram ao Ministério Público Estadual que instaurasse inquérito civil público para apurar a demora de quase dois anos para que o PL do Plano fosse encaminhado pelo Executivo Municipal à Câmara dos Vereadores. Em decorrência dessas pressões, o Executivo encaminhou o PL em setembro de 2012 para o Legislativo. O Legislativo, por meio da Comissão de Educação, convocou duas audiências públicas para dar início ao processo de tramitação, que segue em 2013.
GT Educação da Rede Nossa São Paulo	Ao longo de 2012, foram realizadas reuniões mensais do GT, na qual foram discutidas e definidas ações e estratégias do grupo ligadas aos diversos desafios da educação da cidade, entre eles, a demanda por vagas na educação infantil, a queda de matrículas na Educação de Jovens e Adultos, a análise dos Projetos de Lei de educação que tramitam no Legislativo Municipal e a luta pelo Plano de Educação da Cidade.
Campanha por uma educação não sexista a antidiscriminatória	O Informe Gênero e Educação, produzido por Ação Educativa e Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação, a convite do CLADEM (Comitê Latino-americano dos Direitos das Mulheres) e em parceria com as organizações Ecos e Themis, constituiu uma das bases para a elaboração do Amicus Curiae, elaborado pela Ação Educativa, para o Supremo Tribunal Federal relativo à Ação Direta de Inconstitucionalidade referente ao ensino religioso confessional e o acordo Brasil - Santa Sé.
Indicadores da Qualidade na Educação Infantil	Em 2012, foram realizadas três reuniões da coordenação nacional dos Indicadores da Educação Infantil, composta por MEC, Unicef, Undime e Ação Educativa. A Ação Educativa é responsável pela coordenação executiva do Projeto. As reuniões abordaram a finalização do monitoramento da distribuição dos Indicadores aos estabelecimentos de ensino e secretarias de educação de todo o país e do relatório técnico de tal etapa, além da formulação do novo projeto que tem como objetivo principal a elaboração de uma sistemática de uso dos Indicadores de Educação Infantil pelas secretarias de educação na avaliação da política de educação infantil dos municípios.
Fórum do Jardim Helena (São Paulo)	O Fórum do Jardim Helena é constituído por escolas e organizações da região, localizada no extremo leste da cidade de São Paulo. O objetivo do Fórum é estimular a constituição da rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente. A Ação Educativa foi convidada para contribuir para o fortalecimento do Fórum. No segundo semestre de 2012, participamos de três reuniões, na qual facilitamos uma oficina de trabalho sobre construção de redes. A atuação junto com o Fórum continua em 2013.
Articulação Norte dos Saberes	A partir de iniciativa da Fundação Carlos Chagas, foi constituída uma articulação de um grupo de instituições e movimentos sociais do Pará comprometidos com a garantia do direito à educação na Amazônia. A Ação Educativa foi convidada para integrar o grupo, na perspectiva de contribuir com a nacionalização do debate sobre os desafios das políticas educacionais no contexto amazônico. Em 2012, participamos de um encontro de parceiros em Belém e uma reunião de preparação de pauta para documentários sobre educação na Amazônia, realizada em São Paulo, na sede da Fundação Carlos Chagas. Em 2013, a Ação Educativa produzirá uma base de fontes sobre educação no Pará para jornalistas, levantará depoimentos de professoras/es e elaborará um documento sobre o direito à educação na Amazônia, para debate nacional.
Articulação Justiça e Direitos Humanos – JusDh	Organização de encontro da Articulação Justiça e Direitos Humanos (JusDh) em São Paulo, na sede da Ação Educativa, com a participação de 25 representantes de organizações. Carta sobre transparência do Poder Judiciário e apoio a algumas ações do Conselho Nacional de Justiça Intervenção em sabatina e pedido de informação acerca da indicação de ministro do Supremo Tribunal Federal que substituirá

	o Ministro Carlos Ayres Britto, aposentado em novembro de 2012.
Projeto de Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil	Difusão e divulgação do III Relatório Periódico sobre os Direitos Humanos no Brasil, através da organização da audiência pública sobre a situação dos direitos humanos em São Paulo, realizada em setembro de 2012 na Assembleia Legislativa do Estado; Formulação do texto-base de direito à educação. Difusão das Recomendações do Comitê DESC ao Estado Brasileiro.
Movimento Creche para Todos	Participação na coordenação do movimento. Acompanhamento das medidas judiciais propostas – notadamente desdobramentos das Ações Cíveis Públicas com pedidos difusos (Plano de expansão; acompanhamento; construção; inclusão de rubrica orçamentária). Acompanhamento dos pedidos de indenização para as famílias cuja exclusão da educação infantil perdurou até o ingresso no ensino fundamental.
Comitê diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação	Participação efetiva no Comitê Diretivo. Acompanhamento do PL n. 8.035/2010 e da implementação do Piso Nacional do Magistério.
Grupo de Trabalho Interinstitucional de Educação Infantil (GTIEI)	Participação do Grupo de Trabalho e realização de oficina em novembro de 2012.
Comitê Contra o Genocídio da Juventude Negra, Pobre e Periférica	Dirigido à discussão sobre a morte de jovens negros e pobres por agentes de segurança do Estado, que esteve mobilizada pela onda de mortes ao longo de 2012, dando visibilidade ao problema, denunciando, articulando a sociedade civil e construindo propostas e canais de interlocução com o poder público.
GT Juventude da Rede Nossa São Paulo	Reestruturado em 2011, o GT é um espaço de articulação ligado à Rede Nossa São Paulo – de movimentos sociais, grupos e organizações da sociedade civil – que tem como objetivo ampliar e qualificar as políticas públicas de interesse da juventude na cidade. No último período o GT Juventude construiu uma agenda de propostas de políticas públicas com foco em jovens que foi levada aos candidatos a prefeito, trabalhou na elaboração e aprovação de leis e de peças orçamentárias e produziu boletins e outros materiais de comunicação para produzir, compartilhar informações e promover debates, entre outras ações.
Articulação de ONGs que atuam com juventude	Esse espaço de articulação reuniu 20 ONGs de defesa de direitos para aprimorar o posicionamento e traçar estratégias de incidência no debate das políticas públicas de juventude, com foco especial no Conjuve – Conselho Nacional de Juventude. Além da participação no processo eleitoral do Conjuve, quando 12 dessas organizações foram eleitas para o biênio 2012-2014, o grupo dedicou-se à construção de um posicionamento e à elaboração de uma nota técnica acerca do PL do Estatuto da Juventude em tramitação no Senado. Debatida no Conjuve, a nota foi aprovada e assumida como posição pública do Conselho.

IV - Inserções na mídia

Tema: Cultura de periferia

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Jornal A Folha de São Paulo	Nacional	17/08	Cadê o centro?	Impresso	Matéria trata do show de abertura da Mostra Estéticas das Periferias, envolvendo os músicos: Criolo, Kiko Dinucci e Rodrigo Campos.
2	O Estado de São Paulo	Nacional	17/08	Mostra Cultural Estéticas das Periferias	Impressa	Destaca a programação da Mostra Estéticas das Periferias
3	Revista São Paulo (Suplemento do Jornal A Folha de São Paulo)	Municipal	19/08	Estéticas das periferias	Impressa	Destaca a programação da Mostra Estéticas das Periferias
4	Jornal O Estado de São Paulo	Nacional	21/08	A arte do outro lado	Impressa	Matéria trata da programação da Mostra e Seminário Estéticas das Periferias
5	Jornal Agora	Regional – Grande São Paulo	21/08	Evento aposta em artistas da periferia	Impressa	Destaques da Mostra Estéticas das Periferias
6	TV Gazeta	Nacional	21/08	A periferia tem arte e cultura	TV	Destaca a programação da Mostra Estéticas das Periferias a partir da apresentação e trajetória do grupo Marginaliaria, uma das atrações do evento.
7	TVT	Nacional	22/08	Estéticas das Periferias	TV	Destaca a programação da Mostra e do Seminário Estéticas das Periferias
8	Veja São Paulo	Municipal	22/08	Criolo, Kiko Dinucci e Rodrigo Campos	Impressa	Destaca show de abertura da Mostra Estéticas das Periferias
9	TV Brasil	Nacional	23/08	A arte que vem das periferias	TV	Destaca a programação da Mostra e o seminário Estéticas das Periferias

10	Diário de São Paulo	Estadual	24/08	Berço do Samba de São Mateus e Samba da Vela	Impressa	Destaca show de encerramento da Mostra Estéticas das Periferias
11	Jornal A Folha de São Paulo	Nacional	24/08	Estéticas das Periferias	Impresso	Matéria trata das apresentações que encerram a Mostra Estéticas das Periferias.
12	Jornal A Folha de São Paulo	Nacional	26/08	Motoboys usam poesia pra dar fim a preconceitos	Impressa	Destaca o seminário sobre a cultura dos motoboys que fez parte da mostra estéticas das periferias
13	Jornal A Folha de São Paulo	Nacional	26/08	Berço do Samba de São Mateus e Samba da Vela	Impressa	Destaca show de encerramento da Mostra Estéticas das Periferias
14	Rádio Globo AM	Nacional	27/03	Dia do Graffiti	Rádio	Destaca, em entrevista com Rodrigo Medeiros, a realização da Exposição comemorativa do Dia do Graffiti.
15	Revista São Paulo (suplemento do Jornal A Folha de São Paulo)	Municipal	26/08	Estéticas das Periferias	Impressa	Destaca o show de encerramento da Mostra Estéticas das Periferias
16	Revista E	Regional estado de São Paulo	Agosto	Mostra estéticas das Periferias	Impressa	Destaca na programação da Mostra Estéticas das Periferias, os eventos que acontecerão nas unidades do SESC.
17	Outras Palavras	Internacional	20 a 30/09	Estéticas das Periferias	Internet	Acompanhamento diário da programação da Mostra Estéticas das Periferias.
18	Revista E	Estadual	Dezembro	Estética da Periferia	Impresso	Traz artigos assinados por José Guilherme Magnani e Kultafro sobre o tema do seminário e mostra Estéticas das Periferias

Tema: Juventude

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	7º Congresso Gife http://www.congressogife.org.br/2012	Nacional	30/03	O protagonismo da juventude na transformação da sociedade	Internet	Matéria sobre o debate ocorrido na mesa "As novas fronteiras do investimento social na formação de jovens", mediado por Maria Virgínia de Freitas.
2	Rede Nossa São Paulo www.nossasaopaulo.org.br	Municipal	09/04	Encontro do GT Juventude - Gênero e Diversidade Sexual	Internet	Reprodução de notícia sobre encontro promovido pelo GT Juventude - Gênero e Diversidade Sexual - na Câmara Municipal de São Paulo.
3	Rádio Globo radioglobo.gloradio.globo.com/	Estadual	17/04	Nossa São Paulo: Juventude no Parque - mundo sustentável	Rádio	Matéria sobre evento do GT Juventude da Rede Nossa São Paulo para a Campanha Rio + Você.
4	Rede Nossa São Paulo www.nossasaopaulo.org.br	Municipal	19/04	Juventude no Parque debaterá propostas para uma São Paulo sustentável	Internet	Matéria sobre evento do GT Juventude da Rede Nossa São Paulo para a Campanha Rio + Você.
5	Conjuve - Conselho Nacional de Juventude http://www.juventude.gov.br/conjuve	Nacional	20/04	SNJ participa de publicação de livro sobre políticas públicas de juventude	Internet	Matéria sobre o lançamento do livro Juventude em Pauta: Políticas Públicas no Brasil, publicado pela Ação Educativa em parceria com a Fundação Friedrich Ebert e a editora Peirópolis.
6	Rede Nossa São Paulo www.nossasaopaulo.org.br	Municipal	21/04	Após mobilização, grupos de cultura conseguem liberação de verba	Internet	Matéria a respeito da liberação de verbas para o Programa VAI (que financia ações de grupos juvenis no campo da cultura), fruto de uma mobilização que foi liderada pelo GT Juventude.
7	Blog do Portal Vivendo a Adolescência	Internacional	23/04	Lançamento do livro Juventude em Pauta: Políticas Públicas no Brasil	Internet	Matéria sobre o lançamento do livro Juventude em Pauta: Políticas Públicas no Brasil, publicado pela

	http://www.adolescencia.org.br/blog/					Ação Educativa em parceria com a Fundação Friedrich Ebert e a editora Peirópolis.
8	GT Juventude da Rede Nossa São Paulo http://gtjuventudenossasp.wordpress.com	Municipal	26/04	Eleições do Conselho Nacional de Juventude	Internet	Entrevista com Maria Virginia de Freitas
9	Site CONJUVE www.juventude.gov.br	Nacional	03/05	Roda de conversa debate propostas da juventude para as eleições	Internet	Notícia sobre encontro promovido pelo GT Juventude a respeito da construção de propostas de juventude para as eleições municipais.
10	Agência Jovem de Notícias www.agenciajovem.org	Nacional	11/05	Gênero e Diversidade Sexual – Construindo políticas públicas de juventude em SP	Internet	Reprodução de notícia sobre encontro promovido pelo GT Juventude - Gênero e Diversidade Sexual – na Câmara Municipal de São Paulo.
11	Instituto AraYara http://www.sustentabilidade.org.br	Nacional	09/07	Publicação reúne artigos de especialistas sobre políticas públicas de juventude	Internet	Matéria sobre o lançamento do livro Juventude em Pauta: Políticas Públicas no Brasil, publicado pela Ação Educativa em parceria com a Fundação Friedrich Ebert e a editora Peirópolis.
12	Rede Nossa São Paulo www.nossasaopaulo.org.br	Municipal	20/07	Juventude se reúne para definir propostas que serão apresentadas aos candidatos à Prefeitura de SP	Internet	Reprodução de notícia sobre encontro para construção de propostas de políticas públicas de juventude para serem entregues aos candidatos e candidatas .
13	Canal Futura / Conexão Futura www.conexaofutura.org.br	Nacional	27/07	SP: Violência, genocídio e extermínio da juventude negra	Internet	Matéria sobre ações contra a morte de jovens negros pelas forças policiais que menciona atividade realizada pelo GT Juventude.
14	Geledes Instituto da Mulher Negra	Nacional	06/08	Encontro promovido pelo Fórum Hip Hop e GT Juventude cria a Campanha	Internet	Reprodução de matéria do blog do GT Juventude sobre encontro que discutiu a violência policial contra

	www.geledes.org.br			Contra o Genocídio da Juventude Negra.		jovens negros.
15	Canal Futura / Programa Conexão Futura	Nacional	08/08	Política e Juventude	TV e Internet	Entrevista para o Programa Conexão Futura a respeito da elaboração de propostas de políticas públicas de juventude para o município para as eleições.
16	Rede Nossa São Paulo www.nossasao paulo.org.br	Municipal	13/08	Plano de Metas da Juventude Paulistana é entregue a candidatos a prefeito	Internet	Notícia sobre encontro de candidatos a prefeito com a juventude para discutir metas da juventude para a cidade.
17	Pastoral Fé e Política www.pastoralfp.com	Nacional	24/08	Eleições 2012: Propostas do GT Juventude	Internet	Reprodução de matéria sobre propostas do GT Juventude para os/as candidatos/as.
18	Le Monde Diplomatique	Nacional	Novembro	Participação na política nacional de juventude: a agenda do Conjuve.	Imprensa	Artigo de Maria Virgínia de Freitas, em co-autoria com Gabriel Medina e Rebeca Ribas, sobre o Conselho Nacional de Juventude
19	Le Monde Diplomatique www.diplomatique.org.br	Nacional	Novembro	Participação na política nacional de juventude: a agenda do Conjuve.	Internet	Artigo de Maria Virgínia de Freitas, em co-autoria com Gabriel Medina e Rebeca Ribas, sobre o Conselho Nacional de Juventude
20	Portal Vermelho www.vermelho.org.br	Nacional	15/11	Seminário discute juventude, educação e trabalho	Internet	Matéria sobre o seminário organizado pela Ação Educativa e parceiros, traz entrevista com Raquel Souza.

Tema: Arte e educação

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Instituto C&A www.institutoc ea.org.br	Nacional	28/06/12	Instituto C&A aciona parceiros para refletir sobre arte e educação	Internet	Texto com citação do projeto Observatório da Educação, da Ação Educativa.
2	Instituto C&A www.institutoc ea.org.br	Nacional	12/07/12	Proposta de criação de um observatório sobre a educação e arte dá novo passo	Internet	Texto com citação do projeto Observatório da Educação, da Ação Educativa.

Tema: Metodologias participativas

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1.	www.gife.org.br	Nacional	14/05/12	Tecnologia social brasileira ganha escala e se expande para América do Sul e Europa	Internet	Reportagem produzida pelo GIFE sobre as aprendizagens proporcionadas pela Metodologia NEPSO.
2.	confedu@ufro.cl	Internacional	19/07/12	Acadêmicos assistem a Simposium Internacional IBOPE/UNESCO del Proyecto NEPSO	Internet	Reportagem produzida a partir das discussões realizadas no Simpósio NEPSO da Argentina sobre as ideias e instrumentos conceituais e metodológicos de teoria e prática sobre a investigação em sala de aula para uma aprendizagem significativa.
3.	Pioneiro.clicrbs.com.br	Nacional	27/08/12	Pesquisa desde a infância	Internet	Reportagem produzida pelo jornal "Pioneiro" do Rio Grande do Sul sobre Seminário do NEPSO na UCS.
4	www.ufmg.br	Nacional	05/11/12	Seminário sobre Pesquisa Educativa de Opinião	Televisão	Reportagem sobre a utilização da pesquisa educativa de opinião em Minas Gerais

Tema: Público X Privado

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Revista Fórum http://revistaforum.com.br/	Nacional	08/02/12	Cobertura da mídia revela novas formas de privatização do ensino	Jornal e revista	Reprodução de matéria feita pelo Observatório da Educação.
2	ControVérsia www.controversia.com.br	Nacional	27/07/12	A educação não pode e não deve estar subordinada a interesses privados, diz pesquisadora	Internet	Reprodução de entrevista realizada pela Observatório da Educação com Theresa Adrião.

Tema: Educação e diversidade

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Revista Fórum http://revistaforum.com.br/	Nacional	08/02/12	A escola pública é violadora de direitos das pessoas homossexuais, afirma pesquisadora	Jornal e revista	Reprodução de entrevista realizada pelo Observatório da Educação.

Tema: Valorização dos professores

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Revista Fórum http://revistaforum.com.br	Nacional	08/02/12	Professorado realiza greve nacional pela lei do piso	Jornal e revista	Matéria com informações coletadas pelo Observatório da Educação.
2	Nova Escola	Nacional	Ju- nho/2012	O cabo de guerra das greves	Internet	Matérias com informações coletadas pelo Observatório da Educação

Tema: Conselhos

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Revista Fórum http://revistaforum.com.br	Nacional	08/02/12	Renovação do Conselho Estadual de Educação (SP) estimula reflexão sobre órgão	Jornal e revista	Matéria com informações coletadas pelo Observatório da Educação.
2	Geraldo Cruz www.geraldocruz.com.br	São Paulo	21/05/12	Programa da TV Alesp debate alterações no Conselho Estadual de Educação de SP	Internet	Divulgação de programa da TV Alesp com participação da editora do Observatório da Educação, Fernanda Campagnucci.
3	APEOESP www.apeoesp.org.br	São Paulo	25/05/12	MP questiona constitucionalidade da atual forma de composição do CEE-SP	Internet	Reprodução de matéria feita pelo Observatório da Educação.
4	Blog Palavra da Presidenta http://apeoesp.wordpress.com	São Paulo	25/05/12	Maioria do Conselho Estadual de Educação de SP é vinculada ao setor privado	Internet	Reprodução de matéria feita pelo Observatório da Educação.
5	A Pública www.apublica.org	Nacional	28/05/12	Pública Indica 28-05	Internet	Indicação de reportagem e infográfico produzido pelo Observatório da Educação sobre a constituição do Conselho Estadual de Educação
6	Deputado Simão Pedro www.simaopedro.com.br	São Paulo	28/05/12	Projeto de Lei que reorganiza Conselho Estadual de Educação dos deputados Simão Pedro e Geraldo Cruz é tema de programa da TV Alesp	Internet	Nota sobre participação da editora do Observatório da Educação, Fernanda Campagnucci, em debate na TV Assembleia.
7	Estadão - Blog Públicos blogs.estadao.com.br/publicos	Nacional	28/05/12	Visualização de dados mostra vinculações de membros de Conselho de Educação ao setor privado	Internet	Nota sobre levantamento e infográfico realizado pelo Observatório da Educação sobre o Conselho Estadual.
8	Federação dos Professores do Estado de São Paulo (FEPESP) www.fepesp.org.br	São Paulo	29/05/12	Empresas dominam Conselho Estadual de Educação, confirma pesquisa	Internet	Divulgação sobre a formação do Conselho Estadual de Educação a partir de levantamento feito pelo Observatório da Educação

9	Nova Escola http://revistaescola.abril.com.br	Nacional	01/06/12	Maioria dos membros do Conselho Estadual de Educação de São Paulo são do setor privado	Jornal e revista	Citação de pesquisa realizada pelo Observatório da Educação sobre composição do Conselho Estadual de Educação - SP
10	Nova Escola http://revistaescola.abril.com.br	Nacional	13/06/12	Conheça os membros do Conselho Estadual de Educação de São Paulo	Jornal e revista	Divulgação sobre a formação do Conselho Estadual de Educação a partir de levantamento feito pelo Observatório da Educação
11	Estadão http://www.estadao.com.br	Nacional	19/06/12	SP admite mudar critérios para composição do Conselho Estadual de Educação	Jornal e Revista	Matéria sobre Conselho Estadual de Educação com entrevista da editora do Observatório da Educação, Fernanda Campagnucci.
12	Controvérsia www.controversia.com.br	Nacional	27/06/12	Maioria do Conselho Estadual de Educação de SP é vinculada ao setor privado	Internet	Reprodução de reportagem e infográfico produzido pelo Observatório da Educação sobre a constituição do Conselho Estadual de Educação
13	Federação dos Professores do Estado de São Paulo (FEPESP) www.fepesp.org.br/	São Paulo	01/08/12	'Conselho de Educação não funciona como órgão de Estado'	Internet	Entrevista com editora do Observatório da Educação, Fernanda Campagnucci.
14	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE) http://contee.org.br	Nacional	03/08/12	'Conselho de Educação não funciona como órgão de Estado'	Internet	Reprodução de entrevista com editora do Observatório da Educação, Fernanda Campagnucci.
15	Coordenadores Pedagógicos Blogados na Rede http://profcoordenadorpi-ra.blogspot.com.br/	Piracicaba	20/08/12	Educação: Do jeito que está não dá, por Simão Pedro	Internet	Citação de pesquisa realizada pelo Observatório da Educação sobre composição do Conselho Estadual de Educação - SP
16	Damarlu Educaçã http://damarlueducar.blogspot.com.br	Espirito Santo	21/08/12	Conselhos Estaduais de Educação: participação da sociedade civil ou cancelamento das decisões dos órgãos governamentais?	Internet	Citação de pesquisa realizada pelo Observatório da Educação sobre composição do Conselho Estadual de Educação - SP

Tema: Currículo escolar

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Revista Educação http://revistaeducacao.uol.com.br	Nacional	Abril	Definição paralela - No Congresso, deputados federais lotam a agenda das comissões de Educação com proposições sobre novas disciplinas para o currículo brasileiro	Internet e revista	Matéria com informações coletadas pelo Observatório da Educação

Tema: Gestão Democrática

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	CBN - Blog Fabíola Cidral colunas.cbn.globoradio.globo.com	Nacional	29/05	Um passo para ampliar a participação da sociedade na educação	Rádio	Artigo produzido pela editora do Observatório da Educação, Fernanda Campagnucci.
2	CBN - Blog Fabíola Cidral colunas.cbn.globoradio.globo.com	Nacional	29/06	A escola que as nossas crianças querem!	Rádio	Artigo produzido pela editora do Observatório da Educação, Fernanda Campagnucci.

Tema: Financiamento

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Rede Nossa São Paulo www.nossasao paulo.org.br	São Paulo	25/06	"Comparar investimento brasileiro em educação com países da OCDE é falacioso, afirma especialista" - Observatório da Educação	Internet	Reprodução de reportagem produzida pelo Observatório da Educação.

Tema: Ensino médio

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Em Diálogo www.emdialog o.uff.br/	RJ / MG	13/08/12	Ação Educativa promove debate sobre ensino médio	Internet	Divulgação do debate Desafios da Conjuntura sobre Ensino Médio, organizado pelo Observatório da Educação.
2	Revista Educação	Nacional	20/09/12	Os problemas do ensino médio	Internet	Comentário sobre os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 2011 (Ideb) - desempenho do ensino médio

Tema: Acesso à informação

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
-----------	----------------	--------------------	-------------	--------------------------	--------------	-------------------

1	Estadão - Blog Públicos blogs.estadao.com.br/publicos	Nacional	20/06/12	ONG pede acesso a dados de programa educacional de SP vinculado ao setor privado	Jornal e revista	Divulgação do pedido de informação realizado pelo Observatório da Educação.
2	CBN - Blog Fabíola Cidral colunas.cbn.globoradio.globo.com	Nacional	22/06/12	Como a nova Lei de Acesso pode ajudar o direito à educação?	Rádio	Artigo produzido pela editora do Observatório da Educação, Fernanda Campagnucci.
3	Estadão - Notícias http://estadao.com.br	Nacional	23/08/12	Dados e índices de educação serão tema de debate com especialistas em SP	Internet	Divulgação da segunda edição do "Papo com Dados".
4	UOL Educação http://educacao.uol.com.br	Nacional	19/09/12	Falta de transparência e de orçamento são principais problemas de programa paulista para educação, diz ONG	Internet	Matéria sobre o levantamento realizado pelo Observatório da Educação a partir da Lei de Acesso, com fala da editora, Fernanda Campagnucci.
5	CBN http://cbn.globoradio.globo.com	Nacional	19/09/12	Orçamento de programa criado para melhorar ensino público em SP é insuficiente	Internet e rádio	Matéria sobre o levantamento realizado pelo Observatório da Educação a partir da Lei de Acesso (programas lançados pelo governo do Estado de São Paulo).
6	Rede Brasil Atual http://redebrasilatual.com.br	Nacional	23/09/12	SP ainda não tem plano estadual de educação	Internet	Matéria com informações do levantamento realizado pelo Observatório da Educação / Citação de entrevista realizada pelo Observatório (programas lançados pelo governo do Estado de São Paulo).
7	Estadão - Blog Públicos blogs.estadao.com.br/publicos	Nacional	24/09/12	ONG divulga levantamento sobre programa educacional paulista com informações obtidas a partir da Lei de Acesso	Jornal e revista	Divulgação sobre o levantamento realizado pelo Observatório da Educação a partir da Lei de Acesso
8	APEOESP www.apeoesp.org.br	São Paulo	26/09/12	SP ainda não tem plano estadual de educação	Internet	Reprodução da matéria da Rede Brasil Atual.

Tema: Ensino integral

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Portal Cultura TV	Nacional	14/09/12	Expansão das escolas de tempo integral é vista com cautela por especialistas	Internet	Avaliação sobre pertinência de escolas de tempo integral no ensino médio para adolescentes e jovens, fazendo comentários críticos ao Programa Educação Compromisso São Paulo.
2	O Estado de S. Paulo	Estadual	19/09/12	Maioria das escolas de SP rejeita ensino integral, mostra levantamento	Imprensa	Avaliação sobre pertinência de escolas de tempo integral no ensino médio para adolescentes e jovens, fazendo comentários críticos ao Programa Educação Compromisso São Paulo.
3	Estadão Notícias http://estadão.com.br	Nacional	19/09/12	Maioria das escolas de SP rejeita ensino integral, mostra levantamento	Internet	Citação de levantamento realizado pelo Observatório da Educação (programas lançados pelo governo do Estado de São Paulo).
4	CBN	Nacional	19/09/12	Orçamento de programa criado para melhorar o ensino público de SP é insuficiente	Rádio	Avaliação sobre pertinência de escolas de tempo integral no ensino médio para adolescentes e jovens, fazendo comentários críticos ao Programa Educação Compromisso São Paulo.
5	Estadão Notícias http://estadão.com.br	Nacional	19/09/12	Abaixo-assinado tenta impedir novo modelo	Internet e impresso	Matéria sobre levantamento realizado pelo Observatório da Educação (programas lançados pelo governo do Estado de São Paulo).

3	IG Educação http://ultimos.egundo.ig.com.br	Nacional	19/09/12	Ensino integral é rejeitado por 56% das escolas procuradas pelo governo de SP	Internet	Matéria sobre levantamento realizado pelo Observatório da Educação (programas lançados pelo governo do Estado de São Paulo).
4	Cenpec http://cenpec.org.br	São Paulo	19/09/12	Projeto de Ensino Médio Integral na rede estadual de São Paulo gera protestos de professores e alunos	Internet	Matéria sobre levantamento e debate realizados pelo Observatório da Educação (programas lançados pelo governo do Estado de São Paulo).
5	R7 Educação http://noticias.r7.com	Nacional	19/09/12	Pacotes educacionais do governo de SP não têm efeitos a longo prazo, diz estudo	Internet	Matéria sobre levantamento realizado pelo Observatório da Educação (programas lançados pelo governo do Estado de São Paulo).
6	R7 Educação http://noticias.r7.com	Nacional	20/09/12	Secretaria de educação de SP diz que estudo de ONG é eleitoreiro e preconceituoso	Internet	Matéria sobre a nota de resposta da Secretaria Estadual de Educação ao levantamento realizado pelo Observatório - com fala da editora, Fernanda Campagnucci.
7	Portal Aprendiz http://portal.aprendiz.uol.com.br/	Nacional	20/09/12	Observatório da Educação divulga levantamento sobre programa educacional paulista	Internet e impresso	Matéria sobre levantamento realizado pelo Observatório da Educação (programas lançados pelo governo do Estado de São Paulo)
8	CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação http://cnte.org.br	Nacional	21/09/12	Estudo identifica problemas graves no programa educacional paulista	Internet	Entrevista com Fernanda Campagnucci, editora do Observatório da Educação.
9	Educação e Participação (Itaú Social) www.educacaoeparticipacao.org.br	Nacional	21/09/12	Educadores e especialistas debatem plano de educação integral para ensino médio em São Paulo	Internet	Matéria sobre levantamento e debate realizados pelo Observatório da Educação (programas lançados pelo governo do Estado de São Paulo).

Tema: PNE

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1.	Todos pela Educação http://todos.pelaeducacao.org.br	Nacional	19/12/12	Atraso na aprovação do PNE é lamentável, afirmam especialistas	Internet	Entrevista com Fernanda Campagnucci, editora do Observatório da Educação.

Tema: Alfabetismo funcional

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1.	Jornal Nacional	Nacional	14/07/2012	Cai pela metade nº de analfabetos, mas desempenho de alunos piora	Televisão	Divulgação dos resultados do INAF 2011 com fala de Vera Masagão.
2.	Biblioteca da Escola Maria Silva	Nacional	14/07/2012	Instituto Paulo Montenegro e Ação Educativa mostram evolução do alfabetismo funcional na última década	Internet	Divulgação dos resultados do INAF 2011.
3.	Guia do	Nacional	17/07/2012	Pesquisa revela que 38% dos	Internet	Resultados do INAF 2011 com enfoque nos

	Estudante			estudantes no ensino superior não sabem ler e escrever plenamente		alunos no Ensino Superior
4.	Últimas notícias	Nacional	17/07/2012	Inaf diz que 38% dos alunos não sabem ler e escrever	Internet	Resultados do INAF 2011 com enfoque nos alunos no Ensino Superior
5.	Terra	Nacional	17/07/2012	Pesquisa: 26% dos brasileiros são 'plenamente alfabetizados'	Internet	Divulgação dos resultados INAF 2011 com foco nos níveis de alfabetismo da população.
6.	R7	Nacional	17/07/2012	Para especialista, índice reflete a "popularização" do ensino.	Internet	Divulgação dos resultados do INAF 2011.
7.	Tribuna do Norte - Natal	Nacional	17/07/2012	Ensino superior está perdendo qualidade	Internet	Divulgação dos resultados do INAF 2011.
8.	Agencia Brasil	Nacional	17/07/2012	Menos de 30% dos brasileiros são plenamente alfabetizados, diz pesquisa	Internet	Divulgação dos resultados do INAF 2011.
9.	Rádio Jovem Pan Online	Nacional	17/07/2012	Brasil ainda sofre com o analfabetismo funcional	Rádio	Divulgação dos resultados do INAF 2011.
10.	Forças Terrestres	Nacional	17/07/2012	No ensino superior, 38% dos alunos não sabem ler e escrever plenamente	Internet	Divulgação dos resultados do INAF 2011 com fala de Vera Masagão.
11.	Portal EBC	Nacional	17/07/2012	Pesquisa mostra que menos de 30% dos brasileiros são plenamente alfabetizados	Internet	Divulgação dos resultados do INAF 2011, citando também trechos do relatório.
12.	Carta na escola	Nacional	17/07/2012	Menos de 30% dos brasileiros são plenamente alfabetizados,	Internet	Divulgação dos resultados do INAF 2011.

				diz pesquisa		
13.	A Tarde	Nacional	17/07/2012	Pesquisa revela baixa qualidade do ensino superior	Internet	Divulgação dos resultados do INAF 2011.
14.	Agência Brasil	Nacional	17/07/2012	Menos de 30% dos brasileiros são plenamente alfabetizados, diz pesquisa	Internet	Divulgação dos resultados do INAF 2011.
15.	Época Online	Nacional	17/07/2012	Quase 40% dos brasileiros com ensino superior têm nível insuficiente em leitura e escrita	Internet	Divulgação dos resultados do INAF 2011 com fala de Vera Masagão.
16.	O Estado de S. Paulo	Nacional	17/07/2012	Pesquisa revela baixa qualidade do ensino superior	Internet	Divulgação dos resultados do INAF 2011.
17.	O Estado de S. Paulo (online)	Nacional	17/07/2012	No ensino superior, 38% dos alunos não sabem ler e escrever plenamente	Internet	Divulgação dos resultados do INAF 2011 com fala de Vera Masagão.
18.	Terra	Nacional	17/07/2012	Pesquisa: 26% dos brasileiros são 'plenamente alfabetizados'	Internet	Divulgação dos resultados do INAF 2011.
19.	Veja.com	Nacional	17/07/2012	Pesquisa revela baixa qualidade do ensino superior	Internet	Divulgação dos resultados do INAF 2011.
20.	Veja.com - Blog Reinaldo Azevedo	Nacional	17/07/2012	A universidade da Era Apedeuta — No ensino superior, 38% dos alunos não sabem ler e escrever plenamente	Internet	Divulgação dos resultados do INAF 2011, enfocando a qualidade da Educação Superior.
21.	Rádio Estadão ESPN	Nacional	17/07/2012	Entrevista INAF	Rádio	Divulgação dos resultados do INAF 2011.

22.	Noticias BR	Nacional	18/07/2012	Pesquisa mostra que menos de 30% dos brasileiros são plenamente alfabetizados	Internet	Divulgação dos resultados do INAF 2011.
23.	Exame.com	Nacional	18/07/2012	Pesquisa revela baixa qualidade do ensino superior	Internet	Divulgação dos resultados do INAF 2011 enfocando o Ensino Superior e com fala de Vera Masagão.
24.	Portal R7	Nacional	18/07/2012	Mais de um quarto da população é analfabeto funcional, diz estudo	Internet	Divulgação dos resultados do INAF 2011.
25.	Terra	Nacional	18/07/2012	Especialistas: propostas dinâmicas podem ajudar na alfabetização	Internet	INAF utilizado como fonte de discussão sobre alfabetização.
26.	ONG Todos pela Educação	Nacional	18/07/2012	Alfabetização plena atinge 26%	Internet	Divulgação dos resultados do INAF 2011.
27.	Rádio Amazonas	Nacional	18/07/2012	Entrevista INAF	Rádio	Dados sobre alfabetismo da população a partir do INAF.
28.	Isto é Piauí	Nacional	19/07/2012	Alfabetismo funcional	Internet	Discussão sobre o conceito de "Alfabetismo Funcional" a partir dos dados do INAF
29.	Jornal Agora	Nacional	20/07/2012	Parem as máquinas! Ou como diria o irreverente Macaco Simão: buemba, buemba....	Internet	Discussão sobre o sistema de ensino a partir dos dados do INAF.
30.	Jornal O Fluminense	Nacional	20/07/2012	Alfabetismo funcional	Internet	Divulgação dos resultados e metodologia do INAF 2011.

31.	Jornal do Brasil	Nacional	22/07/2012	A cegueira do poder prejudica a educação	Internet	Discussão sobre nível de escolaridade a partir dos dados do INAF.
32.	Primeira Edição	Nacional	22/07/2012	Universitários brasileiros são considerados analfabetos funcionais	Internet	Divulgação dos resultados do INAF 2011 com enfoque no Ensino Superior.
33.	Radio Super Tupi	Nacional	23/07/2012	Entrevista INAF	Rádio	Divulgação dos resultados do INAF 2011 com enfoque no Ensino Superior.
34.	Brasil Econômico	Nacional	25/07/2012	Alfabetização plena evolui pouco no Brasil	Internet	Discussão sobre nível de escolaridade a partir dos dados do INAF.
35.	O Estado de S. Paulo - Opinião	Nacional	25/07/2012	Para romper com o analfabetismo funcional	Internet	Discussão sobre nível de escolaridade a partir dos dados do INAF.
36.	Gazeta do Povo	Nacional	26/07/2012	Taxa de alfabetização plena no Brasil está estagnada há 10 anos	Internet	Discussão sobre nível de escolaridade a partir dos dados do INAF.
37.	Nova Escola	Nacional	31/07/2012	Inaf: cai analfabetismo no País, mas desafio ainda é gigante	Internet	Divulgação dos resultados e da metodologia do INAF 2011.
38.	Bom Dia	Nacional	02/08/2012	Não sabem ler nem escrever	Internet	Divulgação dos resultados do INAF 2011.
39.	Jornal Nacional (série especial)	Nacional	14/08/2012	Universidades baixam nível de ensino e geram candidatos despreparados	Televisão	Divulgação dos resultados do INAF 2011 com enfoque no Ensino Superior.